

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

KATICILAYNE ROBERTA DE ALCÂNTARA

**A (IN)ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS NA CIDADE
DE CAMPO GRANDE – MS**

AQUIDAUANA – MS

2021

KATICILAYNE ROBERTA DE ALCÂNTARA

**A (IN)ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS NA CIDADE
DE CAMPO GRANDE – MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do Campus de Aquidauana da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais.

Linha de Pesquisa: Sujeitos e Linguagens

Orientação: Antônio Firmino de Oliveira Neto

AQUIDAUANA – MS

2021

KATICILAYNE ROBERTA DE ALCÂNTARA

**A (IN)ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS NA CIDADE
DE CAMPO GRANDE – MS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Firmino de Oliveira Neto (UFMS/CPAQ)
Presidente – Orientador

Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (UFMS/CPAQ)
Examinador Interno

Profa. Dra. Mariana Dezinho (UFGD)
Examinador Externo

Prof. Dr. Cláudio Henrique Nunes Mourão (UFRGS)
Examinador Externo

AQUIDAUANA – MS

2021

A Deus, que tem me sustentado em vários momentos; aos surdos - em especial a meu esposo, André Abi Rios, por ser a inspiração para este trabalho; aos meus familiares de perto e de longe.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, o meu Pai, que me proporciona momentos incríveis, por me trazer esse momento, o *Kairós* exato para esta pesquisa. Ainda, por me guiar, me proteger e não me desamparar, mesmo neste tempo de pandemia da Covid-19 que assola o mundo e que não se vê um findar. Quem iria imaginar uma tragédia, que só no Brasil já somam mais de 611.000 mil mortes? Para uma doença que já existe vacina, muitos ainda não tiveram a oportunidade de ser imunizados, por causa da existência de um desgoverno, que só espalha *fake news* entre nosso povo. Foram momentos difíceis em meio a tanto caos, mesmo quando eu pensava em desistir sentia um renovo, uma chance de recomeçar, cada lágrima derramada, cada página escrita, cada capítulo concluído, foi a esperança e a gratidão a sentir. Obrigada, meu Senhor, por enfim concluir este trabalho no tempo certo - *“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu” (Eclesiastes 3:1)*.

Neste período, também, o país perdeu um dos seus ídolos mais queridos, o ator Paulo Gustavo. Sua comédia era incomparável e eu imaginava seus shows, suas peças e até o “Minha mãe é uma peça” traduzido em Libras, para que os surdos também o acessassem. Todavia, não foi possível. Como disse Bráulio Bessa em um poema: *“O corpo é ponto final no estudo da ciência, mas a alma continua sendo eterna reticências... São três pontos de mistério pra ressignificar aquilo que quem é vivo jamais consegue explicar”*.

Não poderia deixar de expressar ainda a minha homenagem à rainha da “sofrência”, Marília Mendonça, que foi a primeira cantora que se preocupou com a acessibilidade para os surdos e cegos do Brasil. Toda a comunidade surda celebrou o feito, pois ela conseguiu abrir portas para que outros artistas olhassem para esses públicos. Obrigada por seu legado, sua força e por mostrar que é possível ser uma artista acessível em nosso país. Ainda, deixo registrado os meus sinceros sentimentos a todos os que se envolveram nesse acidente em que a cantora estava e aos que foram vítimas da Covid-19, pois eram mães, pais, tios, avós, sobrinhos, amigos - que suas famílias sintam o consolo do Espírito Santo e Deus esteja com vocês.

Ao meu pai, Álvaro (*in memoriam*), e à minha mãe, Cícera, por estarem comigo nesta longa caminhada - pelo amor, pela força e por me mostrar quão valioso são os estudos. À minha irmã Elenilva, que, mesmo longe, me incentivava e orava para que eu concluísse esse trabalho, em todos os momentos desta caminhada.

Ao meu esposo, André, por estar comigo nos momentos mais difíceis, por todo o carinho, pela compreensão, pelo apoio e por me ensinar que a Libras é uma língua que versa

amor, afeto e empatia. Obrigada por você ser sempre o meu porto seguro, nestes anos todos, e por sempre topar todas as minhas loucuras. ✎ Amo você, vida!

Aos meus sogros, minha segunda família, que mesmo longe sempre me ajudaram em oração, amor, carinho e incentivo. Também aos cunhados Mônica e Tiago (que esperam a chegada do Lucas), sempre com churrasco ou almoço de domingo para nos encontrar, e eu sair da frente do computador.

A todos os professores de Libras que conheci, desde o ano de 2007, no primeiro contato que tive, até hoje, por me propiciarem a descoberta, a ressignificação de saberes, de novas possibilidades na cultura e de seus *éthos*.

A toda a comunidade surda brasileira que conheci até aqui, com a qual pude viver e transitar em lugares mais altos. Em especial agradeço por conhecer os surdos, inclusive os participantes desta pesquisa que, com suas experiências, contribuíram e apresentaram como são resistência na história. Aprendi que a vida não é feita só de poucos ou grandes momentos, mas de milhares de pequenos momentos, nos quais trocamos significados. Concordo com a poesia de Jefferson B. M. Santana, em que nossos *“Encontros produzem afetos, amizades, achados e perdidos; Encontros conduzem experiências, tecidos, alegrias e inquietações; Encontros produzem histórias, memórias, militâncias e ativismos; Encontros traduzem o que somos, o que nos tornamos, o que podemos compartilhar e continuar”*.

Aos meus amigos ouvintes e/ou profissionais da área, que compartilharam do meu percurso pessoal, profissional e acadêmico. Esse tempo em que estive no mestrado parecia tão longo e, ao mesmo tempo, tão curto, pois foram tantos momentos difíceis, mas vocês estavam presentes sempre. Obrigada também pelos momentos alegres, descontraídos, das figurinhas, memes compartilhados e até mesmo de livros, fotos de referências enviadas para que eu concluísse alguma discussão, ou, ainda, em meio a muitos momentos, pessoalmente ou virtualmente, em tempos que um abraço não era possível e só podíamos nos ver pelas telas. Não poderia deixar de mencioná-los: Bruno Nantes e Rejane Aquino, parceiros de amizade e trabalho, de todas as horas. Sempre solícitos em me socorrer nas minhas angústias e na escrita. Gratidão imensa!

Ao Roberto Lima (brasel!!), por passar todos os dias, todos os írritos possíveis comigo, os bafões e sempre me auxiliar em minhas dúvidas e incertezas. Obrigada por sempre estar presente, escutar-me e entender as loucuras da pós-graduação. Admiro-o como profissional/acadêmico que você se tornou ao longo de sua trajetória. O céu é o limite para você, tenho certeza que será o que quiser ser, não o que as pessoas dizem a seu respeito.

À Giovana Alle (e à pequena Maria Clara, que se mexia, ainda na barriga, quando eu conversava com sua mamãe), à Tânia Maria e à Gercina, amigas de estrada da BR 262, de lanchinhos e idas à feirinha de Aquidauana. Aos amigos Alberto, Márcia, Laila, Geiselly e Rogério (mais que amigos, vocês foram irmãos que Aquidauana me deu - louvo a Deus pela vida de vocês). Agradecimentos também à Alice, à Taynara e à Tamires (“migles”, sofremos muito na pós-graduação, mas vencemos!); à Sarita, à Ana Carolina (minha prima/amiga do Sul), à Tábata, ao Gabriel, ao João (parceiro de gravações), ao Jessé e à Laura Sant Anna, por todas as escutas/apoio nos meus momentos de caos. À Karine, à Ayla e ao Marcos (irmão de Santa Maria – RS), por sempre disponibilizarem livros, artigos e textos que contribuíram para este trabalho. À Josiane, ao Ricardo e à Karem, pelas trocas e risadas. Às minhas amigas, desde a época da primeira graduação, Deyandra, Francielly e Jacqueline.

Aos meus amigos do grupo “TILS DO BEM”: ao trio de Goiânia (Gessilma, Mariah, Vinícius), do interior de São Paulo (Pamela e Simone), da Bahia (Gabriela e Cinthia), de Santa Catarina (Priscila) e de São Paulo (Adriano, Cleber Bordini, Ricieri, Bia e Hélio). Esses foram amigos que a pandemia me proporcionou conhecer e admirar ainda mais cada um pelo trabalho que desempenham. Não consigo mensurar o bem que todos vocês me fizeram em tantos momentos; por isso, gratidão e amizade eterna para nós. Perdão aos que não mencionei, mas estão em meus pensamentos e orações também.

Aos meus professores do Letras/Libras da UFGD: Ednei N. de Oliveira, Ana Paula O. e Fernandes, Grazielly V. S. do Nascimento, Janete de M. Nantes, Juliana M. da S. Lima, Mariana Dézinho, Rosana de F. J. Constâncio e Elizabeth M. Rocha. Obrigada por toda compreensão, carinho e respeito ao ensinar e demonstrar que a universidade pública resiste e promove ensino de qualidade.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais - todos vocês são referências para minha vida acadêmica -, em especial aos professores Aguinaldo R. Gomes, Miguel R. de S. Neto, Murilo S. B. Meihy, Antônio F. de O. Neto, Carlos M. Junior, Helen P. V. Bueno, Patrícia Z. Bassinello, Ana P. Squinelo e Fabio da S. Sousa, com os quais aprendi tanto durante as aulas ministradas, quanto a olhar além da fronteira, desconstruir, refletir e produzir um olhar crítico. Enfim, vocês foram fundamentais para meu desenvolvimento e meu encontro como pesquisadora. Ainda, aos colegas, amigos do programa, que sempre estiveram na rede de apoio, de incentivo, de trocas e de motivação durante esta caminhada acadêmica.

Aos professores Aguinaldo R. Gomes e Cláudio H. N. Mourão, que aceitaram o desafio de participar da minha banca de qualificação, por todas as contribuições, o cuidado e o carinho

que proporcionaram ampliar ainda mais a minha pesquisa. Agradeço, também, aos meus amigos Karem e Bruno por interpretar - vocês foram demais!!!!

Novamente, mostro minha gratidão aos professores Aguinaldo R. Gomes, Cláudio H. N. Mourão e Mariana Dézinho, Juliana M. da S. Lima e Helen P. V. Bueno, por aceitarem o desafio da minha banca de defesa. Eu não consigo mensurar o quanto sou grata e admiro cada um, porque esse trabalho só foi possível por conta dos direcionamentos que vocês fizeram. Ainda agradeço aos amigos intérpretes que estiveram presentes: Bruno, Roberto e Tamires, pois sou fã do trabalho de vocês e espero que nossa amizade dure muitos anos, porque aprendo todos os dias com cada um. Gratidão por serem luz neste mundo.

Ao meu orientador Antônio Firmino de Oliveira Neto, por me acompanhar em todo o processo, por acreditar na relevância que esta pesquisa apresentava, pelas orientações, pela paciência, pelas instruções, pelos conselhos e por sempre me mostrar o que era melhor para mim e para minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram, mesmo que indiretamente, nesta pesquisa, porque superei dificuldades, medos, angústias e, sobretudo, a pandemia e compartilho minha alegria com todos vocês. Sintam-se abraçados.

MUIT@ OBRIGAD@!!!

Desenho do artista surdo Silas Alves de Queiroz



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CODKh90Jo0p/>.

As “vozes” dos surdos, suas resistências e conflitos frente à educação e ao tratamento social que lhes têm sido dispensados são frequentemente silenciados ou ignorados por discursos opressores, fato justificável pela necessidade de manter quem está e pretende permanecer no poder, pois [...] vivemos em uma sociedade com vencedores e perdedores identificáveis.
(Adriana da Silva Thoma)

RESUMO

A presente dissertação é resultado da pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, do Campus de Aquidauana, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul discute, como questão central, se a cidade de Campo Grande - MS aposta na acessibilidade artístico-cultural aos surdos como modo a conquistar e a reforçar a sua identidade e a sua atratividade. e se as formas de acessibilidade artístico-cultural atendem aos surdos em Campo Grande – MS? Assim, o objetivo geral é analisar as narrativas dos surdos sobre a atual situação da acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS. Como referencial teórico, as discussões se assentam no campo dos estudos Pós-Coloniais e dos Estudos Surdos, que tem como principais autores Homi K. Bhabha, Jorge Larrosa, Carlos B. Skliar, Gladis T.T. Perlin, Maura C. Lopes e Alfredo Veiga-Neto. A produção de dados teve como inspiração os procedimentos etnográficos, além da utilização de entrevistas semiestruturadas (gravadas em Libras e transcritas para a língua portuguesa) de oito participantes surdos sinalizantes e residentes na cidade de Campo Grande – MS. Com base nos dados analisados e a partir da discussão teórica, os resultados apresentam o quanto os surdos estão insatisfeitos e como as legislações se revelam frágeis em suas execuções, visto que os órgãos que deveriam dar condições de acessibilidade para surdos apresentam o intuito de “incluir” ou “dar acesso”, sem se importar com a criação e o fomento das produções surdas em Libras. Observou-se ainda que, resistindo a isso, as produções surdas circulam na sociedade, porém, na cidade de Campo Grande – MS muitas delas ficam restritas à comunidade surda, sem revelar a cultura surda e suas diversas nuances, pouco conhecidas e exploradas. Neste sentido, foi percebido que a importância da Libras como responsável pelo contato e pela aproximação dos surdos e seus pares, bem como dos TILS, que demonstram a necessidade de formação adequada linguístico-cultural e o constante aprimoramento profissional, já que ele ocupa um lugar dialógico, possibilitando criações a partir dos elementos que compõem as produções artístico-culturais.

Palavras-chave: Acessibilidade; Surdos; Artístico-cultural; Libras; Tradutor e Intérprete de Libras-LP.

ABSTRACT

This final paper is the result of research linked to the Graduate Program in Cultural Studies, at the Aquidauana Campus, from the Federal University of Mato Grosso do Sul Foundation, and discusses, as a central question, whether city of Campo Grande, State of Mato Grosso do Sul bets on artistic accessibility -cultural to the deaf as a way to conquer and reinforce their identity and attractiveness. and if the forms of artistic-cultural accessibility serve the deaf in city of Campo Grande, State of Mato Grosso do Sul? Thus, the general objective is to analyze the narratives of the deaf about the current situation of artistic-cultural accessibility in Campo Grande city. As a theoretical framework, the discussions are based in the field of Postcolonial Studies and Deaf Studies, whose main authors are Homi K. Bhabha, Jorge Larrosa, Carlos B. Skliar, Gladis T.T. Perlin, Maura C. Lopes and Alfredo Veiga-Neto. The data production was inspired by ethnographic procedures, in addition to the use of semi-structured interviews (recorded in Libras and transcribed into Portuguese) with eight deaf signatory participants residing in the Campo Grande city. Based on the analyzed data and from the theoretical discussion, the results show how the deaf are dissatisfied and how the legislation is fragile in its execution, since the political bodies that should provide accessibility conditions for the deaf have the intention of "include" or "give access", regardless of the creation and promotion of deaf productions in Libras. It was also observed that, resisting this, deaf productions circulate in society, however, in the Campo Grande city, many of them are restricted to the deaf community, without revealing the deaf culture and its various nuances, little known and explored. In this sense, it was noticed that the importance of Libras as responsible for the contact and approximation of the deaf and their peers, as well as the TILS, which demonstrate the need for adequate linguistic-cultural training and constant professional improvement, as it occupies a place dialogical, enabling creations from the elements that compose the artistic-cultural productions.

Keywords: Accessibility; Deaf; Artistic-cultural; Libras; Translator and Interpreter of Libras-LP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Rótulos de diversas surdas	46
Figura 2 – Fotos das apresentações do espetáculo “As Aventuras de Bagacinho”	59
Figura 3 – Banners de divulgação do espetáculo “As Aventuras de Bagacinho”	60
Figura 4 – Canal no <i>Youtube</i> “Libras no Museu – Arqueologia”	61
Figura 5 – Prints de vídeos do canal no <i>Youtube</i> Grupo Badaia Vivências Artísticas	62
Figura 6 – Banner de divulgação da peça Travessias	63
Figura 7 – Banner de divulgação do site Arte de Sinalizar	63
Figura 8 – Print da primeira live no Youtube da cantora Marília Mendonça.....	65
Figura 9 – Prints de lives e eventos em Campo Grande - MS com TILS	66
Figura 10 – Série Crisália, 1ª temporada	67
Figura 11 – Produção artística representando a importância da Lei nº 10.436/02	72
Figura 12 – Diferenças entre a Libras e a Língua Portuguesa.....	77
Figura 13 – Tela do artista plástico mineiro Marcos Anthony: Frida Tropical.....	78
Figura 14 – Divulgação do teatro em Libras com atrizes surdas.....	79
Figura 15 – Divulgação de curtas-metragens produzidos por artistas surdos	79
Figura 16 – O silêncio e a fúria - poetas do corpo.....	79
Figura 17 – Clipe oficial da música SEJA VOCÊ - Gabriel Isaac & Thairine Nogueira.....	80
Figura 18 – Diferença entre tradução e interpretação.....	83
Figura 19 – Convite do Museu do Amanhã em Libras	92
Figura 20 – Fotos da apresentação de Cirandas Brasileiras	93
Figura 21 – Exemplo de tradução cultural Libras/ Língua Portuguesa	104
Figura 22 – Campanha para conscientização de legendas em filmes nacionais.....	107
Figura 23 – Foto da Brandes Band	109
Figura 24 – Banner de divulgação Arte em Sinais	110
Figura 25 – Banner de divulgação do 1º Festival de Cinema para Surdos.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados do Brasil de deficientes auditivos ou dificuldades para ouvir.....	53
Gráfico 2 – Dados do MS de deficientes auditivos ou dificuldades para ouvir	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Legislações com acessibilidade linguística para surdos / Campo Grande – MS 55

Tabela 2 – Países que têm a língua de sinais reconhecida em caráter jurídico-legislativo 73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCINE	Agência Nacional do Cinema
APILMS	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua brasileira de Sinais de Mato Grosso do Sul
APSCG – MS	Associação Pantanal dos Surdos de Campo Grande – MS
ASL	<i>American Sign Language</i>
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CBDS	Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
CCB	Congregação Cristã no Brasil
CCCS	<i>Centre for Contemporary Cultural Studies</i>
CEADA	Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação
CEESPI	Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
DIOGRANDE	Diário Oficial de Campo Grande
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSCB	Língua de Sinais nas Grandes Cidades ou nos Centros Urbanos Brasileiros
LSE	Língua de Sinais Espanhola
LSKB	Língua de Sinais dos Indígenas Urubu-Kaapor
MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MCDB	Museu das Culturas Dom Bosco
MEC	Ministério da Educação
NUPPES	Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPGCult	Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais

PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TILS	Tradutor e Intérprete de Libras – Língua portuguesa
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIDERP	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
WASLI	<i>World Association of Sign Language Interpreters</i>
WEA	<i>Workers Educational Association</i>
WFD	<i>World Federation of the Deaf</i>

SUMÁRIO

PRELÚDIO	18
CAPÍTULO I	23
1 SURDO: ESSE “OUTRO” DE QUEM SE FALA	23
1.1 Os Estudos Culturais e a Agência dos Estudos Surdos	23
1.2 Deficiência versus Diferença: Concepções Epistemológicas sobre o Surdo.....	29
1.3 A Cultura e a Constituição do Éthos Surdo	40
CAPÍTULO II.....	51
2 PSEUDOACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS: ENTRE POSSÍVEIS CAMINHOS E REALIDADES.....	51
2.1 Marcos Legais de uma Acessibilidade Artístico-Cultural e Produções em Libras	51
2.2 Libras e a Tradução Cultural: Entendendo Negociações e Resistências Surdas	69
2.3 Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa e o seu Entre-Lugar	81
2.4 Entre Medos e Descobertas: Bricolando os Caminhos da Pesquisa.....	95
2.5 O Cotejar do Método Etnográfico com Experiências Surdas.....	98
2.6 Quem São os Participantes e os Instrumentos de Produção de Dados	100
CAPÍTULO III	105
3 A ESCUTA DOS SINAIS: O QUE DIZEM AS PERCEPÇÕES SURDAS SOBRE (IN)ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO- CULTURAL	105
3.1 Percepções Surdas sobre (In)Acessibilidade Artístico-Cultural.....	105
3.2 Dificuldades no Acesso à Cultura	114
3.3 Os Anseios e as Expectativas dos Surdos sobre a Acessibilidade Artístico-Cultural.....	121
3.4 Olhar de Perto e de Dentro: Notas sobre a Escuta dos Sinais	131
PALAVRAS FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE I.....	150
APÊNDICE II	153
ANEXOS	154

PRELÚDIO

As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

(Boaventura de Sousa Santos)

A idealização desta pesquisa se conecta diretamente à minha trajetória pessoal e profissional no contato com a comunidade surda. O início dessa história ocorreu no meu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em 2008, no módulo básico de um curso oferecido pela Secretaria Municipal de Educação do município de Campo Grande (SEMED), no mesmo período em que, em paralelo, iniciei minha vida acadêmica no curso de Pedagogia, pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP).

A ideia de me tornar professora não vinha ao encontro de meus ideais, pois, quanto mais eu aprendia sobre a Libras, mais distante me via da realidade de ser uma tradicional professora de educação infantil e anos iniciais. Descobri mais tarde que havia diversas possibilidades nessa formação, o que me proporcionou almejar a qualificação de Tradutor(a) e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa¹ (TILS).

No ano de 2009, conclui o módulo avançado de Libras, mas, sempre que via surdos² em Campo Grande - MS, sentia-me incapaz de entendê-los e dialogar com segurança. Isso, entretanto, nunca me fez desistir de aprender mais. Então, conquistei meu primeiro trabalho como TILS, graças às certificações em Libras e, por intermédio de uma colega, conheci o meu esposo André Abi Rios, surdo e atualmente professor de Libras em Campo Grande – MS.

Com o passar do tempo, fui me especializando para tornar-me uma TILS, e meu esposo seguia me incentivando a continuar. Foram muitos cursos, seminários, encontros e, finalmente, minha formatura no curso de Pedagogia. O ano de 2011 foi cheio de realizações, pois naquela época eu já interpretava nos cultos da Primeira Igreja Batista em Campo Grande – MS e, como o número de surdos era bem expressivo, foi possível adquirir maior fluência na língua.

Na busca por uma maior especialização, em 2012, procurei o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), local de referência para a formação de profissionais de Libras e, ao concluir o último módulo, fui aprovada na

¹ Termo utilizado na Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Disponível em: <https://bitly.com/IAginy>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

² Entendo as diversas concepções para além do fator biológico da pessoa com surdez, porém, neste texto, atendo-me aos surdos sinalizantes, que utilizam a Libras como língua de instrução e comunicação.

avaliação de proficiência ao cargo de TILS. Enfim, iniciei minha carreira como intérprete pela SEMED em Campo Grande – MS, onde permaneci até o ano de 2015. Em 2012, casei-me e, na ocasião, tanto no casamento civil quanto na cerimônia religiosa contamos com a presença de um TILS para auxiliar o André e os amigos surdos que estiveram conosco nesse momento ímpar.

No ano de 2013, eu e meu esposo fomos aprovados no vestibular para o curso de Letras/Libras a distância da Universidade da Grande Dourados (UFGD), iniciando outro ciclo com viagens uma vez por mês até a cidade de Rio Brilhante – MS. Conforme conhecíamos as realidades do interior, percebíamos o quanto eram precários os avanços e a inserção da Libras nas diversas áreas da sociedade.

Diante de tantos anseios e dificuldades, atuei de forma mais expressiva na comunidade surda, em palestras, eventos, oficinas, conhecendo mais surdos, nesses locais. No ano de 2015, realizei o exame para certificação de Proficiência na tradução e na interpretação da Libras/Língua Portuguesa (Prolibras), avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), alcançando a minha certificação de proficiência, graças ao constante contato com a comunidade surda.

No ano seguinte, as experiências aumentavam com a minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Letras/Libras. Ainda, ocorreu-me a participação em vários congressos, minicursos e encontros, além de apresentar e publicar dois banners em um congresso na UFSC, relacionados a ensino de Libras e a perspectivas da criança surda em relação à literatura.

Outro momento importante da minha trajetória foi atuar, entre 2016 e 2018, como técnica e TILS, no acompanhamento, na orientação e na inserção de pessoas com deficiência e surdez no mercado de trabalho, do Centro Estadual de Educação Especial e Inclusiva (CEESPI), órgão vinculado ao Governo Estadual do MS. Percebi como era difícil não só para eles, mas também para as empresas contratá-los, devido à dificuldade na comunicação, à falta de conhecimento da Libras e da cultura surda. Algumas empresas solicitaram cursos de capacitação para que os seus colaboradores aprendessem e despertassem o olhar para a inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Nesse meio tempo, no final do ano de 2017, decidi prestar o concurso para TILS na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com vagas que seriam para a capital e para as demais cidades. Escolhi a cidade de Aquidauana, por ser mais próxima da capital, o que possibilitaria me deslocar e continuar atuante na comunidade surda. Em 2018, tomei posse do

cargo, no qual atuo até a presente data. Formei-me no Letras/Libras, encerrando o vínculo com o PIBID, e concluí o curso de pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva.

Ainda sobre o trabalho desenvolvido na UFMS, proporcionou-me aprender como são desenvolvidas as atividades acadêmicas na universidade e no serviço público, ao mesmo tempo em que possibilita novas experiências a cada dia, participando de projetos de ensino, pesquisa e extensão, com o apoio dos professores de Libras do câmpus, corroborando com a difusão da Libras e com a inclusão das pessoas surdas na comunidade acadêmica e externa.

O contato com os surdos durante minha trajetória foi fundamental para o aperfeiçoamento e a atuação profissional, sobretudo no respeito à Libras e à cultura que os permeia. Presenciei, em diversos espaços e tempos, situações de preconceitos, discriminações e menosprezos direcionados aos surdos, principalmente por causa da diferença linguística, que me fez refletir sobre o meu conhecimento como TILS, oportunizado nesta pesquisa, que vai ao encontro de uma realidade ainda tão distante deles.

O tema sobre inclusão, acessibilidade e acesso a determinadas línguas e culturas tem se tornado cada vez mais discutido em nosso tempo, despertando novos olhares para grupos subalternizados e que fazem parte de diferentes comunidades linguísticas, porém percebo que, em contrapartida, a sociedade campo-grandense não apresenta preocupação no respeito ao direito linguístico e ao acesso dos surdos devidamente na sua língua. Sempre me senti incomodada com o fato de locais públicos fomentarem a cultura no meio artístico sempre em modo inacessível aos surdos.

Em busca de encontrar respostas para minhas inquietações, surge o interesse em desenvolver um projeto de pesquisa sobre a temática da acessibilidade artístico-cultural para surdos, concomitantemente, de minhas experiências como TILS ao longo dos anos na comunidade surda de Campo Grande – MS.

Ao realizar uma busca simples para editais, fomentos, espetáculos, shows, entre outros, percebo que MS tem olhado para a acessibilidade como um acessório e não um direito, fazendo-me perceber que o caminho é longo, árduo e sinuoso. Ainda, partindo de minhas experiências, percebo como é preocupante a formação específica para esse profissional e como isso traz prejuízos para o público-alvo, os surdos.

Com a divulgação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult) no câmpus de Aquidauana, senti a motivação de encarar o desafio e desenvolver um projeto voltado para a linha de pesquisa Sujeitos e Linguagens. Assim, “*A (In)Acessibilidade Artístico-Cultural para Surdos na Cidade de Campo Grande – MS*” é resultado de uma pesquisa que repensa as formas de acesso à cultura, principalmente na área artístico-cultural,

baseada no seguinte questionamento: *As cidades apostam cada vez mais na cultura, de modo a conquistar e a reforçar a sua identidade e as suas atratividades; e as formas de acessibilidade artístico-cultural atendem aos surdos em Campo Grande – MS?*

Observa-se que, desde a Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), a garantia do acesso à cultura é discutida na perspectiva de assegurá-la a todas as pessoas. Em seu artigo 27, declara-se que: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (ONU, 1948). Logo, esse direito é independente de classe, condição socioeconômica, étnica, linguística, entre outros; por isso, promover o acesso à cultura é garantir a participação de cada pessoa na vida da comunidade cultural em que se está inserida.

A cultura surda ainda é desconhecida por muitos, principalmente sobre a língua de sinais. Então, ocorre a necessidade de superar o etnocentrismo presente nas práticas sociais, entendendo que discutir sobre essa diferença vai além de sua “inclusão” superficial, como é veiculada com frequência ou, ainda, somente com a participação de um TILS, mediando a comunicação entre o surdo e o meio social por onde ele transita.

Durante os levantamentos bibliográficos para a realização desta pesquisa, percebeu-se que são escassas as produções acadêmicas que versem sobre essa área, principalmente, o quanto é urgente discutir o assunto, pois muitas dessas produções se voltam apenas para a atuação do profissional TILS ou para a sua atuação na área educacional. Compreendo isso, pois a luta dos surdos se volta para uma educação e uma política linguística que respeitem o seu direito ao bilinguismo/escola bilíngue³, de modo que a Libras seja utilizada como língua de instrução e a criança surda a aprenda em um ambiente linguístico favorável.

Esse grupo social tem seus saberes, seus modos de entender e viver em sociedade, mas são invisibilizados constantemente, porque outros falam por eles. Por isso, o objetivo principal se define em analisar as narrativas dos surdos sobre a atual situação da acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS.

Para esclarecer conceitos e reflexões, estabeleci diálogo com autores do meu percurso acadêmico, sendo que suas discussões se baseiam no campo dos Estudos Pós-Coloniais - como Bhabha (1986, 1998), Hall (2009, 2011, 2016), Larrosa e Skliar (2001) - e também autores do

³ Durante a escrita desta dissertação foi aprovado o PL 4909/2020, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. No dia 3 de agosto de 2021, o projeto foi assinado pelo governo federal como Lei nº 14.191. Disponível em: <https://bityli.com/sJnjJ>. Acesso em: 05 ago. 2021.

campo dos Estudos Surdos - como Lopes (2011), Perlin (2002, 2003, 2015), Vieira-Machado e Matos (2020) e Skliar (2003, 2015).

Esses autores auxiliaram a questionar a perspectiva das políticas que percorrem caminhos únicos, cristalizados como verdades absolutas, sobre surdos e questões que os atravessam, bem como seu desenvolvimento e repercussão até a contemporaneidade. Assim, organizei a presente dissertação em três capítulos, além deste prelúdio que narra minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

O **Capítulo I**, intitulado *SURDO: ESSE “OUTRO” DE QUEM SE FALA*, está dividido em três subcapítulos: 1. *Os Estudos Culturais e a Agência dos Estudos Surdos*; 2. *Deficiência Versus Diferença: Concepções Epistemológicas sobre o Surdo*; 3. *A Cultura e a Constituição do Éthos Surdo*.

Em seguida, no **Capítulo II**, trata-se da *PSEUDOACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS: ENTRE POSSÍVEIS CAMINHOS E REALIDADES*, em seis subcapítulos: 1. *Marcos Legais de uma Acessibilidade Artístico-Cultural e Produções em Libras*; 2. *Libras e a Tradução Cultural: Entendendo Negociações e Resistências Surdas*; 3. *Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa e o seu Entre-Lugar*; 4. *Entre Medos e Descobertas: Bricolando os Possíveis Caminhos da Pesquisa*; 5. *O Cotejar do Método Etnográfico com Experiências Surdas*; e 6. *Quem São os Participantes e os Instrumentos de Produção de Dados*.

Por fim, o **Capítulo III**, chamado *A ESCUTA DOS SINAIS: OS SURDOS E SUAS PERSPECTIVAS SOBRE ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL*, está dividido em quatro subcapítulos, assim definidos: 1. *Percepções dos Surdos sobre (In)Acessibilidade Artístico-Cultural*; 2. *Dificuldades no Acesso à Cultura*; 3. *Os Anseios e as Expectativas dos Surdos sobre a Acessibilidade Artístico-Cultura*; e 4. *Olhar de Perto e de Dentro: Notas sobre a Escuta dos Sinais*.

Conclui-se com algumas considerações finais, em que é realizado um balanço geral deste trabalho, bem como uma análise acerca do alcance dos objetivos propostos, respondendo-se ao questionamento inicial.

CAPÍTULO I

1 SURDO: ESSE “OUTRO” DE QUEM SE FALA

Este capítulo apresenta discussões relacionadas ao campo dos Estudos Pós-Coloniais. De acordo com Mattelart e Neveu (2004), constituem-se em torno de culturas subalternas, minoritárias ou de sujeitos colonizados. Esses estudos se iniciaram a partir dos anos 1980 e “descolocam o olhar da “(...) racionalidade da razão” para um outro nível de racionalidade, o das ações efetivas, das emoções e das sensibilidades. Elas contribuem para subtrair as visões do mundo ao domínio do universalismo do *lógos* ocidental” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 173, grifos dos autores).

Dessa maneira, a relação entre conceitos desse campo auxiliará na compreensão de quem é o sujeito surdo, desconstruindo a ideia de um sujeito único, moldado para ser conforme os demais, como mostram as epistemologias foram construídas ao longo da história, a fim de estigmatizá-los. Tudo isso permite pensar suas formas de experiências individuais e singulares.

1.1 Os Estudos Culturais e a Agência dos Estudos Surdos

Não é nem uma concessão a uma visão anacrônica do intelectual militante, nem um entrave ao saber, mas pode constituir o motor de compreensão dos fatos sociais. Em tempos em que os pesquisadores e os intelectuais são convidados a se comportar como especialistas e engenheiros do social respondendo às demandas dos poderes, em que um empirismo instrumental quereria desqualificar as interrogações sobre as condições de produção do saber, uma leitura genealógica só pode reintroduzir questões essenciais.

(Armand Mattelart e Érik Neveu)

Partir da premissa dos primórdios sobre os Estudos Culturais exige um retorno à década de 1960. Durante um longo período, diversos intelectuais iniciaram suas críticas “(...) aos estragos da ‘vida mecanizada’, como efeito da ‘civilização moderna’” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 19, grifos dos autores). Isso traz à luz novas concepções socio-históricas a partir dos impactos da Revolução Industrial, bem como o papel da cultura como meio de civilizar camadas sociais, comunidades e até nações.

De maneira sucinta, o reconhecimento institucional dos primeiros estudos voltados para as classes populares se deu com Richard Hoggart, Edward P. Thompson e Raymond Williams, ligados à formação de adultos e autores de três livros pioneiros na temática. Eles tornaram-se precursores das ideias para o conceito concebido de “cultura” das relações de poder voltadas estrategicamente para mudanças sociais.

Os autores se voltaram para transformações e interpretações sobre os modos de vida das classes operárias, resistindo às influências econômicas, sociais e políticas. Assim, esclarece Richard Johnson, em seu texto intitulado “O que é, afinal, Estudos Culturais?”, que:

[...] Para mim, boa parte das fortes continuidades da tradição dos Estudos Culturais está contida no termo singular “cultura”. (...) Ele tem como referência, em particular, o esforço para retirar o estudo da cultura do domínio pouco igualitário e democrático das formas de julgamento e avaliação que, plantadas no terreno da “alta” cultura, lançam um olhar de condescendência para a não-cultura das massas (JOHNSON, 2006, p. 20, grifos do autor).

Reconhecer a diferença apresentada por Johnson e, sobretudo, os produtos culturais que agem na reprodução social acentua a hegemonia da “alta” cultura em contraponto à cultura popular, perpassando o sistema capitalista. Diante disso, também é possível perceber o estabelecimento de novas perspectivas em relação a uma política educacional democrática aos menos favorecidos, pois “(...) os Estudos Culturais assumiram o papel de ‘testemunha’, dando voz aos significados que se fazem aqui e agora” (ESCOSTEGUY, 2006, p. 154, grifo da autora). Desde modo, as discussões se voltam aos fenômenos sociais, de interesse dos alunos da classe operária e de suas vidas cotidianas, no atravessamento à teoria compreendida como híbrida e interdisciplinar.

Conforme Cevasco (2003), os principais autores desses estudos lecionavam na *Workers Educational Association* (WEA), conhecida escola de jovens e adultos de período noturno, fundada em 1903 na Inglaterra, com diversas unidades espalhadas por regiões fabris, incluindo Londres e Escócia. Porém, como afirma Escosteguy (2006, p. 136), “Se originalmente os Estudos Culturais foram uma invenção britânica, hoje, na sua forma contemporânea, transformaram-se num fenômeno internacional”. Assim, inicia-se a decolagem dos estudos para o mundo universitário, porque:

[...] Fazer das culturas populares ou dos estilos de vida das novas classes objetos dignos de um investimento erudito pode também ser lido em sua dimensão de acompanhamento de uma mobilidade social desconfortável para as novas gerações intelectuais, bem como ponto de honra de continuar a luta política no campo acadêmico (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 50-51).

Com o avanço dos estudos e passado algum tempo, Stuart Hall se junta ao trio de fundadores. Jamaicano de origem, intelectual importante e participante das revistas da nova esquerda, de acordo com Mattelart e Neveu (2004), as suas pesquisas são direcionadas para o colonizado e suas experiências e seu pensamento ia além dos teóricos da época e suas possibilidades de desconstrução, integrando novos objetos e questionamentos.

Stuart Hall assumiu a direção do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, a convite de Richard Hoggart. O CCCS foi fundado em 1964, pois, “Em um projeto didático cujas palavras-chave são experimentalismo, interdisciplinaridade e envolvimento político, não é de admirar que surja a necessidade de uma nova forma de organizar essa prática” (CEVASCO, 2003, p. 63), bem como a necessidade de consolidar problemáticas que difundissem novos *corpus* de autores e objetos de estudos inovadores a partir dos estudos culturais e suas práticas.

Mesmo visto como indesejável e à margem institucional, o CCCS resistia por se manter com recursos financeiros limitados, diferente de outros departamentos tradicionalistas. Todavia, isso não impediu de mostrar sua legitimidade acadêmica, na qual “uma rara combinação de comprometimento social e político e de ambição intelectual produziu durante mais de quinze anos uma impressionante massa de trabalhos” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 56).

O seu surgimento corroborou, ainda, para compreender as “subculturas jovens⁴” a partir dos anos 1970, pois suas temáticas mobilizaram as ciências sociais para a diversidade de bens culturais. Assim, as mídias audiovisuais e seus programas influenciavam a vida social nas questões cotidianas dos sujeitos, como gênero, racismo, pós-colonialidade, diferença, identidade, discurso, entre outros.

O crescimento no interesse dessas temáticas foi percebido nas pesquisas acadêmicas, induzindo os modos de pensar sobre as diferenças culturais, frequentemente banalizados nas publicidades/entretenimentos, sobretudo em seus usos e costumes, visto que “(...) se a cultura é o núcleo do comportamento, ela o é como o ponto de partida de um questionamento sobre seus desafios ideológicos e políticos” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 72-73).

Compreender tais conteúdos ideológicos e culturais perpassa os sistemas de valores e representações que se ligam aos processos de resistência ou aceitação. Esses determinam os

⁴ Conhecidos como *bikers*, *hippies*, *mods*, *punks*, *rastas*, *rockers*, *ruddies*, *skinheads*, *teddyboys*, os pesquisadores do CCCS se debruçavam na compreensão de suas dinâmicas sociais, evoluções, hibridações e estilos de vida (MATTELART; NEVEU, 2004).

modos de ver, interpretar, ser, compreender, explicar o mundo, suas aprendizagens e convivências entre sujeitos. Mais adiante, esse conceito será discutido de maneira mais minuciosa na relação com os surdos, mas, por hora, é importante salientar que “(...) todas as práticas sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural” (JOHNSON, 2006, p. 30).

Nesse sentido, influenciados pelas perspectivas teóricas apresentadas pelos Estudos Culturais, os Estudos Surdos passam a se agenciar, considerando que:

O campo acadêmico dos Estudos Surdos é composto de abordagens interdisciplinares para a exploração de indivíduos Surdos, comunidades e culturas, e como eles evoluíram dentro de um contexto maior de poder e ideologia. Os currículos de Estudos Surdos são susceptíveis de incluir perspectivas a partir da, entre outros, antropologia, linguística, teoria literária, educação bilíngue, e uma série de estudos culturais, incluindo práticas de gênero, deficiência, e estudos étnicos. Embora esta grande diversidade de disciplinas ofereça múltiplas perspectivas, a orientação fundamental do campo é derivada da noção de que as pessoas surdas não são definidas por sua falta de audição, mas por formas linguísticas, culturais e sensoriais do ser no mundo (BAUMAN; MURRAY, 2014, p. 67-68).

Com sua difusão e um campo vasto de estudos, Lopes (2011) explica que Estudos Surdos é uma tradução para *Deaf Studies*, expressão criada por pesquisadores dos Estados Unidos, de onde se originaram esses estudos. Em 1960, William Stokoe foi um dos primeiros pesquisadores a reconhecer o status de língua conferida à *American Sign Language (ASL)*⁵ e, posteriormente, isso ocorreu em outros países, incluindo o Brasil.

Embora a expressão dos estudos cause dúvidas ou incômodos, diversos trabalhos se apresentam nesse campo interdisciplinar, marcados por sua posição epistemológica⁶. Sua tradução corrobora na ênfase da experiência dos/com sujeitos, a representação da vida real e suas narrativas, que frequentemente são vistas como de natureza patológica, “(...) como problemas que exigem uma intervenção não na organização da sociedade como um todo, mas nas atitudes ou nos comportamentos do próprio grupo que as sofre” (JOHNSON, 2006, p. 50).

Pensar na centralidade do sujeito auxilia a “(...) ultrapassar a mera oposição à visão médico-terapêutica, e, sobretudo, caminhar em direção ao reconhecimento político da surdez

⁵ Assim como nos Estados Unidos se fala em ASL, na Espanha, em Língua de Sinais Espanhola (LSE), entre outros. Uma crença recorrente em relação às línguas de sinais é acreditar que elas são universais, contudo, podem se diferenciar até mesmo dentro dos estados e/ou cidades, como acontece em Mato Grosso do Sul com as línguas indígenas.

⁶ Para Owen Wrigley, “a surdez não é tema de audiologia, mas de epistemologia”, não no sentido da filosofia ou da pedagogia do desenvolvimento, mas no sentido político que lhe deu, sobretudo, Foucault. “Epistemologia” remete, nessa concepção, às conexões entre conhecimento e poder (SILVA, 1997, p. 1). SILVA, Tomaz Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 8, 1997. p. 3-15.

enquanto diferença” (SÁ, 2002, p. 10-11). Nessa perspectiva, torna-se urgente problematizar e contrariar os discursos tensionados e “inventados” pela sociedade ao longo da história. “Em geral, a norma tende a ser invisível e é essa própria invisibilidade da norma que faz com que ela nunca seja questionada, problematizada: é sempre “desvio” que constitui o “problema” (SILVA, 1997, p. 4, grifos do autor).

Afinal, durante séculos acreditou-se que as intervenções médicas baseadas na oralidade e na negação da língua de sinais seriam o viés de salvação para educar as pessoas surdas à vida dentro da norma da sociedade, como Sá (2002) enfatiza:

[...] este enfrentamento pode possibilitar uma ressignificação das questões envolvidas, gerando, até mesmo, transformações sociais. Ora, os ouvintes desenvolveram um conjunto de concepções e princípios práticos dos pontos de vista educativo, linguístico, legislativo e social sobre os surdos que precisam ser confrontados, desfamiliarizados, pois, por trás de cada concepção, certamente, há interesses políticos, filosóficos, econômicos e até religiosos (SÁ, 2002, p. 10).

Diante desses embates e da urgência dos Estudos Surdos no Brasil, sua chegada se deu, segundo Lopes (2011), por volta de 1980, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os pesquisadores de áreas como educacional, filosófica, sociológica e psicológica buscavam o atravessamento da língua de sinais na constituição dos sujeitos e seus compartilhamentos culturais. O professor argentino Carlos Skliar foi pioneiro nesses estudos e, além de participar como professor visitante, também foi coordenador do NUPPES/UFRGS, permitindo o ingresso de mestrandos e doutorandos para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à causa surda, explicando que esse processo:

[...] iniciou-se formalmente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando um grupo de alunos e professores decidiu formar o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos, NUPPES, (...) nos motivava a criação de um novo espaço acadêmico e de uma nova territorialidade educacional à qual denominamos Estudos Surdos em Educação (SKLIAR, 2015, p. 5).

De acordo com Lopes (2011), os Estudos Surdos se consolidaram no Brasil em um programa de pesquisa, principalmente no Rio Grande do Sul, sendo que seu movimento se fortaleceu em pesquisas de mesmo cunho pelo país. Os pesquisadores surdos e ouvintes discutiram novos olhares para a educação de surdos, ou seja, por um lado, um novo viés para as políticas educacionais e lutas que vão ao encontro da diferença surda e, por outro, a tensão

com a Educação Especial, com um discurso hegemônico voltado para a deficiência. Os Estudos Surdos se reforçavam ainda:

[...] com o objetivo de gerar uma teoria e um olhar sobre a surdez, sabemos da impossibilidade de “falar” pelos outros. Porém, a nossa preocupação também está fundamentada na criação de um tecido, de um campo, de uma rede para planejamento de políticas educacionais para surdos. (...) Assim, nossos projetos de pesquisas são conduzidos para uma diversidade de focos que ainda estão em observação: identidades surdas, histórias e desencontros dos discursos hegemônicos sobre a surdez, rupturas entre a educação de surdos e a educação especial, práticas discursivas e dispositivos pedagógicos na relação entre educação e trabalho, artes e culturas surdas, relações entre Estudos Surdos e estudos de gênero, o currículo como território de colonização dos ouvintes sobre os surdos, os novos paradigmas da escolarização, o processo de formação de novas comunidades surdas, etc (SKLIAR, 2015, p. 6, grifo do autor).

Assim, contribuiu-se para novas narrativas, movimentos e resistências entre poder e saber sobre o sujeito surdo e sobre como as interpretações desses sujeitos assumem novos significados, apresentando números crescentes e consideráveis em produções acadêmicas, estudos, pesquisas, artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros, dissertações e teses (LOPES, 2011).

Tudo isso se tornou impulsionador para esta dissertação, alicerçando uma forma de apresentar o sujeito surdo como diferente e suas nuances para além da visão clínica-medicalizadora que se ancora em práticas ouvintistas⁷, que os reconhece como “deficientes” da audição com possibilidade de intervenções médicas, próteses, amplificadores e/ou desenvolvimento e correção da fala, implantes cocleares, que tenta normalizar e constituir-los para uma sociedade dominante e composta por uma maioria de sujeitos ouvintes.

Quero dizer que entender a surdez como um traço cultural não significa retirá-la do corpo, negando seu caráter natural (...). Significa aqui pensar dentro de um campo em que sentidos são construídos em um coletivo que se mantém por aquilo que inscreve sobre a superfície de um corpo (LOPES, 2011, p. 16).

Assim como Lopes (2011) é contrária à ideia ouvintista e corroborando com a afirmação, Skliar (2015, p. 8) alerta que “(...) ainda hoje, se percebe a necessidade de uma transformação ao nível das representações que conformam os poderes e os saber (...) que supõe uma análise aprofundada sobre algumas metanarrativas constituídas como grandes “verdades”.

⁷ Ouvintismo e suas práticas podem ser entendidas como as representações dominantes clínicas e terapêuticas dos sujeitos ouvintes sobre a surdez e os surdos, corroborando com o discurso dominante de que ser ouvinte é ser falante, e ser surdo precisa se adequar a essa norma (SKLIAR, 2015).

É importante olhar os surdos como participantes de um grupo que busca seu deslocamento político contra práticas dos poderes e saberes clínicos que narram uma cadeia com “surdos – deficientes auditivos, outros deficientes – Educação Especial – reeducação – normalização – integração” (SKLIAR, 2015, p. 8). Esse impasse, cada vez mais, tem gerado movimentos intermediados tanto pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), quanto pelas associações de surdos municipais e estaduais, com o objetivo de buscar seus direitos legais e legítimos, na perspectiva cultural.

A seguir, o próximo tópico de discussão se aprofundará nas questões que tratam as perspectivas sobre o surdo e suas transformações culturais ao longo do tempo. Para isso, nomina-se Deficiência *versus* Diferença: concepções epistemológicas sobre o surdo.

1.2 Deficiência versus Diferença: Concepções Epistemológicas sobre o Surdo

O mal de hoje é os muitos espaços de assujeitamento a normas desconhecedoras da diferença de ser surdo. No entanto, o bom se afigura nestes espaços no momento único da tolerância e da tímida aceitação do diferente. Nós, os surdos nos movemos pela diferença organizadora do totêmico⁸, do ler os sinais e as informações escritas no ar e de não ser compartilhantes do mundo de sons.

(Gladis Perlin e Flaviane Reis)

Discutir sobre as transformações contemporâneas surdas leva ao esmiuçamento de conceitos complexos que permeiam suas representações. Existe uma diversidade cultural nas sociedades contemporâneas, mas percebe-se que é muito além disso. Todos têm o desafio de buscar, inserir-se, superar os acontecimentos e se “encaixar” nas normas sociais. Para o autor pós-colonial indiano Homi K. Bhabha, essa concepção de normalidade se hospeda nos diversos corpos, contudo, as normas etnocêntricas mascaram a diferença.

Vários autores se destacam nessa discussão, o que possibilita ampliar a compreensão e a existência de pensar o surdo a partir de sua singularidade, com suas experiências visuais e uma língua com modalidade diferente das línguas orais. Assim, são atravessados por relações

⁸ De acordo com a nota explicada pelas autoras, no artigo “*SURDOS: cultura e transformação contemporânea*”, “(...) o totêmico representa o natural que agencia, identifica e une ao natural. Assim, as forças de atração surdo-surdo se constituem em forças do organizador totêmico. Trata-se de um agenciador simbólico. Desta forma, como usuários da visão, vamos constituindo os signos por ela captados e nos constituímos em leitores por excelência, (...) segundo o conceito definido é aquilo que nos puxa para uma direção, para o natural, e em nosso caso, para o ser surdos” (PERLIN; REIS, 2012, p. 30).

sociais, “(...) o sujeito surdo de hoje com as transformações que surgiram, transformações culturais novas e possíveis” (PERLIN; REIS, 2012, p. 30).

Em diversos registros históricos e científicos, percebe-se o surdo partindo do pressuposto de uma condição de subalternidade/assujeitamento social, porque se encontra, em vários desses registros, sua invisibilidade, resistindo à opressão da sociedade que é majoritariamente ouvinte e os traduz como incapazes, deficientes, impossibilitados de exercer suas próprias escolhas e ter seus direitos respeitados. Perlin e Reis (2012) esclarecem que:

[...] nos sentimos sujeitos militantes surdos, sentimos resistência, também participamos da experiência, também nos descrevemos como sujeitos culturais. Também lidamos na temporalidade presente, sentimos as idas e vindas nas emaranhadas tramas de poderes do contemporâneo que insiste, resiste e avança desordenadamente num ritmo frenético. Somos militantes e já chegamos, às vezes, às condições radicalmente necessárias, somos este tipo de pesquisadores que traz a resistência e a insistência contemporânea (PERLIN; REIS, 2012, p. 31).

No levantamento realizado para encontrar referências que dizem respeito à situação social dos surdos na história, é possível destacar diversos autores da área, como: Skliar (2015), Martins e Lisboa (2019), Moura (2015), Strobel (2016), Fernandes (2011), entre outros já citados. Esses contam sobre a narrativa de práticas ouvintistas e resistências que, por sua vez, quando narradas para além do circuito não clínico, podem e são entendidas de outras formas. Por exemplo:

[...] entender a surdez como um traço cultural não significa retirá-la do corpo, negando seu caráter natural; nem mesmo significa o cultivo de uma condição primeira de não ouvir. Significa aqui pensar dentro de um campo em que sentidos são construídos em um coletivo que se mantém por aquilo que inscreve sobre a superfície de um corpo (LOPES, 2011, p. 16).

Para entender melhor sobre os muitos detalhes da história dos surdos, da surdez e da busca por uma educação que contemple os surdos, é preciso retornar algumas leituras. De modo a não tornar o texto repetitivo, citam-se algumas passagens importantes e que outros autores já explicaram. Assim, esta síntese permitirá pensar e fazer interpretações sobre esse passado marcado por diversos embates.

Busquemos, então, conhecer os diferentes tempos onde ela, a surdez, vem se inscrevendo. Revisitando verdades discursivas e práticas de poder exercidas sobre a surdez e os surdos, quem sabe, possamos melhorar compreender os nossos devires (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 38).

Algumas perspectivas educacionais serão destacadas neste texto, pois, antes da Idade Média, o olhar para o surdo era para um ser não educável, baseando-se “(...) na visão aristotélica de que a fala se atrelava ao ato de pensar” (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 203). Apesar de tentativas de personalidades conhecidas que discutem sobre a educação de surdos, é preciso desmistificar esse período histórico, considerado para muitos como o “mais crítico”. Em 1880, aconteceu o Congresso Internacional de Milão⁹, um marco dessa discussão.

Esse congresso, como é narrado por muitos, definiu o melhor método educacional para os surdos, **proibindo o uso da língua de sinais** – como muitos narram. Essa proibição perdurou por cem anos com o aprendizado da língua oral, que se deu por intermédio de treinos repetitivos na tentativa de uma possível comunicação. Assim:

O oralismo considera o sujeito Surdo como pessoa que tem uma patologia que interfere na aquisição normal da linguagem, sendo assim, a filosofia oralista tem como fundamento integrar a criança Surda no mundo ouvinte, por meio do desenvolvimento da língua oral, pois só essa permite que a linguagem, possa se desenvolver paulatinamente (MOURA, 2015, p. 22).

Acreditou-se, em concordância com a historicidade da educação de surdos, que houve o predomínio da oralização, como única forma de possível aprendizagem e integração social, sendo que a fala oral permitia aos surdos o convívio no meio ouvinte sem mostrar sua diferença. Além disso, nesse período:

É interessante notar que o Congresso de Milão representava a supremacia da oralidade vinda da Alemanha, o método oral puro e com todo rigor alemão em seu desenvolvimento, *acredito que daí vêm as histórias de sofrimento e repressões aos surdos que gesticulavam* (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 44, grifo das autoras).

Apesar disso, é preciso registrar que o Congresso de Milão foi e é um evento que causa desconforto até hoje, em se tratando de um método conhecido como Método Oral puro¹⁰, que foi escolhido como a melhor opção para a formação e para o aprendizado na educação de surdos. Sua base era a leitura labial, a fala e a escrita dos sujeitos. Assim:

⁹ No final do século XIX, em 1880, em Milão, na Itália, foi realizado o II Congresso Internacional, com a finalidade de discutir qual seria o melhor método de ensino para surdos. O evento é muito citado entre as comunidades surdas justamente por marcar uma prevalência e imposição da prática oralista no mundo todo: prática escolhida majoritariamente por ouvintes (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 209).

¹⁰ “O método oral puro, proposto inicialmente por Samuel Heinicke (1727-1790), primeiro educador a elaborar uma sistemática para ensino de surdos na Alemanha, teve ampla adesão” (RODRIGUES, 2018, p. 96).

Como o Método oral puro já havia sido proposto como ideal na instrução de surdos, as demais resoluções giram em torno de se organizar suficientemente as questões relativas à sua manutenção. Nas resoluções VII e VIII os congressistas definirão a idade escolar, o tempo de escolaridade, o número de alunos por sala, a classificação dos estudantes, a oralização dos ensinados com sinais, a gradual implantação da nova metodologia. Esquadrinhada dessa forma, a educação de surdos pertence a um gerenciamento da vida (RODRIGUES, 2018, p. 101).

Observa-se uma oscilação entre o pastorado e a biopolítica, conforme discute Rodrigues (2018), no sentido de mudança da sorte das pessoas surdas que passaram de necessitadas, sem amparo, à condição de capazes de serem educadas para o convívio social. Para tanto, confirma-se a afirmação de que:

Guiados por uma norma política, econômica e social daquele tempo, a normalização dos indivíduos surdos através da oralização era vista como única possibilidade de os mesmos entrarem no mundo do trabalho, bem como a única possibilidade de receberem o sacramento e assim trilharem o caminho da salvação (VIEIRA- MACHADO; MATTOS, 2019, p. 38).

Durante o processo de formação e aprendizado na língua de sinais desta pesquisadora, perpetuaram-se esses discursos históricos em relação ao surdo, limitando sua diversidade e compreensão de singularidade. As autoras citadas apresentam, em sua pesquisa documental e histórica, o rompimento de diversos paradigmas sobre essa temática e, principalmente, sobre o Congresso de Milão, indicando que “(...) os saberes produzidos como efeito de uma força cujos padrões são externos e normalizadores inserem-se em um jogo de relações de poder com história e tecnologia específicas e sustentam práticas discursivas de poder” (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 40).

Dessa maneira, as relações de poder presentes na sociedade se fazem valer do discurso do outro, até mesmo na apropriação de sua história, como no caso citado. No texto, percebe-se que existe um lapso histórico presente na maioria dos autores que discorrem sobre a história da educação de surdos, mantendo uma única verdade, como, por exemplo, que os surdos sumiram ou a inexistência da língua de sinais, muito menos falam se existiram outros congressos¹¹ ou, ainda, sobre a formação de surdos nas demais décadas após o Congresso de Milão. Vieira Machado e Mattos (2019) destacam que houve falas de surdos com a presença de

¹¹ Sobre isso, ver a dissertação de José Raimundo Rodrigues, que apresenta diversos congressos após o Congresso de Milão e diversas atas traduzidas em seu trabalho, comprovando que nem os surdos tampouco a língua de sinais foram erradicados. Disponível em: <https://bitly.com/Zhri4>. Acesso em: 24 jun. 2020.

intérpretes, pois os surdos sempre lutaram por seus direitos, sobretudo no Congresso de Paris de 1990:

DISCURSO DO SR. ERNESTO DUSUZEAU (Presidente do Comitê de Organização – seção de surdos-mudos) (...) já foram realizados muitos Congressos com este objetivo, mas sem qualquer resultado satisfatório. (...) Nós não pedimos senão uma coisa: que a nossa língua natural, a linguagem de sinais, não seja sacrificada pela linguagem articulada (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 49-50).

Desde aquela época, os surdos já se apresentavam como capazes, sendo plurais e concomitantemente singulares, subjetivados como diferentes, mas o que se vê atualmente é a prioridade do saber à luz da ciência, dos saberes científicos e metodológicos, priorizando a educação para os surdos tal qual para os ouvintes.

Os padrões históricos apresentam diversas técnicas aliadas à oralidade, aos aparelhos auditivos, entre outros. Com isso, a tecnologia e a ciência criaram, cada vez mais, estratégias para o ser surdo de acordo com a norma. Além disso, compreendeu-se que “(...) o ensino não pode ser vinculado apenas a um método, pois será a própria aptidão do surdo que deverá indicar o meio mais eficaz no seu processo de aprendizagem” (RODRIGUES, 2018, p. 135).

Já na perspectiva de Lacerda (1998), a história da educação de surdos aconteceu com o predomínio da oralização como referencial para as práticas educacionais, sendo essa desenvolvida como forma para possível aprendizagem, integração social, possibilidade para suas profissionalizações e, sobretudo, caminhava para a salvação divina, desde o século XIX. Ainda é observado que, nesse período, as dificuldades em aprender a ler e a escrever ocorriam de modo tardio, o que lhes ocasionava uma alfabetização tardia.

Como a maioria dos surdos demonstravam inúmeras dificuldades na aquisição da fala, segundo Lacerda (1998), quando eles conseguiam algum sucesso, isso era parcial e tardio em relação à fala do ouvinte, mesmo com o incremento do uso de próteses, o chamado aparelho auditivo. Com o método aplicado, os surdos não aprendiam a falar, ocasionando marcas negativas para suas vidas.

Os saberes produzidos como efeito de uma força cujos padrões são externos e normatizadores inserem-se em um jogo de relações de poder com história e tecnologia específicas e sustentam práticas discursivas de poder. Porém, esses saberes efeitos, apesar da força do poder normativo, acabam, muitas vezes, por produzir quebras, rachaduras, dobradiças, transformações inesperadas em seu bojo, revertendo, muitas vezes, o curso da história, pela produção de escapes, invenções de cada tempo (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 40).

Mesmo com tantas histórias produzidas a partir do Congresso de Milão e da fase da oralização, é possível observar a resistência dos surdos em outros congressos a partir da dissertação de Rodrigues (2018), mostrando que:

Em Paris, no período de 10 a 18 de julho de 1889, se deu o - Congresso internacional dos surdos-mudos que procurou discutir os efeitos das decisões tomadas no Congresso de Milão (1880). O congresso formulará um pedido formal para **a restauração da linguagem gestual nas escolas para surdos-mudos**. Abre-se após este congresso de Paris uma nova sequência dos congressos de surdosmudos. [...] Os congressos de Paris (1878), de Milão (1880), de Bruxelas (1883) e de Paris (1900 - sessão dos ouvintes) foram organizados por educadores ouvintes. Os congressos de Paris (1889), Chicago (1893), Genebra (1896), Dijon (1898), Paris (1900 - Sessão dos surdos-mudos) foram organizados por associações de surdos-mudos (RODRIGUES, 2018, p. 103, grifo da pesquisadora).

Observa-se que, para muitos autores ainda, essa narrativa de rigor contra os “gestos” fez com que **houvesse o apagamento da língua de sinais e dos surdos**. Mas, na verdade, durante o Congresso e os demais, os surdos participaram ativamente e suas falas se perpetuaram resistentemente.

Apesar de a fase do oralismo não desenvolver o efeito cem por cento desejado pelos seus idealizadores e ter havido descontentamento por muitos pesquisadores e/ou estudiosos da época, suas ideias contribuíram para o surgimento da abordagem conhecida como Comunicação Total, na década 1970. Tal abordagem se objetivava no desenvolvimento da comunicação, da interação e da sociabilidade dos surdos com as demais pessoas por meio da oralidade combinada com sinais e elementos visuais. Esclarece-se que:

A comunicação total não exclui recursos e técnicas para a estimulação auditiva – abrange a adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, a leitura labial, a oralização, a leitura e a escrita. [...] Seja por meio da linguagem oral, seja pela língua de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos, deve-se priorizar a comunicação (SANTANA, 2007, p. 180).

Essa forma de comunicação buscava facilitar o aprendizado na educação de surdos, com perspectiva de readaptação da deficiência ao padrão “normal” dos demais ouvintes. Assim, a comunicação oral era ensinada para que a criança desenvolvesse uma comunicação real e acessível ao aprendizado gramatical da língua oral.

A mistura de estratégias e combinação de diferentes métodos acarretou a “(...) criação de recursos artificiais para facilitar a comunicação e a educação dos surdos dificulta a

comunicação entre aqueles que dominam códigos diferentes de sinais” (SANTANA, 2007, p. 181). Por esses e outros pontos, a comunicação total foi considerada falha e incapaz de auxiliar no processo de aprendizagem dos surdos. Dessa forma:

Ainda que o objetivo da educação de surdos, naquele período, fosse alcançar a língua comum dos concidadãos, isto é, a língua oficial do Estado, a entrada dos sinais na vida institucional aconteceu na e pela escola. Embora houvesse grupos de pessoas surdas utilizando sinais diariamente muito antes da escolarização dessas, foi a instituição escolar que transformou o comportamento linguístico dos surdos em um instrumento pedagógico adaptado às especificidades da sua educação. Isto significa compreender que antes de ser assumido como uma língua, os sinais se legitimaram como ferramenta educacional na emergência do que mais tarde se tornaria a Educação Especial (WITCHES; VIEIRA-MACHADO, 2020, p. 156).

Assim, em meados dos anos 1990, outra proposta pautada na educação dos surdos era discutida, na perspectiva da inclusão. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a proposta visava a “(...) uma ação política cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008). Entendeu-se que essa perspectiva garantia o acesso e a participação dos surdos nas escolas regulares, considerando sua especificidade linguística, com os mesmos direitos dos demais alunos.

Já no final dos anos 1990, surgiu o bilinguismo, seguindo uma tendência no mundo com práticas e políticas centradas na utilização, tanto da língua de sinais, quanto da língua oficial do país, numa perspectiva de repensar o ensino escolar para pessoas surdas. Apesar das tensões causadas na perspectiva inclusivista, observa-se o fortalecimento das políticas surdas, em que:

[...] a educação bilíngue que tem sido proposta pelas políticas atuais no Brasil constitui-se também de ambiguidades. Por um lado, é resultado da luta pelo direito dos sujeitos surdos a uma educação em língua de sinais e em língua portuguesa; por outro, pode ser entendida como uma prática biopolítica de governo que atua sobre a população escolar surda mediante sua inclusão na escola e no mercado de trabalho, subjetivando, normalizando” (THOMA, 2016, p. 759).

Apesar de a comunidade surda defender o bilinguismo como modo de valorizar a diferença linguístico-cultural dos sinalizantes, na prática ainda há propostas que até remetem os surdos à opressão, deixando de lado inclusive na língua de sinais. Por conta disso, continuam a viver e a ser considerados pela maioria da sociedade como incapazes, deficientes,

impossibilitados, dotados de estereótipos que dificultam historicamente exercer suas próprias escolhas e seus direitos. Logo:

No âmbito da política educacional, a comunidade surda sempre esteve inscrita em uma pauta da educação especial e mais recentemente da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Em um panorama histórico da trajetória de escolarização de surdos no Brasil, estas práticas foram conduzidas por políticas que impunham o desenvolvimento de educação oralista, gradativamente sendo aceita a língua de sinais, primeiro por meio da combinação de elementos presentes nos métodos de “comunicação total” e, mais recentemente, com diretrizes para uma educação bilingue (Libras e Português) (ALBRES, 2020, p. 30, grifo da autora).

Assim, como ainda existem outros modos de pensar a educação de surdos na atualidade, consideram-se todos como uma invenção cultural, com quantos sentidos e significados são dados e feitos a partir dela. Em uma analogia com Said (2001), pode-se afirmar que a imagem do Oriente foi estereotipada, inventada pelo Ocidente, pois o Orientalismo foi o discurso do qual a Europa se valeu de um conhecimento hegemônico em relação ao “outro” para sua dominação.

Esse pensamento ocidental por vezes se apresenta como reducionismo do outro a um próximo, que se desenvolveu com a modernidade, porque “(...) não se trata, já, de matá-lo, devorá-lo ou seduzi-lo, nem de enfrentá-lo, ou rivalizar com ele, também não de amá-lo ou odiá-lo, agora primeiro, trata-se de produzi-lo. O Outro tem deixado de ser um objeto de paixão para se converter num objeto de produção” (SKLIAR, 2003, p. 41).

Essa situação é tomada ao se refletir sobre o outro surdo, pois quantas vezes sua singularidade é posta como loucura ou como nervosismo, criando suposições errôneas a seu respeito? Nesse cenário, “(...) as pessoas constroem estruturas e discursos para a manutenção e disseminação do preconceito. (...) Em todas as esferas sociais, há níveis de demonstração de preconceitos; da mesma forma há formas veladas em algumas ações (dizeres e fazeres)” (GESSER, 2009, p. 68-69, grifo da autora). É como pensar naquele ditado popular “*Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*” e criarem-se formas outras que se justificam.

Nesse sentido, de acordo com Gonçalves (2018), encontra-se no círculo bakhtiniano a produção de sentido, considerando uma perspectiva do uso da linguagem em que:

[...] a língua constrói-se a partir do discurso, daqueles usos que determinada sociedade faz das palavras que se utiliza. O sistema linguístico advém do uso, do discurso. Em um movimento contínuo e circular, discurso e sistema constituem-se e são constituídos um a partir do outro. Com base no uso, o sistema linguístico se constrói e o discurso é edificado devido à sistematização

que se dá ao longo do tempo, e da atualização que acontece no momento da enunciação (GONÇALVES, 2018, p. 85).

Porém, opondo-se a essa perspectiva, Castro Júnior (2015) aborda e problematiza essa proposição com o audismo baseado na ideia do colonialismo, em que o grupo dominado é controlado, inclusive na ordem cultural, estabelecendo uma relação de desigual. Sob a perspectiva desse discurso, ainda, compreendem-se produções de se enxergar a deficiência de modo que:

- Olham para a surdez e para os surdos a partir de uma posição ouvintistas. O que fazem para “imaginar-compreender” esse “outro” é projetar-se para seu lugar, mas sempre carregando suas próprias significações de ouvintes;
- Olham a surdez como uma falta, um dano, um prejuízo à normalidade ouvinte;
- Olham a surdez como a ausência da fala. “Não ter a fala” pressupõe uma sociedade oral, a mudez; dito de outro modo, pressupõe “ausência” de pensamento ou, pelo menos, pressupõe que o surdo não tem o que dizer;
- Por conhecerem um surdo, generalizam seus comportamentos e saberes para todos os surdos. Por exemplo, se a pessoa conhece um surdo que fala e faz leitura labial, parte do pressuposto de que todos os surdos podem falar;
- Olham o surdo como se ele fosse um estranho, um estrangeiro;
- Consideram a surdez uma condição que coloca os surdos em um mundo à parte, às vezes, indesejável porque desviante;
- Olham a surdez como a “presença de algo” que, quando “atravessado” por um grupo surdo ou por uma comunidade surda, passa a ser uma materialidade cultural (LOPES, 2011, p. 51, grifos da autora).

Nos dias atuais, essas interpretações em forma de discurso produzido não estão distantes e ainda se perpetuam, pois não consideram o sujeito surdo nas suas múltiplas identidades¹², para além delas e para as representações de si mesmos. O que se vê é a estereotipagem, que, de acordo com Bhabha (1998, p. 105, grifo do autor), “(...) é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido”.

Ainda, segundo Stuart Hall, em seu texto sobre *Cultura e Representação*, pode-se encontrar esse conceito como o estabelecimento de “uma fronteira simbólica entre o “(...) normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*), entre nós e eles” (HALL, 2016, p. 192, grifos do autor).

¹² PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez** – um olhar sobre as diferenças. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, pp. 51-73.

Não se nega a surdez na sua existência, mas é preciso discuti-la, pensar em outras formas que a representem e criem a ligação entre os sujeitos a partir dessas novas práticas de reconhecimento. Esse outro pode ser distante ou não e é diferente de mim, de nós, assim como Bhabha esclarece:

[...] dar ao estereótipo colonial sua forma de ser: assegura sua repetição ao mudar as conjunturas históricas e discursivas; informa suas estratégias de individualismo e marginalização; produz este efeito de verdade provável e de predicabilidade que, no caso do estereótipo, deve aparecer sempre em excesso, mais do que ser provado empiricamente ou construído logicamente. (...) O reconhecimento do estereótipo (...) desafia os modelos deterministas e funcionalistas da concepção do relacionamento entre discurso e política e perguntas relativas às posições dogmáticas e moralistas do significado da opressão e da discriminação (BHABHA, 1986, p. 178).

Assim, é necessário abandonar o tradicionalismo da perspectiva clínico-terapêutica, centrada apenas na deficiência, no que falta, na falha ou na imperfeição, que parte das visões médicas, terapêuticas, assistencialistas e, ainda, de um mercado tecnológico que busca lucrar com próteses auditivas e cirurgias de implantes cocleares, no sentido de moldar, ainda na infância, e de construir esse sujeito subordinado como sujeito ouvinte. Assim:

Grande parte de tais *experts* era fortemente atravessada por discursos clínicos que se impunham na forma de descrever e classificar a surdez e os seus “portadores”. A maioria deles produziu saberes que orientam grupos a olhar os sujeitos com surdez como capazes de serem “tratados”, “corrigidos” e “normalizados” através de terapias, treinamentos orofaciais, protetização, implantes cocleares e outras tecnologias avançadas que buscam, pela ciborguização do corpo, a condição de normalidade (LOPES, 2011, p. 9, grifos da autora).

Romper com essa concepção e entender que existe um novo caminho à luz da concepção socioantropológica é necessário para compreender questões histórica, linguística, cultural, política e social. Partindo de uma analogia entre outras minorias étnicas e linguísticas, conforme esclarece Lopes, tem-se que:

[...] proponho olhar a surdez de outro lugar que não o da deficiência, mas o da diferença cultural. Não nego a falta de audição do corpo surdo, porem desloco meu olhar para o que os próprios surdos dizem de si quando articulados e engajados na luta por seus direitos de se verem e de quererem ser vistos como sujeitos surdos e não como sujeitos com surdez (LOPES, 2011, p. 9).

Compreender essa singularidade do surdo e o conceito de surdez tem apresentado transformações ao longo dos anos. Atualmente essa discussão se faz não apenas no sentido biológico, mas também político, no sentido de “(...) assumir a condição de surdez, e a partir dela lutar para que a diferença surda seja reconhecida e respeitada” (LOPES, 2011, p. 69).

No âmbito legal, ressalta-se, no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo I, que trata das disposições preliminares, que: Art. 2º “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” (BRASIL, 2005).

Nesse Decreto, ainda é perceptível uma ambiguidade no que se refere a essa temática, dificultando aos surdos o reconhecimento da sua diferença, sendo constituída como experiência, relação social, subjetividade e identidade e não apenas atrelado à perda auditiva. Sendo assim, não se devem reduzir os surdos apenas ao estereótipo da deficiência, como demonstra Bhabha:

Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la, o que só é possível ao se lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominação e dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado) (BHABHA, 1998, p. 106).

Desse modo, ressignificar a surdez, partindo da necessidade de novas narrativas com base na perspectiva cultural para que compreendam sua experiência visual como particular e singular, assume novos olhares epistemológicos rompendo com a convicção de oposição ao ser ouvinte. Isso possibilita ao surdo ser respeitado na sua diferença, não se utilizando do pensamento de que “é muito importante incluí-los por intermédio de...” ou “que é necessário desenvolver ações para...” os surdos, reforçando muito mais o preconceito ou a exclusão. Então, pode-se afirmar que:

(...) não é uma simplificação por ser uma representação falsa da realidade específica, mas uma simplificação porque é uma forma de representação fixa e interrompida que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do outro permite), cria um problema para a representação do sujeito em acepções de relações psíquicas e sociais (BHABHA, 1986, p. 193).

Assim, o lugar de representação do sujeito surdo opera como o lugar de reconhecê-lo como único, que se constitui nas relações também com o(s) outro(s) em sua comunicação, sobretudo na diferença e na semelhança, concluindo-se que essa interação cultiva sua interação e singularidade, “(...) como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais,

ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas” (SKLIAR, p. 2015, p.13).

Desta forma, a diferença celebra a diversidade, de modo enriquecedor, aproximando o outro, com suas identidades indissociáveis e, portanto, “(...) marcada por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais” (WOODWARD, 2009, p. 54).

A próxima discussão versa sobre a cultura e a constituição do *éthos* surdo, a partir de suas experiências.

1.3 A Cultura e a Constituição do Éthos Surdo

Experiência de ser surdo ou experiência visual significa mais que a utilização da visão, como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de ser povo surdo, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico.

(Gladis Perlin)

A abertura dessa discussão é apresentada pela pesquisadora e professora surda gaúcha Gladis Perlin. O trecho epigrafoado foi retirado de sua tese de doutorado e expressa como é o ser surdo a partir de suas experiências visuais, sua cultura e sua língua que corrobora com novos significados. Ainda para a construção discursiva deste tópico, foi possível dialogar com os estudos e as pesquisas acerca de discussões propostas por autores do círculo de Bakhtin, Stuart Hall, Lopes e Veiga-Neto, Larrosa e Skliar, entre outros, e discuti-los sobre a perspectiva da pessoa surda e sua diferença cultural, uma vez que é possível encontrar esses assuntos que perpassam nas discussões de outros autores.

De início, considerar que a constituição de sociedade se cristaliza a partir de fenômenos culturais heterogêneos abre espaço, sobretudo, para compreendê-la a partir dos Estudos Culturais, de modo que “(...) *cultura como forma global de vida ou como experiência vivida de um grupo social*, assim, concebem a cultura como *campo de luta em torno da significação social*” (SÁ, 2002, p. 83, grifos da autora). O que se observa, porém, é a compreensão de cultura constantemente reduzida a tradições artísticas, língua, religião, modos de vestir, agir, ideias e sentimentos.

Contrária a isso e corroborando com Sá (2002), a filosofia dialógica afirma essa proposição, que se encontra diretamente ligada à relação de existência e singularidade do sujeito, constituída nas práticas sociais do cotidiano. Conforme esclarecem Pajeú e Miotello:

A compreensão da cultura como esfera simbólica do homem em interação com seu outro faz com que os contextos cotidianos tomem lugar nas reflexões sobre essa temática, promovendo um novo conjunto teórico para se compreender as ações e interações humanas nos seus horizontes sociais. O entendimento das relações humanas só pode ser concreto a partir da lógica da realidade que se faz presente no cotidiano dos sujeitos, da realidade do povo, que não pode ser constituída a partir de uma superfície ideal (PAJEÚ; MIOTELLO, 2018, p. 776, *sic*).

Sendo assim, os fenômenos culturais da sociedade se apresentam em formas heterogêneas e múltiplas, compondo as diferenças entre os sujeitos e as suas relações sociais, em que a produção desses significados são espécies de teias compartilhadas de diferentes grupos: dos surdos, de classes distintas, de gêneros, de etnias, etc. Deste modo, “(...) o mundo no qual se objetiva o ato da atividade de cada sujeito e o mundo em que tal ato verdadeiramente, irrepetivelmente, incide e tem lugar como representação” (PAJEÚ; MIOTELLO, 2018, p. 776). Corroborando com a ideia dos autores, Sá (2002) apresenta a cultura como a troca de significações por determinados grupos humanos, fatos da vida, seus discursos, emoções, atos, ideias, valores, poder e significados. A autora ainda reforça que:

[...] pode-se estudar a cultura surda como uma subcultura e pode-se pesquisar as práticas de resistência que se dão através desta subcultura específica; nesta perspectiva a cultura dos surdos é entendida como um campo de luta entre diferentes grupos sociais, em torno da significação do que sejam a surdez e os surdos no contexto social global (SÁ, 2002, p. 84).

Apesar de a autora utilizar o termo subcultura¹³ para propor a discussão sobre a cultura surda, não se acredita que essa seja menor ou advinda de outra(s); ao contrário, é mais uma das culturas participantes da sociedade que estão presentes no dia a dia e, geralmente, são silenciadas/invisibilizadas. Apesar disso, suas manifestações são advindas, sobretudo, da língua de sinais, de sua experiência visual, sua forma de compreender e ser compreendido no processo de comunicação, subjetivação dos surdos, bem como seus modos de vivenciar suas experiências, de se organizarem, etc. Segundo Perlin, entende-se:

[...] a cultura surda, vista do nível das múltiplas culturas ou da proliferação cultural ou das diferenças, faz com que transpareça com toda a sua excelência nas linguagens constitutivas das culturas. Entrar no lugar da cultura surda requer conhecimento da experiência do ser surdo/a com a toda a transformação que o acompanha (PERLIN, 2004, p.73-74).

¹³ Inúmeros são os termos utilizados por alguns autores, sendo subcultura, cultura minoritária, cultura emergente, baixa cultura, entre outros.

Fazendo relação com essa perspectiva, é importante destacar que a cultura surda é muito maior e significativa do que pensar em um aglomerado de sujeitos surdos ou, ainda, que se trata de um povo (surdos e/ou ouvintes) com um perfil “exótico” cuja principal característica é o falar por meio das mãos sinalizantes. Nesse sentido, “(...) a cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é seu revés. Não é uma cultura patológica” (SKLIAR, 1998, p. 29).

Essa cultura ainda está sujeita à compreensão individual dos surdos de maneira sociocultural, de acordo com seu contexto social, econômico e até mesmo tecnológico. Nesse contexto, cada sujeito se relacionará de forma única com os outros e o todo social, apesar da diversidade heterogênea de sujeitos que podem ser encontrados inseridos nas comunidades surdas: surdo negro, surdo índio, surdo gay, surdo cadeirante, surdo oralizado, surdo sul-mato-grossense e assim por diante. Entende-se que:

A cultura surda é então a diferença que contém a prática social dos surdos e que comunica um significado. É o caso de ser surdo homem, de ser surdo mulher, deixando evidências de identidade, o predomínio da ordem, como por exemplo, o jeito de usar sinais, o jeito de ensinar e de transmitir cultura, a nostalgia por algo que é dos surdos, o carinho para com os achados surdos do passado, o jeito de discutir a política, a pedagogia, etc (PERLIN, 2004, p.77).

Dessa maneira, cada grupo se organiza de modo diferente, em regiões diferentes e com interesses que também se diferem, relacionados por religião, profissão, raça, gênero, entre outros. Como explica Karnopp:

Ao afirmarmos que os surdos brasileiros são membros de uma cultura surda não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura simplesmente porque elas não ouvem. Os surdos brasileiros são membros da cultura surda brasileira da mesma forma que os surdos americanos são membros da cultura surda norte-americana. Esses grupos usam línguas de sinais diferentes, compartilham experiências diferentes e possuem diferentes experiências de vida (KARNOPP, 2006, p. 99).

É possível observar também os traços identitários compartilhados entre eles, que encurtam até mesmo as barreiras geográficas, na aproximação sociocultural e linguística. Essas aproximações criam novos modos de avançar no fortalecimento e na reivindicação, que partem, principalmente, da valorização de sua língua de sinais - no caso do Brasil, a Libras -, correspondente ao sentimento de pertencimento que é compartilhado nessas comunidades ou grupos, ou por ser surdo, compartilhar da mesma língua e, ainda, dividir experiências de

maneira muito similar. Por isso, nessas experiências “(...) vêm-se novos jeitos de ser surdo, como seu como de comprar, olhar, comunicar, escolher, socializar” (PERLIN, 2004, p. 78).

As lutas em torno de uma política linguística e educacional também criam formas de fortalecer ações em prol de fomentar, nos espaços sociais, produções culturais, no país, voltadas ao acesso em sua língua. Esse movimento em torno da cultura agrega uma posição histórica e possibilita entender o mundo ao seu redor, trazendo novos sentidos e a construção de novos significados. Sendo assim, Hall esclarece que:

[...] em toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais (...) a cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento, bem como a conceitos e a ideias. A expressão no meu rosto pode até “revelar algo” sobre quem eu sou (identidade), o que estou sentindo (emoções) e de que grupo sinto fazer parte (pertencimento). (...) os significados culturais não estão somente na nossa cabeça – eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e consequentemente geram efeitos reais e práticos (HALL, 2016, p. 20).

Cada cultura tece sua forma de classificar o mundo e, dessa maneira, assim como também fazem os surdos nas suas relações, vê-se que “(...) é pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados” (WOODWARD, 2009, p. 41).

Nessa construção de significados, por meio das práticas visuais, constituem-se as significações derivadas dos marcadores culturais, explicados por Lopes e Veiga-Neto (2006, p. 82, grifo dos autores) como sendo “(...) além da língua de sinais, da arte, do teatro e da poesia surda, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos permitem falar de identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de *ser surdo*”.

Além disso, é o ser a partir de suas experiências de estar, fazer, viver, sentir presentes no dia a dia de maneira peculiar dos sujeitos. Para autores pós-colonialistas, esse termo pode ser entendido e interpretado de outra forma. Conforme o autor russo M. M. Bakhtin, o social, o histórico-cultural pertencentes aos sujeitos são elementos de estudo da estética. Autores do seu círculo discutem que:

A concepção estética resulta de um processo que busca representar o mundo sob um ponto de vista exotópico do sujeito, de um posicionamento de fronteira de onde o homem enxerga o mundo com adequado distanciamento; para transfigurá-lo na edificação da sua palavra estética e que carrega também os aspectos sociais e históricos (PAJEÚ; MIOTELLO, 2018, p. 776).

Voltando para os escritos de Lopes e Veiga-Neto (2006), a definição dos marcadores culturais esclarece que as produções surdas com base nos seus próprios modos de ver e interpretar o mundo por intermédio de suas experiências visual-espacial atribui:

[...] a noção de marca, quando atribuída à cultura, fundamenta seu significado tanto no que é impresso na alteridade e nas almas dos sujeitos, quanto no que é impresso na materialidade de seus corpos. Marcas, portanto, não são somente traços materiais; marcas são, também, impressões que, ao informarem sobre como o outro nos vê, imprimem em nós sentimentos que nos constituem como um sujeito marcado pelo outro e, por isso, diferente em relação ao outro (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 84).

Desse modo, essas marcas vão se atrelando à subjetividade do sujeito tornando-se frequentes sua produção, circulação e existência, sobre algumas condições, tais como afinidades, interesses, tempo, espaço, luta e resistência. Sobretudo, o encontro, ou seja, a presença é uma das principais condições para que os marcadores culturais se (re)criem. Nesse ínterim:

A impossibilidade da tradução do *ser surdo* é a impossibilidade da tradução universal da identidade surda. Não há uma essência surda, mas há organizações e invenções surdas. Lutar pelo reconhecimento da diferença surda é lutar contra a noção de essência, pois na essência esconde-se aquilo que não podemos manipular, modificar e construir. Acreditar e lutar por uma essência estão na contramão de lutar pela diferença cultural, neste caso, pela diferença cultural surda, que necessita proporcionar condições materiais para a sua existência. Portanto, alguns dos marcadores culturais tais como luta, vida em comunidade, língua de sinais - são invenções surdas pela manutenção de sua própria existência. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 91, grifo dos autores).

Pensando na infinidade de marcadores culturais presentes na cultura surda, destaca-se o Arte Sinalizada¹⁴ como um dos marcadores que mais arrebatam. Isso ocorre porque a maneira como os sinais, a sua visualidade e a ludicidade são apresentadas como elementos estéticos da língua provocam emoções e sentidos a partir das experiências vivenciadas pelos surdos. Aproveita-se para apresentar um trecho da dissertação de Mourão (2011), artista, pesquisador

¹⁴ “Compreendidos como artífices da poesia de rua, da atuação teatral, da tradução artística de espetáculos, da produção de videoguias. (...) diferentes linguagens presentes no espetáculo teatral, como teatro surdo, produção teatral sinalizada ou dramaturgia sinalizada, Visual Vernacular (VV), Slam, Teatro Surdo Brasileiro (TSB), teatro em equipe, estética no campo da tradução em espetáculos teatrais, Teatro de Animação em Língua de Sinais (TALS)”. Taveira, Cristiane Correia. Editorial: Espaço 54. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro; n.1, p. 7-11, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/sQkww>. Acesso em: 09 fev. 2021.

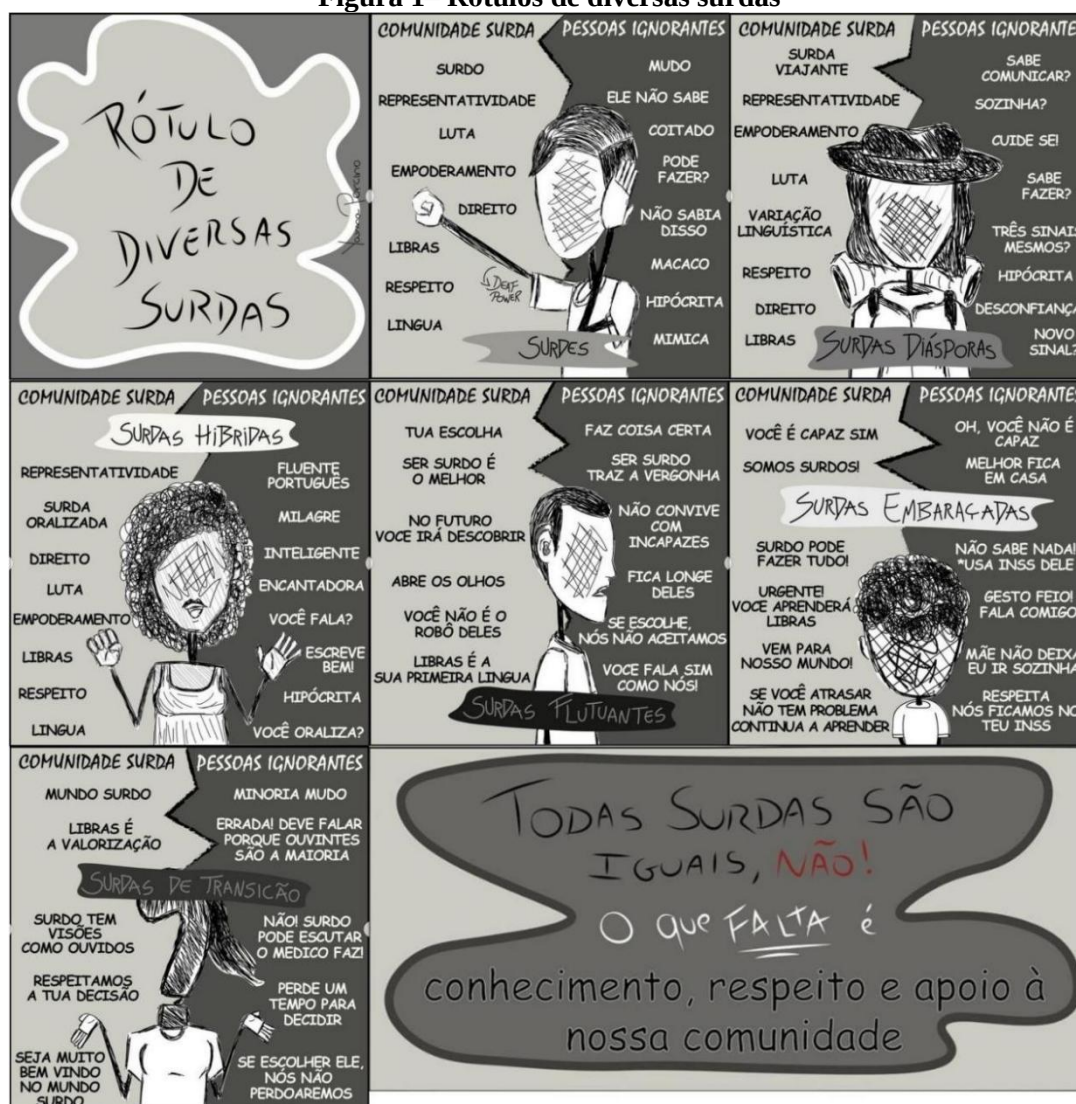
e professor surdo, em que expressa, por meio das palavras, a experiência do sinalizar, refletindo quão complexo é esse processo:

As mãos, na língua de sinais, produzem as palavras, voam como a velocidade da luz, atravessam a visão do outro, desembarcam no aeroporto dos olhos, automaticamente as malas vão parar no cérebro, explodindo os maiores parques do mundo, onde podem brincar de roda gigante, carrossel, montanha russa. Com as palavras gritando, entre uns e outros, são produzidas linguagens que se conectam além do significante/significado, se tornam signos, e logo nasce o compreender e entender das palavras. (...) vão até o fim, chegando às mãos, entregando às mãos as palavras/significados que voam para outra visão, que as recebe, com maior prazer de entendimento (MOURÃO, 2011, p. 38).

Dessa forma, os indivíduos se organizam, se relacionam, constituem-se de maneira consciente e simbolicamente por intermédio da linguagem e suas manifestações num meio social. Para eles, “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN, 2006, p. 32). O surdo é concebido na articulação da diferença, de ser surdo, da cultura e da alteridade, que se constrói na enunciação da diferença cultural.

É importante salientar que o ser surdo não é o oposto de ser ouvinte, pois não é nessa lógica binária que se dá a discussão e o pensamento na constituição dos sujeitos surdos, mas, sim, a partir de suas articulações a partir da diferença e da diferenciação. O ser surdo vai muito além dessas características suficientes por si só, que se definem em uma identidade hegemônica, cristalizada ou petrificada, como cita Perlin (2015, p. 52), ao garantir que “Entendo o conceito de identidades plurais, múltiplas; que se transformam que não são fixas, imóveis, estáticas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias, que não são algo pronto”. Observe-se a imagem a seguir:

Figura 1– Rótulos de diversas surdas



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFIx9sGpwiM/>. Acesso em: 15 set. 2020.

A figura 1 foi retirada da rede social *Instagram*, do perfil do @coletivo_surdovisao, direcionado a surdos, ouvintes, simpatizantes e participantes da comunidade surda brasileira, que tem por objetivo incentivar os movimentos acadêmicos, artistas e jovens da comunidade surda na luta pelos direitos dos surdos do Brasil, utilizando a #respeitaafaladosurdo.

Perlin (2015) enumera e analisa as diferentes identidades surdas a partir da cultura e que se modificam de acordo com o sujeito e suas relações sociais. São elas: Identidades Surdas (identidade política), Identidades Surdas Híbridas, Identidades Surdas Flutuantes, Identidades Surdas Embaçadas, Identidades Surdas de Transição, Identidade Surda de Diáspora e Identidade Intermediária. É interessante pensar nessa classificação de Perlin (2015), contudo, nos dias atuais, percebe-se que as identidades existem além das mencionadas. Comparando com a Figura 1, os “rótulos” que a sociedade, muitas vezes, coloca sobre os sujeitos surdos são

percebidos e narrados por eles como marcas carregadas ao longo da vida, como explica Skliar (1999):

As narrativas surdas, como, por outro lado, todas as narrativas dos outros, começam agora a ser objeto de curiosidade. Os surdos sempre se têm narrado a si mesmos e têm narrado, também, como tem sido inventados e excluídos pelos ouvintes. Porém, igualmente, essas narrativas estão sendo observadas, à distância, com suspeita e receio. Muitos especialistas se interrogam, ainda, se aquilo que está ali é uma língua, uma cultura (SKLIAR, 1999, p. 28).

Além disso, conforme Bakhtin (2006), os sujeitos se constituem discursivamente, apropriam-se das vozes ao longo de sua história e do seu contato social; então, cada história e enunciado criam sentidos diferentes, pois suas marcas vão criando novas experiências com sua relação para com a sociedade.

Ainda, nota-se, na Figura 1, como a comunidade surda reconhece o surdo e como ela se difere das pessoas “ignorantes”. Ao propagarem suas marcas, dão sentido às experiências de acordo com divisões, desigualdades sociais, exclusões e segregação de uma sociedade que tenta moldá-los em seus padrões. Assim, suas identidades são constituídas e marcadas pela diferença relacional com os outros, falantes e/ou sinalizantes.

Por fim, na análise da figura, percebe-se a necessidade de conhecê-los, respeitá-los, entendê-los e apoiá-los em suas lutas, exilando-se de raízes, ideias ou amarras de Babel, como esclarece Larrosa e Skiar (2011):

Babel significa também exílio, sobretudo, um certo desenraizamento com relação àquele que se é. Babel é o mito da perda de algo que talvez nunca tenhamos tido: uma cidade, uma língua, uma terra, uma identidade ou um mundo. [...] é preciso pensar Babel babelicamente, quer dizer, sem nostalgias e sem esperanças. A condição babélica não é algo transitório, cujo destino seja sua própria supressão. Se considerarmos assim, não a pensaremos. E, o que é pior, justificamos todas as violências feitas à própria condição humana, no que ela tem de plural, de dispersa, de confusa, de exilada, em suma, de babélica (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 21-22).

A partir desse ponto de vista marcado pelo desprendimento de pensar em uma identidade sólida, para além de um caráter dinâmico neste tempo, Woodward (2009) elucida que a identidade é, na verdade, relacional, sendo a diferença estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. O alerta da autora se volta para as mudanças globais que atingem os sujeitos e que têm buscado novas formas de se representarem na sociedade:

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade (WOODWARD, 2009, p. 21).

Acrescentam-se à discussão, Larrosa e Skliar (2001), que alertam para o fechamento dessas identidades em que se pode configurar um caminho para sua inclusão/exclusão, porque:

[...] o modo como a construção includente ou excludente do Outro fazem parte do mesmo dispositivo. Tanto faz que o Outro seja configurado, a partir de nossa boa consciência humanitária, como vítima (à qual se deve socorrer, com a qual solidarizar-se, à qual denunciar, perseguir, expulsar ou justicar). Tanto a vitimização quanto a demonização do Outro funcionam para pôr em funcionamento nossas práticas e nossos discursos (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 14).

A partir disso, é possível perceber como muitas discussões se apresentam de maneira sutil e tornam-se totalizadoras/dominadoras em relação a uma homogeneidade estabelecida para o Outro. Sendo assim, os autores convidam os leitores (inclui-se a pesquisadora nesta ação) para uma nova prática de:

[...] pensar e habitar Babel babilicamente, isto é, a não negar a experiência viva de uma comunidade que escapa, por todas as partes, ao mito da comunidade, uma comunidade discordante consigo mesma, infundada, alterada (no sentido de habitada pelo outro), excêntrica, multifacetada, polifônica, incompleta, impura, conflitiva, aberta e arriscada (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 16).

Tendo em vista essas considerações, propõe-se abrir o diálogo para os sujeitos surdos, a partir do que Larrosa e Skliar (2001) nomeiam “pensar Babel babilicamente”, a partir de suas experiências além da alteridade, de um novo *éthos* constituído no atravessamento de suas histórias de luta, língua, memórias, expressões culturais e linguísticas, seus precursores e apoiadores de luta, movimentos e militâncias, etc. A definição de *éthos* é destacada por Castro (2009) como:

O *éthos* para os gregos é um modo de ser do sujeito que se traduz em seus costumes, seu aspecto, sua maneira de caminhar, a calma com que se enfrenta os acontecimentos da vida. (...) Foucault entende a Modernidade com uma atitude, como um *éthos* no sentido grego do termo; ou seja, como uma escolha voluntária de uma maneira de pensar e de sentir, de agir e conduzir-se, como

marca de pertencimento e como tarefa (CASTRO, 2009, p. 154, grifos do autor).

Assim, pode-se dizer que os surdos têm demonstrado novas formas e espaços capazes de resistir e propagar suas falas frente aos acontecimentos históricos, porquanto, por meio da língua de sinais como modo singular, apresentam subsídios para ações e produções específicas de sua diferença que se confrontam com a norma linguística das línguas orais. Dessa maneira:

Por utilizar uma língua visoespacial, por ter como referência o corpo e suas expressões, o surdo passava por fronteiras sensíveis entre a aceitação da linguagem gestual, (...) a expressão do corpo é um dos elementos divulgados para caracterizar a cultura surda. (...) Ela dá visibilidade às manifestações do grupo e aos surdos. O que antes era proibido, agora se torna declarado (LOPES, 2011, p. 49-50).

Conforme afirma Moura (2015, p. 39), “A língua é um processo simbólico construído por meio dos processos de significação da atividade, que envolvem o uso da linguagem nos próprios processos discursivos”. Ela é utilizada como um instrumento natural e aglutinador das comunidades surdas e dos que utilizam a língua de sinais, corroborando no desenvolvimento e na identificação dos sujeitos sinalizantes. Todavia, ainda ocorrem as interpretações/achismos de maneira equivocada, que assujeitam os surdos a uma condição inferior.

Valendo-se do discurso político para mantê-los sob dominação, como no discurso das políticas de inclusão, “(...) não se trata de deduzir, do que somos, o que nos é impossível fazer ou conhecer, mas de deduzir, da contingência histórica que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (CASTRO, 2009, p. 154). A crítica levantada por Castro leva a novas alternativas e inúmeras tratativas **para esse éthos surdo e com esse éthos surdo**, que acabam por não os considerar partindo de pressupostos discursivos e práticos que operam nas subjetividades sobre a surdez, visto que:

[...] um trabalho de nós sobre nós mesmos enquanto seres livres, uma prova histórica dos limites que podemos superar. Transformações parciais e não as promessas de um homem novo. É uma crítica que faz aposta (*enjeu*) e tem sua homogeneidade, sua sistematicidade e sua generalidade. A *aposta* é desconectar o crescimento das capacidades (produção econômica, instituições, técnicas de comunicação) da intensificação das relações de poder (disciplinas coletivas e individuais, procedimentos de normalização exercidos em nome do Estado, exigências sociais e regionais). (...) Não se trata nem de analisar as representações que os homens têm de si mesmos, nem as condições que os levam a pensar de uma determinada maneira sem que eles o saibam, mas o que fazem e o modo como o fazem. As formas de racionalidade que organizam as maneiras de fazer (aspecto tecnológico) e a liberdade com que

atuam nesses sistemas práticos (como reagem, como os modificam – aspecto estratégico) (CASTRO, 2009, p. 154-155, grifos do autor).

Assim, essa discussão proposta sobre *éthos* surdo não se encontra esgotada ou concluída, afinal existem inúmeras e distintas formas de se refletir sobre a constituição de um sujeito surdo nos dias atuais. Entretanto, essa contribuição possibilita ampliar a ótica a respeito das identidades, permitindo outras produções de sentidos e métodos interpretativos.

A seguir, o próximo capítulo objetiva discutir sobre a pseudoacessibilidade artístico-cultural para surdos, bem como seus possíveis caminhos e realidades para esta pesquisa.

CAPÍTULO II

2 PSEUDOACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS: ENTRE POSSÍVEIS CAMINHOS E REALIDADES

Neste capítulo, serão abordadas as formas de acessibilidade artístico-cultural desenvolvidas a partir das legislações nacionais e municipais, de acordo com o levantamento realizado. Foi possível encontrar, também, produções realizadas e fomentadas por artistas surdos, que se destacam por suas relevâncias e enaltecimento da pessoa surda e da Libras.

A partir do reconhecimento legal da Libras, por meio da Lei nº 10.436/02, desenvolveram-se ações voltadas para os surdos, de modo que, a partir de suas traduções culturais, o público surdo reconhece e participa ativamente, com suas representatividades, experiências, negociações e resistências contra os poderes e as verdades historicamente constituídos, como a presença de TILS, para que sua acessibilidade seja garantida e os sujeitos possam se considerar incluídos.

Por fim, os (per)curso investigativos da pesquisa se atravessam entre medos e descobertas a partir dos procedimentos metodológicos adotados. As experiências dos participantes, suas caracterizações e os instrumentos utilizados para coleta de dados serão o norte para entender como se realizaram.

2.1 Marcos Legais de uma Acessibilidade Artístico-Cultural e Produções em Libras

Ao nosso ver, não se trata de “vencer a deficiência”, de “incluir” ou de “dar acesso” apenas. Se trata sim, antes de tudo, de defender o direito de os surdos existirem em sua experiência, criação e autonomia. O que Bauman (2005) define como “modernidade sólida”, nesse contexto, seria ao nosso ver os padrões identitários tradicionalmente estabelecidos socialmente e já esvaziados de sentido.

(Catharine Moreira e Amanda Lioli)

A acessibilidade entendida e explicada por Catharine (surda) e Amanda (ouvinte), artistas e produtoras de performances bilíngues (Libras/Língua Portuguesa), perpassa não apenas o acesso a ambientes, condições materiais e linguísticas, mas também às atitudes humanas na garantia desse direito às pessoas com deficiência. No caso dos surdos, trata-se muito mais que incluir ou dar acesso: fala-se de oportunizar a sua participação.

Apresenta-se, nesta parte deste trabalho, a forma como as legislações estão dispostas de maneira geral e, para um maior entendimento, como elas estão organizadas a respeito da acessibilidade. A primeira e muito utilizada é a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que define a acessibilidade, em seu Art. 3º:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Ainda na observância dos dispositivos legais, é possível encontrar a garantia de acesso à cultura, desde a Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), que, em seu Art. 27, nos itens 1 e 2, define que:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (ONU, 1948).

Sendo assim, é indispensável o fomento de acessibilidade à cultura, independentemente de o sujeito ter ou não alguma deficiência. Sobretudo, torna-se importante pensar nos recursos, equipamentos ou estratégias para que ocorra de maneira correta a oferta de acessibilidade em conformidade com as necessidades do público que a utiliza. A LBI, em seu Art. 42, Capítulo IX, trata sobre o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, mostrando que:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

- I - A bens culturais em formato acessível;
- II - A programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
- III - A monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (BRASIL, 2015).

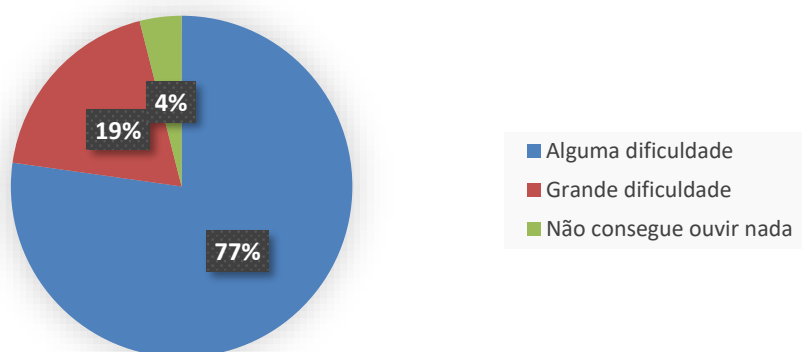
A legislação prevê, de certa maneira, atender as necessidades das pessoas com deficiência para acesso aos espaços de fomento à cultura, mas, ao observar a singularidade

linguística das pessoas surdas sinalizantes que utilizam a Libras, é necessário criar diferentes estratégias, para além da acessibilidade, pois, de acordo com Moreira e Lioli (2020), em diversos contextos sociais em que os surdos estão inseridos, encontram-se as barreiras comunicacionais e a dificuldade de acesso nesse processo:

[...] algumas estratégias de acessibilidade cultural não apenas reforçam preconceitos e estereótipos sobre os surdos, mas também prejudicam a autonomia criativa desses sujeitos. Ao invés de incluir essencialmente, reforça-se a separação entre as pessoas surdas e as pessoas ouvintes (MOREIRA; LIOLI, 2020, p. 66).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no levantamento de dados, em 2010, por meio do Censo, foram aplicados questionários com perguntas destinadas às pessoas com deficiência visual, auditiva e motora com os graus de severidade e se faziam uso de facilitadores. No Gráfico 1 abaixo, constam os dados com os percentuais dos graus de severidades entre brasileiros que apresentam dificuldades para ouvir:

Gráfico 1 – Dados do Brasil de deficientes auditivos ou dificuldades para ouvir



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com bases nos dados apresentados foram entrevistadas 190.755.799 pessoas e cerca de 9,7 milhões declararam ter algum tipo de deficiência auditiva. Segundo o gráfico, 1,77% dessas pessoas se declararam com alguma dificuldade em ouvir, outros 19% com grande dificuldade em ouvir e 4% não conseguem ouvir nada.

Apesar dos números apresentados, o censo traz fragilidades em suas informações, visto que não apresenta, em seu questionário¹⁵, perguntas direcionadas à utilização de Libras como meio de comunicação, uso de legendas ou implante coclear, restringindo-se a perguntar se a pessoa utiliza aparelho auditivo e o quantitativo de audição que a mesma possui. Apesar disso,

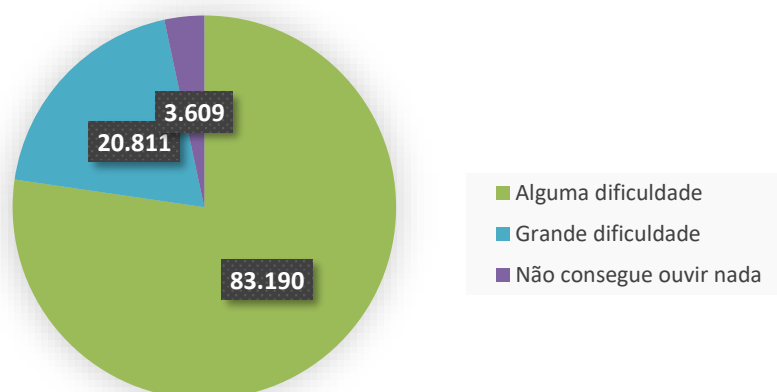
¹⁵ Questionário da Amostra Censo 2010. Disponível em: <https://bityli.com/24zJAw>. Acesso em: 15 mar. 2019.

sabe-se que esse número tem a tendência de ser maior, uma vez que os dados apresentados são do último censo de 2010 e já se passaram mais de 10 (dez) anos de sua realização.

Importante destacar que o orçamento federal, aprovado no congresso nacional para o ano de 2021 excluiu as verbas destinadas ao IBGE¹⁶ para realização do censo demográfico de 2021, o que dificulta outros órgãos ou entidades buscarem informações ou levantamentos mais precisos em relação a diversos assuntos que impactam diretamente a população brasileira.

Já em Mato Grosso do Sul, com população, em 2010, de 2.449.024 de habitantes, 107.610 pessoas declararam ter algum tipo de deficiência auditiva. Segundo o Gráfico 2, das pessoas entrevistadas, 83.190 declararam ter alguma dificuldade em ouvir, 20.811 apresentam grande dificuldade em ouvir e 3.609 não conseguem ouvir nada.

Gráfico 2 – Dados do MS de deficientes auditivos ou dificuldades para ouvir



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Um fator agravante a ser destacado é que, no Brasil e no Mato Grosso do Sul, os surdos vivem em diferentes realidades sociais, muitas vezes em lugares afastados, como em aldeias ou na zona rural, em condições que são consideradas de vulnerabilidade social, o que dificulta não apenas o seu acesso aos locais de convívio social, mas também o seu aprendizado da Libras, até mesmo nas escolas.

A própria “Lei da Libras”, como é conhecida no território brasileiro, garante o direito aos surdos de sua comunicação e expressão por meio da Libras. Garante, ainda, que os atendimentos das instituições públicas, privadas e de saúde, sejam realizados em Libras, conforme seu Art. 3º: “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de

¹⁶ Matéria sobre corte no orçamento previsto para o ano de 2021. Disponível em: <https://bityli.com/RGGYy3>. Acesso em: 23 mai. 2021.

deficiência auditiva” (BRASIL, 2002). Tal lei é considerada um marco para a constituição de uma política linguística aos surdos brasileiros, pensada em suas especificidades.

Durante esta pesquisa foram encontradas legislações nos âmbitos municipal e estadual, que apresentam o atendimento por meio de TILS para acessibilidade linguística ao público surdo em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. As informações encontram-se disponíveis no Diário Oficial de Campo Grande (Diogrande) e no Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul, bem como no site da Câmara Municipal de Campo Grande, conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Legislações com acessibilidade linguística para surdos / Campo Grande – MS

ANO	LEI Nº	DESCRIÇÃO
2013	Lei Municipal nº 5.206	Dispõe sobre: “a inserção do intérprete da língua brasileira de sinais (libras), em todos os eventos públicos oficiais realizados pelo executivo municipal no município de Campo Grande - MS”. Disponível em: https://bityli.com/tsWkDA . Acesso: 20 de maio de 2021.
2019	Lei Estadual nº 5.382	Altera o 2º da Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º O Estado deverá garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e dá outras providências. Disponível em: https://bityli.com/uyI4a . Acesso: 20 de maio de 2021.
2019	Lei Estadual nº 5.442	Dispõe sobre a obrigatoriedade das provas de redação e questões dissertativas em concursos públicos, vestibulares e processos seletivos de qualquer natureza, realizados por pessoa surda serem corrigidas por profissionais formados em LIBRAS e que a considere como primeira língua. Disponível em: https://bityli.com/2rMBi . Acesso: 20 de maio de 2021.
2019	Lei Municipal nº 6.341	Autoriza a criação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva e dá outras providências. Disponível em: https://bityli.com/QMRtS . Acesso: 20 de maio de 2021.
2020	Lei Estadual nº 5.537	Concede, à gestante surda, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para acompanhar a consulta pré-natal, trabalho de parto e pós-parto no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://bityli.com/D9fvn . Acesso: 20 de maio de 2021.
2021	Lei Estadual nº 5.631	Determina a inclusão de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos telejornais da rede pública de televisão, nas peças publicitárias e programas institucionais, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://bityli.com/vWhLX . Acesso: 20 de maio de 2021.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Diante do exposto, observa-se que alguns municípios, como Aquidauana, Campo Grande, Dourados, Naviraí e Três Lagoas, reconhecem a Libras como língua e como meio de comunicação dos surdos. Esses municípios possuem, em suas legislações, a criação de centrais de interpretação para o acesso comunicacional dos surdos em espaços públicos ou serviços básicos que não possuem tradutores intérpretes de língua de sinais para os devidos

atendimentos. As legislações apresentadas ainda caminham para efetivação e execução. Observou-se, ainda, que, em nível estadual, não existem legislações voltadas para contexto artístico-cultural, corroborando para a inacessibilidade dos espaços culturais.

Segundo Albres (2020), a legislação, quando voltada para uma política linguística, está intrinsecamente relacionada aos aspectos ideológicos e de representação dos sujeitos, sobre suas raças, seus espaços geográficos, suas línguas, suas relações com a sociedade, entre outros aspectos. A autora explica ainda que se pode entender por política linguística “(...) como uma forma de resistência, como um modo de se contrapor a ordem vigente e assim garantir o direito de uso e circulação de línguas nativas ou línguas em extinção, como estratégia de preservação e valorização” (ALBRES, 2020, p. 18).

Diante disso, esta pesquisadora, como participante ativa da comunidade surda e casada com surdo, expõe que muito vivenciou situações de desrespeito à língua de sinais nos espaços sociais. Suas narrativas sobre as dificuldades comunicacionais e falta de acessibilidade em escolas, universidades, no trabalho, nos hospitais, nas igrejas, em lojas, em bancos, nos aeroportos, entre outros, se perpetuam. Durante o processo de entrevistas para esta pesquisa, uma dessas dificuldades foi narrada pela participante Catharine¹⁷, que explica que:

[...] uma situação recentemente aconteceu comigo, precisei ir até a concessionária de água aqui da cidade para pedir a mudança de endereço da associação, então me dirigi até o local de atendimento ao público. Expliquei a situação para a atendente e pedi que realizasse o corte da mesma, passaram-se três meses, chegou uma conta desses três meses em atraso, então fui novamente ao atendimento e fiquei irritada por conta dessa falta de comunicação. Eu sempre sinto isso, muito ruim não conseguir me comunicar, me explicar, isso acontece em diversos lugares também. Outro exemplo, é em provas de concurso, geralmente os intérpretes são instruídos a não fazer a interpretação completa da prova, somente os sinais de palavras que os surdos desconhecem, por isso, eu considero esses problemas de comunicação como barreiras muito sérias entre surdos e ouvintes, apesar de existir uma divulgação toda em relação a acessibilidade para surdos, sabemos que na prática é diferente, difícil, cheio de empecilhos e até hoje continuamos assim¹⁸.

Conforme a narrativa, a falta de acesso se dá cotidianamente e também se encontra em anúncios, propagandas e comunicados, já que essas informações, na sua maioria, ocorrem na versão falada ou escrita por meio de legendas¹⁹ para os ouvintes. Outra dificuldade narrada por

¹⁷ Para preservar a identidade dos participantes desta pesquisa, foram utilizados nomes fictícios. Para mais informações, consultar o capítulo em que consta a metodologia.

¹⁸ Utiliza-se a letra grafada em itálico para diferenciar as entrevistas das citações dos autores.

¹⁹ Para um aprofundamento do leitor a respeito desse tema, sugere-se a leitura da dissertação “Educação, Inclusão e Tic’s: Avaliação da qualidade dos recursos de acessibilidade midiática na televisão brasileira - um estudo sobre

outra participante foi identificada. Cristiane explica como a falta de comunicação dificulta suas atividades diárias:

Minha principal dificuldade é na comunicação, [...] nos hospitais, também não temos intérpretes em supermercados, não temos acesso as informações, considero que sofremos que sempre iremos sofrer com a barreira da comunicação, sempre que alguém tenta se comunicar comigo eu pego um papel e dou para pessoa escrever.

Assim como os relatos apresentados, inúmeros outros podem ser citados como formas de exclusão dos surdos pela sociedade. Por isso, a maioria dos surdos busca relações entre eles ou com participantes da comunidade surda. Em muitos casos, sua cidadania é restringida, uma vez que a cidade está preparada para a maioria ouvinte. Assim:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2006, p. 125, *sic*, grifos do autor).

Não poderia deixar de registrar também, que os surdos se reuniam em terminais de ônibus e na praça Ary Coelho, em Campo Grande – MS, considerados pontos de encontros e desencontros para eles aos finais de tarde. Porém, com o avanço das tecnologias, das redes sociais e, inclusive, com a reforma e a modernização da praça, boa parte deles combinam esses encontros em suas próprias residências ou em outros pontos da cidade.

Na praça Ary Coelho, alguns surdos se encontravam no fim do expediente de trabalho, outros no caminho da universidade ou da escola Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA)²⁰. Esses encontros aconteciam porque a falta de comunicação em Libras também é presente no seio familiar. Os surdos, em maioria, nascem em lares de

legendas para pessoas com deficiência auditiva”, de Mariana Dézinho, conforme link. Disponível em: <https://bityli.com/GzaAH>. Acesso em: 10 maio 2021.

²⁰ “O Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação – CEADA, criado pelo Decreto nº 3546, de 17 de abril de 1986, constituía-se basicamente no trabalho educacional, funcionava em regime de externato, atendendo a pessoas com Surdez severa e profunda a partir dos primeiros meses de idade, na educação precoce, pré-escolar e primeiros anos do primeiro grau, contando para isso com avaliação social, pedagógica, audiológica e fonoaudiológica, sala de recurso e programas de competência social juntamente com oficinas do Centro Integrado de Desenvolvimento do Menor (CIDEM)” (ALBRES, 2005, p. 5, *sic*). Importante ressaltar que o CEADA foi reestruturado como centro de apoio e teve a escola especial desativada em 2016, com a proposição de incluir os alunos surdos na rede regular de ensino estadual, o que impacta em danos linguísticos irreparáveis para os surdos, que se sentem, mais uma vez, silenciados no âmbito educacional em Campo Grande - MS.

peessoas ouvintes e esses encontros lhes proporcionavam momentos de trocas sobre diversos assuntos do cotidiano.

A partir dessas experiências, afirmam-se o acesso e as interpretações singulares dos sujeitos, sendo importantes esses espaços de encontro que sirvam de referências para a comunidade surda, para o desenvolvimento de suas culturas e fortalecimento da língua de sinais. Isso pode acontecer em variados locais, como: praças, bares, igrejas, escolas, lojas, entre outros espaços. Conforme esclarece Albres (2020):

Nesse sentido, ligar a TV e ter a programação disponível em uma língua de sinais, chegar em um restaurante e ter o cardápio em língua de sinais, poder contar com o serviço de interpretação de língua de sinais e língua portuguesa em uma consulta médica, poder assistir a um filme em sua língua primeira, participar de cursos, aulas e formação em sua língua, ou seja, ser instruído em sua língua, são atividades do cotidiano que dizem de como uma sociedade tem desenvolvido sua política linguística, atendendo ou não à determinadas comunidades linguísticas (ALBRES, 2020, p. 18-19).

Apesar das legislações já apresentadas neste texto, é importante voltar o olhar para uma política linguística, conforme esclarecido por Albres (2020), para que se ampliem políticas públicas que incentivem e promovam esse acesso principalmente em língua de sinais e, sobretudo, voltado às produções artístico-culturais, em shows, eventos, museus, cinemas e teatros, que proporcionem a participação dos surdos de maneira igualitária e acessível.

Na cidade de Campo Grande – MS, foi possível coletar algumas ações independentes e isoladas do poder público, bem como algumas que receberam incentivo financeiro estadual para a ação cultural. O primeiro exemplo que se destaca é o projeto do Grupo Casa²¹:

“As Aventuras de Bagacinho – Quem Conta um Ponto Cria um Conto” surgiu em 2015, quando o Grupo Casa recebeu o convite do Shopping Bosque dos Ipês para ocupar o recém-criado Teatro Arena Bosque. É uma série de espetáculos representados por uma trupe de palhaços que passa a vida contando histórias para sobreviver. Nessas aventuras estão das mais conhecidas histórias infantojuvenis até os grandes clássicos da literatura dramática mundial. (...) O projeto conta com uma trupe de palhaços que passam a vida contando histórias para sobreviver (...). Em todas as aventuras, Bolonhesa, o chefe da trupe, inventa uma nova “desculpa” para contar uma história que será vivida por Bagacinho (o aventureiro), Mixirica (a princesa sem frescura), Charanga (o músico atrapalhado), Carranca (o poeta), Cebolinha (a violonista desastrada), Berinjela (o esquisito), Alcaparra (o príncipe), Azeitona (o galã) e Pão com ovo (a desmiolada). O projeto conta com Intérprete de Libras para todos os espetáculos: o palhaço Coringa (GRUPO CASA, 2021).

²¹ GRUPO CASA, Teatro. **As Aventuras de Bagacinho**. Grupo Casa - Coletivo de Artistas, 2021. Disponível em: <https://www.teatrogrupocasa.com.br/as-aventuras-de-bagacinho-1>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O Grupo Casa foi o único na capital, até o momento, que incentivou o trabalho com intérprete de Libras compondo o grupo de atores como um personagem bilíngue. O Palhaço Coringa²² se apresentava com o Grupo no espaço Arena Bosque, localizado no Shopping Bosque dos Ypês, conforme a Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Fotos das apresentações do espetáculo “As Aventuras de Bagacinho”



Fonte: Acervo pessoal cedido por Roberto Lima (2021).

Especificamente neste contexto, ressalta-se que ter o domínio da língua aliada às práticas e aos conhecimentos teatrais é de suma importância para que o público entenda toda a trama apresentada, conforme explica Fomin:

[...] o ato interpretativo deve considerar não apenas um texto proferido por atores, mas a cena composta por um conjunto de textos inter-relacionados, formando um todo que entra em diálogo com seus interlocutores. A cena é, portanto, um enunciado – um elo de uma cadeia discursiva. Assim, não consideramos o enunciado do teatro como um texto pronto, engessado,

²² Personagem realizado pelo ator e TILS Roberto Lima, ao qual esta pesquisadora agradece imensamente pelas contribuições feitas para este trabalho e que gentilmente concedeu relatos, fotografias, portfólio, entre outros.

repetível, mas como textos em movimento, vivos, singulares e irrepetíveis, colocados em cena por sujeitos em um dado contexto cênico (FOMIM, 2020, p. 117).

Assim, torna-se imprescindível que a performance do TILS esteja de acordo com a cena, não se tratando apenas de uma tradução de uma língua para a outra, mas, sim, que haja um diálogo cultural entre elas. Ainda, “(...) para o público surdo (...), questões de visibilidade são de suma importância, já que esse público apreende o mundo através de uma língua que se produz gestualmente em um determinado espaço e precisa ser visualizada para ser compreendida” (FOMIM, 2020, p. 120).

Figura 3 – Banners de divulgação do espetáculo “As Aventuras de Bagacinho”



Fonte: Acervo pessoal cedido por Roberto Lima (2021).

Outro ponto que merece destaque é em relação à sua divulgação, pois o coletivo sempre chamou a atenção do público para suas apresentações “acessíveis”, assim como apresenta a Figura 3, com imagens que apresentam a legenda “Acessível em Libras”²³ como uma estratégia para que os espectadores surdos assistissem aos espetáculos.

²³ Com o foco na acessibilidade linguística por meio da Libras, o símbolo é utilizado para identificar o conteúdo originalmente produzido na língua ou com tradução/interpretação para Libras, a partir da Língua Portuguesa, por exemplo. No caso de tradução/interpretação, o conteúdo pode refletir transposição do Português para a Libras e vice-versa. Disponível em: <https://www.ufmg.br/marca/libras/>. Acesso em: 20 jun. 2021. Na atualidade têm-se

Outra iniciativa desenvolvida na cidade foi “Libras no Museu”, no ano de 2010, quando ocorreu uma parceria entre o Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB) e o CAS/SED/MS, com o objetivo de atender às exigências da LBI. Dessa forma:

A partir desta parceria, o MCDB e o CAS iniciaram um programa de estudos sobre a Língua de Sinais, Artefatos da Cultura Surda, Arte Surda, Comunidade Surda e as Coleções do Museu, envolvendo os profissionais dessas instituições, criando oportunidade a ambas instituições para uma reflexão a respeito da mediação cultural neste espaço, de maneira ampla, destacando a questão da acessibilidade à comunicação para a comunidade surda, surdo-cega e índio surdo (LONKHUIJZEN; CANDIA; VILHALVA, 2013, p. 28).

Esse projeto promoveu, ainda, a produção de diversos materiais, atividades culturais, elaboração de sinais e catalogação, vídeos para divulgação e informações, mapas táteis, banners, entre outros. A Figura 4, a seguir, apresenta o sinal de Arqueologia em Libras.

Figura 4 – Canal no Youtube “Libras no Museu – Arqueologia”



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/qBXRw>. Acesso em: 30 mai. 2021.

Mais um exemplo de projeto com tradução em Libras é do grupo Badaia Vivências Artísticas, com o projeto Retalhos Populares²⁴, que:

[...] celebra os causos da cultura popular brasileira apresentando, de forma brincante, histórias que fizeram parte da infância de avós, pais e, agora, filhos, o que o grupo chama de proposta intergeracional (...). A atividade é uma realização do Governo do Estado de MS por meio de sua Fundação de Cultura, proveniente da Lei Federal de Emergência Cultural n. 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc (ENSAIO GERAL, 2021).

utilizado a expressão tradução simultânea em Libras, entendendo e valorizando a Libras, assim como as demais línguas.

²⁴ ENSAIO GERAL. ‘Retalhos Populares’ e os causos da cultura popular brasileira. Grupo Badaia Vivências Artísticas, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/Flu8E>. Acesso em: 20 jun. 2021.

O projeto foi desenvolvido e apresentado em quatro episódios no canal do grupo no *Youtube*. Apesar de o material ser relacionado à tradução audiovisual e voltado para o público infantil, ele demonstra sua importância para a produção de materiais lúdicos com tradução em Libras, bem como a reflexão sobre o processo tradutório e outros aspectos.

Figura 5 – Prints de vídeos do canal no *Youtube* Grupo Badaia Vivências Artísticas



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/jt2LC>. Acesso em: 30 maio 2021.

Mais uma iniciativa que merece destaque que está presente em MS é o projeto Terra Sem Mal – encenação para crianças, que recebeu o Prêmio Funarte Descentrarte em 2019. O teatro infantil Travessias foi adaptado ao modo virtual por conta da pandemia de Covid-19 e sua exibição tem intérprete de Libras e audiodescrição. A peça pode ser acessada por meio do canal do *Youtube* do projeto²⁵.

²⁵ Disponível em: <https://bityli.com/K11YLN>. Acesso em: 24 nov. 2021.

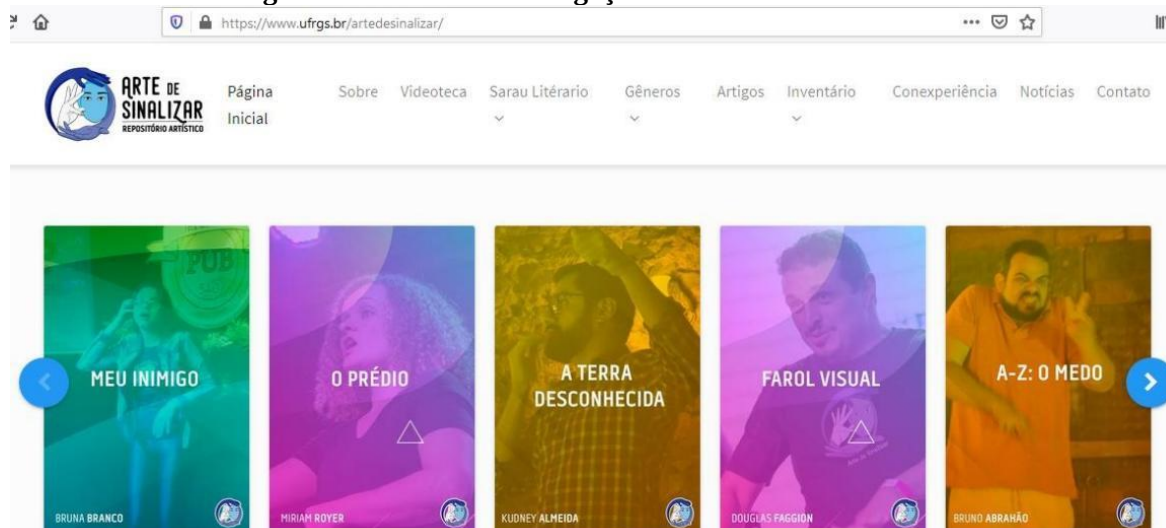
Figura 6 – Banner de divulgação da peça Travessias



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/PK0RP4>. Acesso em: 24 nov. 2021.

Outra iniciativa nesse sentido é Arte de Sinalizar, realizado como um projeto de extensão da UFRGS, coordenado pelo prof. Dr. Cláudio Mourão. Seu principal objetivo é valorizar a cultura surda e suas produções culturais. Os eventos realizados contam com apresentações artísticas filmadas na forma presencial e, posteriormente, são alocados em um repositório hospedados no site da universidade e divididos por categorias, explicitados na Figura 7.

Figura 7 – Banner de divulgação do site Arte de Sinalizar



Fonte: Disponível em: <https://www.ufrgs.br/artedesinalizar/>. Acesso em: 20 set. 2020.

Seguindo com projetos nacionais e com produções surdas, destacam-se as ações do Itaú Cultural²⁶ com o Festival Arte como Respiro – quarta edição/Poesia Surda, que são poesias apresentadas em Libras por artistas surdos brasileiros e que concorrem em um edital específico para surdos. Ainda sobre o festival:

[...] apresenta 64 obras de poetas e poetisas surdos, compostas em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em Visual Vernacular. Essas produções serão lançadas em blocos temáticos nos sábados de novembro (dias 14, 21 e 28) e dezembro (5, 12 e 19), além dos domingos 13 e 20 de dezembro, sempre às 17h. Coronavírus, Empoderamento Negro, Resistência, Território, Empoderamento Surdo, Cotidianos, Reflexões Poéticas e Natureza – esses são os temas que reúnem as poesias. (ITAÚ CULTURAL, 2020).

Durante a pesquisa no site do Itaú Cultural, foi possível encontrar diversas ações voltadas para a comunidade surda, bem como para outras deficiências. Destaca-se o *Festival Sem Barreira*, com espetáculos de dança, apresentação de *drag queens*, sarau literário e debates; e *Festival de Culturas Surdas*, sobre a *multiculturalidade surda*, que busca destacar as diferentes realidades das pessoas com deficiência auditiva (como as línguas de sinais indígenas; surdos que ouvem, com pessoas surdas que não utilizam a Libras como meio de comunicação, mas, sim, a língua portuguesa, leitura labial e legendas; negritude surda; surdos LGBTQIA+; e mulheres surdas e feminismo). Este evento ainda promoveu a produção de videopoesias em Libras. Por último, destaca-se o *Café com Libras – Interpretações nas lives de música em tempos de isolamento*²⁷, evento online que discutiu sobre:

[...] perspectivas diferentes e novos olhares para a arte e a cultura brasileiras, por meio do diálogo e do compartilhamento de vivências e experiências. Os encontros têm sempre a participação de duas pessoas: uma surda e uma ouvinte. (...) Os convidados são Gabriel Issac e Gessilma Dias, acompanhados de educadores do Itaú Cultural (IC) (ITAÚ CULTURAL, 2021).

Nesse sentido, ainda durante o período de pandemia da Covid-19 e com isolamento e distanciamento social, os artistas musicais buscaram formas de arrecadar alimentos e materiais

²⁶ ITAÚ CULTURAL, **Poesia Surda retorna ao Festival Arte como Respiro em oito blocos temáticos**. Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/agenda-cultural/poesia-surda-retorna-ao-arte-como-respiro>. Acesso em: 20 jun. 2021.

²⁷ ITAÚ CULTURAL, **Primeiro encontro do “Café com Libras” debate interpretação nas lives de música**. Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/agenda-cultural/cafes-libras-debate-interpretacao-lives-musica>. Acesso em: 20 jun. 2021.

no combate ao vírus e, também, para entretenimento dos públicos por meio de *lives* musicais com transmissão pela internet.

Esse movimento teve início com a primeira *live* da cantora Marília Mendonça, no dia 8 de abril de 2020, que contou com a presença dos TILS Gessilma Dias e Vinícius Batista para as traduções de suas músicas e, posteriormente, também contou com a participação da TILS Mariá Rezende para *lives* de outros artistas. A Figura 8 apresenta o print da primeira live com TILS.

Figura 8 – Print da primeira live no Youtube da cantora Marília Mendonça



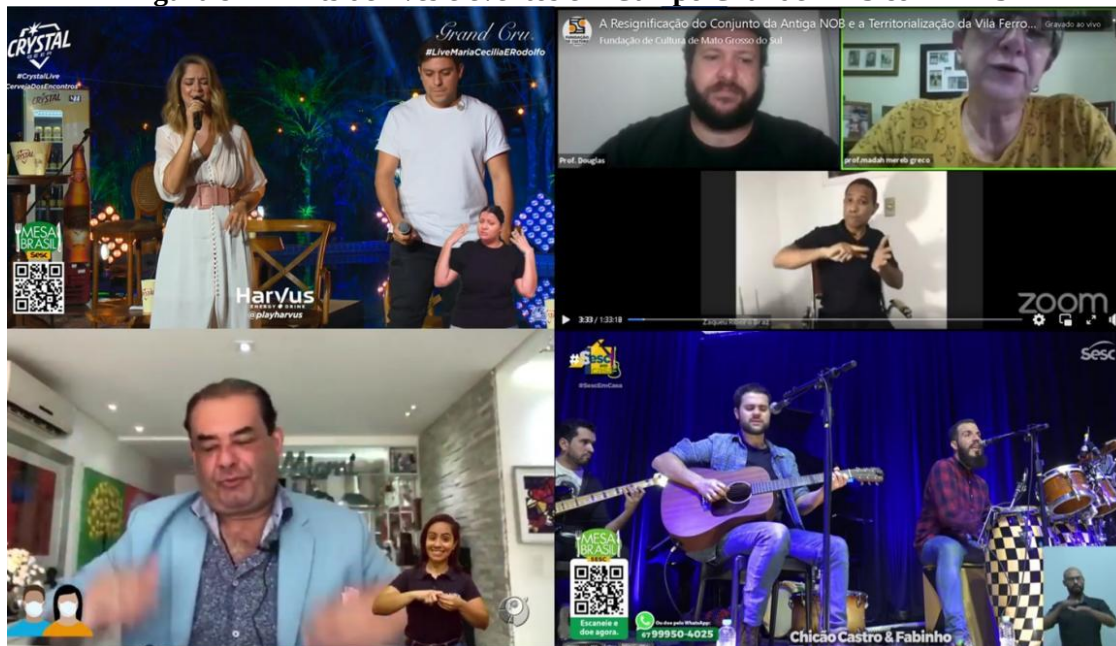
Fonte: Disponível em: <https://bitly.com/tILKJ>. Acesso em: 30 maio 2020.

Essa participação de TILS nas *lives* musicais corroborou com um crescimento na visibilidade do trabalho do tradutor intérprete por todo o país, com diversos cantores de diferentes ritmos, mostrando a necessidade de tornar conteúdos acessíveis aos surdos em sua língua, como acontece em diferentes segmentos, porque:

As línguas são culturais. Refletem a cultura dos povos e das comunidades de seus falantes. Por isso, a letra de uma música em Libras pode ter uma forma totalmente diferente da letra em Português. Cada língua tem sua cultura, seu léxico e sua forma de organização gramatical. Isso deve ser levado em consideração nas traduções musicais, para que elas sejam compreensíveis pelos surdos (SOUSA, 2020, p. 250).

Essa contribuição serviu também para ampliação nas discussões sobre tradução/interpretação em Libras, bem como sobre o mercado de contratação em diversos segmentos na capital, como *lives* musicais, palestras, tradução de programas de televisão, entre outros, conforme apresenta a Figura 9.

Figura 9 – Prints de lives e eventos em Campo Grande - MS com TILS



Fonte: Acervo pessoal dos TILS (2021).

Observa-se que, no meio das produções audiovisuais, como filmes em salas de cinemas e séries, também é prevista a tradução em Libras, conforme norteia o guia²⁸ para produções com acessibilidade, normas e orientações para filmes nacionais. Além disso, a instrução normativa nº 128 da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) estabelece que:

Art. 5º Cabe ao distribuidor disponibilizar ao exibidor, com recursos de acessibilidade de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais da obra audiovisual, cópia de todas as obras audiovisuais por ele distribuídas (ANCINE, 2016).

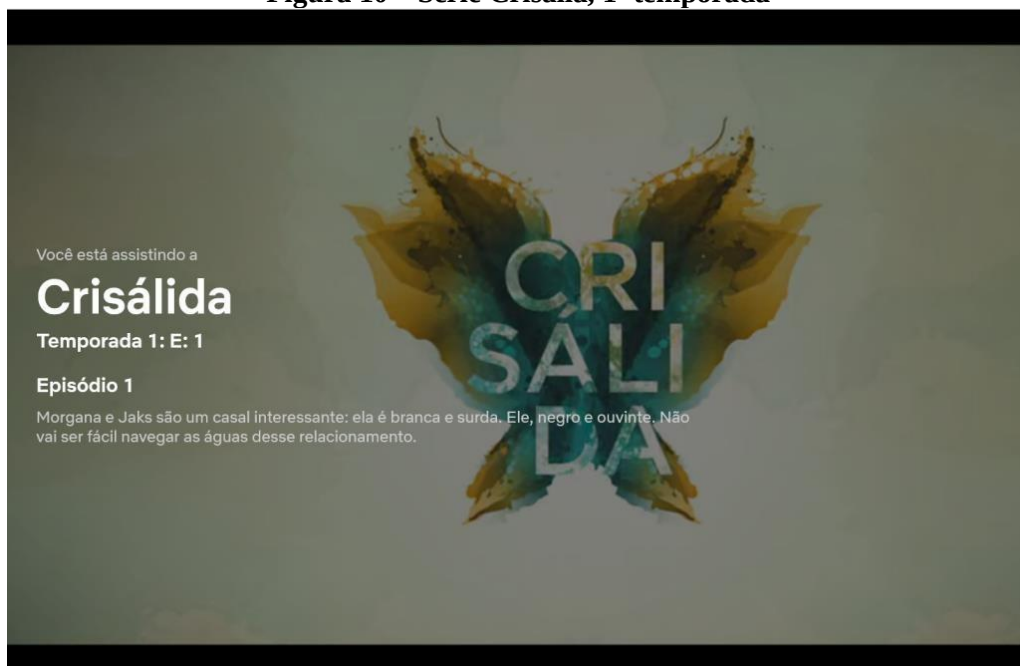
Em caso de produções financiadas por meio de recursos públicos federais, isso também está previsto, conforme trata a instrução normativa nº 116 da ANCINE:

Art. 1º Todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE deverão contemplar nos seus orçamentos serviços de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (ANCINE, 2014).

²⁸ O Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis orienta sobre a inserção de legendas para surdos e ensurdecidos, audiodescrição e janela de interpretação em Libras em produtos audiovisuais. Disponível em: <https://bit.ly.com/vP1sN>. Acesso em: 15 set. 2020.

Nesse caso, destaca-se a série “CRISÁLIDA²⁹”, disponibilizada na plataforma *Netflix*. Trata-se da primeira série brasileira protagonizada por atores surdos e ouvintes sinalizantes, de ficção bilíngue, em Libras e Língua Portuguesa. Sua produção apresenta histórias de jovens que enfrentam os desafios de uma sociedade hegemônica pensada para ouvintes, na qual a Libras protagoniza o lugar de língua.

Figura 10 – Série Crisálida, 1ª temporada



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/kJdWn>. Acesso em: 10 set. 2020.

A série estreou em 26 de setembro de 2019 (Dia Nacional dos Surdos) e seus capítulos apresentam questões sociais, familiares e psicológicas vivenciadas pelos surdos. Em destaque, observa-se a importância do contato com a Libras para a participação e para o aprendizado efetivo do surdo. A série contou também com atuação de TILS e do consultor surdo João Gabriel Ferreira, realizando as interações entre os participantes e as cenas. Nesse íterim:

[...] a participação de João Gabriel refletiu também nossa intenção política de valorização e projeção do profissional surdo, uma vez que ele é visibilizado e possui sua imagem diretamente associada à obra. Isto é, o intérprete surdo faz parte do filme, está na tela (PINHO; FERREIRA, 2020, p. 116).

²⁹ Crisálida foi realizada de início como um curta-metragem, em 2016; depois virou um longa-metragem, em 2018; e por fim um filme, em 2019. Crisálida (2016) recebeu alguns prêmios, entre eles: Prêmio de Exibição e Aquisição no Festival Internacional de Cinema Infantil – Fici13 (2017); Melhor Montagem na Mostra Sesc de Cinema (2017); e Menção Honrosa pelo Júri Especial das Crianças na Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis (2017). Além disso, participou como obra convidada do Festival Legenda Nacional (2017) e do Festival Cineamazônia (2017) (PINHO; FERREIRA, 2020, p. 111).

Além disso, a língua de sinais aparece como agente de transformação social por meio da mídia, proporcionando a difusão da língua e a visibilidade para os que a utilizam, tanto surdos como ouvintes, na condição de profissionais, conforme ressalta Albres (2020):

[...] ora como código, como sistema linguístico; ora como um instrumento de aprendizagem; ora como um meio de comunicação e como um meio de acessibilidade; ou como uma língua que constitui os sujeitos que dela são falantes. São concepções bem distintas registradas em leis do mesmo país (ALBRES, 2020, p. 18-19).

São perceptíveis os inúmeros documentos legais sobre a acessibilidade e suas produções, sendo que a LBI se instituiu nesse movimento para produções culturais voltadas para esse público, juntamente com Lei Rouanet nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que apoia e prevê o incentivo à cultura por meio da criação de políticas públicas no país, além de incentivar a criação de projetos que apoiam as formas de acessibilidade, conforme excerto do Art.2º, parágrafo 3º, a seguir:

§ 3º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (BRASIL, 1991).

Apesar de diversas legislações e instruções normativas prevendo a obrigatoriedade de produções culturais com recursos de acessibilidade, a própria LBI também apresenta o prazo limite para o início de 2020. Porém, o governo federal, por meio de uma medida provisória³⁰ (MP 917), primeiro adiou a sua obrigatoriedade para 60 meses e depois promoveu uma nova prorrogação, dada pela Lei 14.159, tornando o prazo final previsto em 84 meses, ou seja, sete anos. Ambas as prorrogações contribuem para o não desenvolvimento das ações voltadas para esse fim, principalmente no período de pandemia.

Percebe-se que, apesar de existirem legislações voltadas para a acessibilidade, elas ainda são insuficientes para a inclusão e para o acesso do público surdo, tornando necessário pensar em uma política linguística que se torne efetiva. Além dos recursos de acessibilidade, é necessário pensar nessas garantias de acesso às produções culturais, produzidas e fomentadas também por artistas surdos.

Além do mais, retornando a epígrafe que abriu essa discussão, “não se trata de ‘vencer a deficiência’, de ‘incluir’ ou de ‘dar acesso’ apenas. Trata-se, antes de tudo, de defender o

³⁰ Disponível em: <https://bitly.com/2MaVXt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

direito dos surdos existirem em sua experiência, criação e autonomia” (MOREIRA; LIOLI, 2020, p. 66). A Libras demonstra o seu papel de importância e circulação mercadológica com conquistas que se determinaram também a partir dela e das relações entre os sujeitos, em todos os contextos, inclusive no artístico-cultural.

Com isso, ela se refletirá, na sociedade, como um bem material acessível e inclusivo, garantindo suas divulgações, informações acessíveis e parcerias de formas mais diversas. As novas tecnologias e as redes sociais também demonstram ser relevantes e de suma importância para circulação e produção desses materiais, configurando-se como aliadas e permitindo o acesso de maneira igualitária.

A seguir, discutir-se-á sobre a Libras e a tradução cultural entrelaçadas como forma de resistências dos surdos.

2.2 Libras e a Tradução Cultural: Entendendo Negociações e Resistências Surdas

A língua era pensada no século XIX, a partir do ponto de vista de representação ou, o que é o mesmo, a partir da relação entre significante e significado, hoje tende-se a pensá-la ao modo de tradução, isto é, a partir do ponto de vista da relação do transporte entre sistemas de signos, (...) hoje nos preocupam sobretudo suas diferenças, suas contaminações, suas dinâmicas fronteiriças; (...) o movimento vertiginoso do intercâmbio, do transporte e da pluralidade do significado.

(Jorge Larossa e Carlos Skliar)

Para Bakhtin (2006), a língua sobrevive e evolui ao longo da história, na comunicação verbal concreta e entre seus pares, não apenas no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos que a falam, mas também na sua estrutura como um todo social. A língua é um fato social, histórico e que se desenvolve com as práticas sociais de acordo com suas normas, não como um produto acabado, mas como um processo ininterrupto.

Há algumas décadas, as línguas de sinais não eram consideradas, nem possuíam o status de língua, pois eram sempre consideradas como gestos, mímicas ou pantomimas. Conforme já mencionado, o pioneiro no trabalho com pesquisa da área linguística foi William Stokoe, na *Gallaudet University*, comprovando que a ASL possuía estrutura, parâmetros e regras como as línguas orais (faladas). Essa análise “(...) modificou, no âmbito da ciência, o modo de compreender a língua de sinais e sua relação com o aprendiz surdo. Essa é a razão de terem

ocorrido mudanças discursivas e avanços nas relações de empoderamento linguístico no século XX” (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 215). Tal pesquisa foi o pontapé inicial para que outros pesquisadores, inclusive no Brasil, iniciassem o trabalho com outras línguas de sinais. Assim:

Com as conquistas surdas e as “descobertas” em torno da língua de sinais, professores começam a reivindicar, juntamente com linguistas, historiadores, antropólogos e psicólogos, outras condições de ensino e de vida para pessoas surdas. As lutas pelo reconhecimento da língua de sinais nas escolas, pelo reconhecimento da comunidade surda e pelo fim de práticas oralistas nos trabalhos com sujeitos surdos ocuparam o cenário educacional com mais expressão acadêmica, social e política (...) (LOPES, 2011, p. 25, grifo da autora).

Dessa maneira, no Brasil, a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito (1993) iniciou os estudos linguísticos da língua de sinais, com sua experiência na cultura dos índios urubu-kaapor na floresta Amazônica, denominada Língua de Sinais dos Indígenas Urubu-Kaapor (LSKB). Posteriormente, suas pesquisas mostraram a circulação de Língua de Sinais nas Grandes Cidades ou nos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), que demonstrava ter influência do contato com a língua de sinais francesa, porque a língua de sinais foi utilizada por E. Huet no INES³¹.

Em meados dos anos 2000, a língua de sinais começou a ser estudada e pesquisada no Brasil por mais pessoas interessadas. Destacam-se três pesquisas com produção de materiais que foram primordiais para o seu desenvolvimento:

- Felipe (1997-2007) desenvolveu projetos em parceria com o MEC, INES e a FENEIS, denominados “Dicionário Libras/Português em CD-ROM” e “Libras em contexto”, que foram primordiais para o uso e a difusão da Libras pelo país;
- Capovilla e Raphael (2001) lançaram o primeiro dicionário em Libras, sendo o “Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Libras”. Nele é possível encontrar os verbetes que correspondem ao sinal em língua portuguesa e inglesa, sua definição sobre o significado, ilustrações e descrições detalhadas correspondentes à forma do sinal. Esse dicionário, além de ser um dos primeiros criados no Brasil, ainda conta com edições até os dias atuais; e

³¹ No Brasil, de acordo com os registros, a história da educação de surdos ocorreu em meados de 1855, com a vinda do professor de surdos E. Huet ao Rio de Janeiro a pedido de D. Pedro II. Dessa forma, ele criou o Instituto de Surdos-Mudos, que, anos depois, passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos.

- Quadros e Karnoopp (2004), no livro “Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos”, apresentam aspectos linguísticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e do léxico, bem como os parâmetros da língua.

Tais pesquisas e publicações impulsionaram o reconhecimento da língua de sinais no Brasil, demonstrando também serem frutos de movimentos históricos e sociais, servindo, ainda, como produtos de resistência, “(...) a despeito de envolver uma cultura, a experiência da surdez não se baseia numa exigência de ‘lugar’, mas, certamente o uso da língua de sinais é a característica identitária da maior importância” (SÁ, 2002, p. 105, grifo da autora). Assim, a Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida legalmente com a Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Institui-se a Libras como a língua de comunicação e instrução, principalmente para os surdos que a utilizam. Ela é utilizada pelas comunidades surdas espalhadas pelo país, que compartilham escolas, associações, igrejas, etc. É importante destacar que boa parte dos surdos tem acesso à língua de sinais nas escolas de maneira tardia, juntamente com TILS, sem a referência de adultos surdos sinalizantes.

Além disso, suas experiências, trocas, reflexões, posicionamentos, críticas e, ainda, a construção de seu *éthos* também são postergadas, privando o sujeito de ter encontros com as comunidades surdas e nas suas identificações com os surdos sinalizantes, conforme é enfatizado por Larrosa e Skliar:

A condição babélica da língua não é só a diferença entre as línguas, mas a invasão da multiplicidade da língua na língua, em qualquer língua. Por isso qualquer língua é múltipla. Não há tal coisa como a linguagem; porém tampouco há tal coisa como uma língua singular. (...) E, naturalmente, há aparatos educativos e culturais, também do Estado, que constroem constantemente línguas normalizadas e falantes igualmente normalizados (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 19).

Isso pode explicar o fato de existirem inúmeras línguas de sinais no mundo, assim como existem as línguas orais, independentes umas das outras. Por exemplo, a Libras é a língua

Além disso, incentivou e promoveu a educação bilíngue em Libras – Língua Portuguesa, a criação das graduações em Letras/Libras, Pedagogia Bilíngue e Letras/Língua Portuguesa para surdos oferecidas em diversas universidades do país, além de apoiar a formação e a profissionalização dos professores, instrutores e TILS (BRASIL, 2005). Em consonância com a legislação, Quadros (2019) explica que:

A questão das línguas está implicada na educação bilíngue para surdos. A língua de sinais, enquanto primeira língua e língua de interação dos surdos, impacta diretamente as formas de organizar a educação bilíngue e os espaços educacionais. O fato de a língua portuguesa não ser adquirida de forma espontânea pelos surdos também apresenta implicações no contexto escolar (QUADROS, 2019, p. 159).

Todas essas ações têm impacto sobre a língua de sinais diretamente, com mudanças significativas desde o seu reconhecimento à sua valorização. Até o momento, entretanto, tem-se um movimento tímido da implantação da Libras como uma disciplina na grade curricular das escolas brasileiras. Em Campo Grande - MS, por exemplo, por meio de apoio de representantes da comunidade surda e de associações, foi aprovado que a Libras será tratada como um programa que deve ser inserido como atividade extracurricular ou, ainda, como parte do currículo como tema transversal na área de conhecimento com que se relaciona, abordando conceitos, história, cultura, etc.

Assim como a Libras, muitas outras línguas de sinais pelo mundo apresentam seu reconhecimento jurídico e legal. A Tabela 2, a seguir, indica os países que, até o momento, têm as línguas de sinais reconhecidas. O levantamento foi organizado pela *World Federation of the Deaf* (WFD), contemplando o ano e o país respectivamente, assumindo diferentes posições em relação à política e ao planejamento, respeitando os sistemas jurídicos de cada país³².

Tabela 2 – Países que têm a língua de sinais reconhecida em caráter jurídico-legislativo

ANO	PAÍS	ANO	PAÍS	ANO	PAÍS
1981, 2006, 2009	Suécia	2005	Turquia	2014	Dinamarca
1992	Panamá	2006	Chipre	2014	El Salvador
1995	Finlândia	2006	Nova Zelândia	2015	Croácia

³² “Nos Estados Unidos, a Língua de Sinais Americana (ASL) não tem reconhecimento jurídico nacional tampouco políticas nacionais de fomento. No site do National Council of State Supervisors for Languages (NCSSFL), um questionário aplicado a 33 estados mostra que todos reconhecem a língua de sinais como “língua mundial” (world language), mas somente 24 deles incluem a Língua Americana de Sinais entre os requisitos de certificação para professores. Nacionalmente, a ASL é bastante disseminada, (...) Internacionalmente, é a língua principal de comunidades surdas em países da África, das Américas e da Ásia” (XAVIER, 2018, p. 9, grifos do autor).

1995	Lituânia	2007	Estônia	2015	Papua Nova Guiné
1995	Eslováquia	2007, 2010	Espanha	2015	República da Coreia
1995	Uganda	2008	Equador	2016	Índia
1996	Colômbia	2009	Bolívia	2016	Malta
1996	África do Sul	2009	Bósnia e Herzegovina	2017	Grécia
1997	Portugal	2009	Hungria	2017	Irlanda
1998, 2008	República Checa	2009	Nicarágua	2018	Luxemburgo
1999	Letônia	2010	Quênia	2018	Filipinas
1999	Venezuela	2010	Peru	2019	Canadá
2001	Uruguai	2010	Zimbábue	2020	Costa Rica
2002	Alemanha	2010, 2014	Kosovo	2020	Guatemala
2002	Romênia	2011	Islândia	2020	Holanda
2002	Eslovênia	2011	Japão	2020	Paraguai
2002 2005	Brasil	2011	Polônia	2021	Bulgária
2003, 2006, 2019	Bélgica	2012	Federação Russa	2021	Chile
2004, 2017, 2019	Ucrânia	2013	Honduras	2021	Itália
2005	Áustria	2013	Bangladesh	2021	Noruega
2005	México	2014	Albânia		

Fonte: Elaborado pela autora e adaptado das informações disponíveis em: <https://bityli.com/hstIqX>. Acesso em: 20 maio 2020.

Apesar dessas informações, observa-se que, no Brasil, persiste a ideia da desvalorização da língua de sinais, visto que “(...) sua existência segue, ainda hoje, rodeada de um certo halo de mistério, de rechaço e de representações estereotipadas” (SKLIAR, 2015, p. 24). Isso ocorre em razão de que a própria Lei nº 10.436 afirma que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002), conferindo à língua de sinais um caráter facultativo ou a ideia de ser uma “segunda língua”, que não é capaz de contemplar o aprendizado de seu público sem a presença obrigatória da primeira língua - no caso, a portuguesa.

Essa observação esbarra em outras línguas não reconhecidas legalmente também, como, por exemplo, as línguas indígenas faladas/escritas e/ou sinalizadas, apesar das pesquisas apresentarem sua existência. Larrosa e Skliar (2001) alertam sobre essa realidade plural, de modo que:

[...] o espanhol, por exemplo, ou o português, não são uma só língua, mas, sim que uma língua, uma série de variações híbridas e excêntricas irreduzíveis a um sistema centrado e fechado; e também que qualquer enunciado ocorre já sempre dividido e pluralizado em mais de uma língua; e também que todo falante, qualquer falante, quando fala ou escreve em sua língua fala ou escreve sempre mais de uma língua; e também, imperiosamente, que tem de falar mais de uma língua (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 29).

Essa condição cria uma ideia de fronteira entre línguas e suas culturas, conferindo-lhes a subalternidade, algo fechado, acabado, ou, como explicam Larrosa e Skliar (2001, p. 29): “(...) uma língua que não é uma língua. A língua de Babel”, destacando-se a Língua portuguesa como língua majoritária utilizada pelas pessoas ouvintes. Desse modo:

[...] o que está em questão é (...) a regulação e negociação daqueles espaços que estão continuamente, *contingencialmente*, se abrindo, retrazendo as fronteiras, expondo os limites de qualquer alegação de um signo singular ou autônomo de diferença (...). Tais atribuições de diferenças sociais – onde a diferença não é nem o Um nem o Outro, mas algo *além, intervalar* – encontram sua agência em uma forma de um “futuro” em que o passado não é originário, em que o presente não é simplesmente transitório. Trata-se, se me permitem levar o argumento, de um futuro intersticial, que emerge no *entre-meio* entre exigências do passado e as necessidades do presente (BHABHA, 1998, p. 301, grifos do autor).

Essas negociações se apresentam frequentemente nos lugares onde os surdos estão e a língua de sinais não, visto que os ouvintes, em sua maioria, desconhecem a língua de sinais ou, por vezes, estão resistindo à repressão linguística. Na maneira como a sociedade entende a língua-cultura do outro, como diriam Larrosa e Skliar (2001), pensar e habitar Babel babelicamente ajudaria a compreender questões:

[...] como memória, hospitalidade, responsabilidade, finitude, arte, pluralidade, exílio, existência, vida, linguagem, leitura, descontinuidade, comunidade, etc. Já não podem significar o que significavam nessa língua antibabélica e com pretensões de língua única na qual se construiu o Ocidente (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 28).

Nesse sentido, essa ótica que pensa o sujeito como um ser totalitário se esvazia, tornando-se um convite à reflexão de sujeitos interseccionados a diversas questões além do socioeconômico, fora do ideal, como alerta Bhabha:

[...] Pode-se examinar, no contexto da sociedade colonial, aquelas estratégias de normalização que desempenham uma diferença entre uma linguagem

normativa “oficial” da administração e instrução coloniais e uma forma não-marcada, marginalizada – “pidgin”, crioula, vernacular – que se torna o lugar da dependência e resistência culturais do sujeito nativo e, como tal, um signo de vigilância e controle (BHABHA, 1986, p. 181, grifos do autor).

Tais estratégias se entrelaçam com a questão de uma fronteira baseada na noção de tradução cultural, de modo que, para Bhabha (1998), ela pode atravessar processos de interpretação, propagação de ideias e de perspectivas de mundo, correlatos às relações de poder, lugares, povos e linguagens, mudando o sentido de sua tradução. O autor ainda esclarece que:

Na irrequieta pulsão de tradução cultural, lugares híbridos de sentido abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do *símbolo*, ao atravessar os locais culturais, não deve obscurecer o fato de que a repetição do signo é, em cada prática social específica, ao mesmo tempo diferente e diferencial. Esse jogo disjuntivo de símbolo e signo torna interdisciplinaridade um exemplo do momento fronteiro da tradução. (...) a “estrangeiridade” da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais (BHABHA, 1998, p. 230, grifos do autor).

Corroborando com essa afirmação, entende-se que a tradução passa por uma negociação dialógica, mesmo que tenha a “estrangeiridade” da língua, como coloca o autor. Esse processo envolve o outro, sua identidade, alteridade e deslocamento, o ir e o vir, para que o outro possa habitar nesses lugares. Evidencia-se novamente a importância da singularidade na diferença, evidenciando uma construção entre leitor e autor na complexidade de viver construindo significados, em contato com o real e o autêntico, que possibilita:

[...] a habilidade de mudar a base de conhecimentos, ou de engajar-se na “guerra de posição”, demarca o estabelecimento de novas formas de sentido e estratégias de identificação. As designações da diferença cultural interpelam formas de identidade que devido à sua implicação contínua em outros sistemas simbólicos, são sempre “incompletas” ou abertas à tradução cultural (BHABHA, 1998, p. 228, grifos do autor).

As narrativas produzidas pelos surdos, no seu campo visual-espacial, soam como uma realidade diferente do universo oral-auditivo. Cabe ao tradutor esse processo complexo que reflete essa identidade e linguagem de maneira compreensível à sua visualidade. Além disso, a partir da Figura 12, compreendem-se as diferenças entre Libras e a língua portuguesa.

Figura 12 – Diferenças entre a Libras e a Língua Portuguesa

LIBRAS	Língua Portuguesa
Visual-espacial	Oral-auditiva
Baseada nas experiências visuais	Baseada nos sons
Apresenta uma sintaxe espacial incluindo os chamados “classificadores”	Usa uma sintaxe linear, utilizando a descrição para captar o uso de “classificadores”
Utiliza referências através de pontos estabelecidos no espaço que exclui ambiguidades	Utiliza referências, mas algumas frases apresentam ambiguidades
Não tem marcação de gênero	O gênero é marcado a ponto de ser redundante
Atribui um valor gramatical às expressões faciais	Esse fator não é considerado como relevante
A escrita não é alfabética	A escrita é alfabética

Fonte: Quiles (2010).

Mesmo sendo uma língua com tantas particularidades, percebe-se que as relações de poder emergem de modo estratégico, como se vê no trecho da legislação citada, em relação ao aparecimento do outro, com o discurso de compreendê-lo como ser heterogêneo, mas que se pensa na sua totalidade, aplicando “a mesma coisa” ao lugar desse sujeito moderno, de modo que o nega. Conforme Sá esclarece:

Não se enfatiza que os surdos criaram, desenvolveram e transmitiram, de geração em geração, uma língua natural, complexa, abstrata, numa modalidade de recepção e produção diferente da que utilizam os ouvintes: a modalidade viso-gestual. (...) as línguas de sinais são fruto de um processo construído histórica e socialmente pelas comunidades surdas, até mesmo como produto histórico de sua resistência à dominação (SÁ, 2002, p. 108).

Sobretudo, observa-se que esses movimentos produzidos nas comunidades surdas e por surdos se constituem como formas de resistência e produção de sua cultura, uma vez que o lugar desses sujeitos se configura a partir da apropriação das duas línguas e, portanto, estão na zona de contato linguístico-cultural, não se sustentando sob a perspectiva de um padrão estático.

Algumas instituições auxiliam nesse processo, desenvolvendo ações voltadas às políticas públicas e à integração dos surdos, como a FENEIS. “Esses locais são reconhecidos pelos sujeitos surdos como espaços de convivência e luta e representam um suporte para a conscientização da sociedade a respeito de suas diferenças linguísticas e culturais” (MARTINS; LISBÃO, 2019, p. 248). As autoras enfatizam que as produções culturais dos surdos vêm crescendo cada vez mais e apresentam adesão de mais participantes, por meio de congressos, seminários, rodas de conversas, festas, exposições, concursos, ministérios religiosos, eventos esportivos, entre outros. Com os avanços das tecnologias e das redes sociais, é possível

encontrar a circulação de obras de artistas surdos, poesias, piadas, teatros e outras formas de expressar seus marcadores culturais e visuais, sobretudo, no período de pandemia, com as *lives*. Nesse sentido, Souza (2020) enfatiza que:

Os surdos têm o direito de se expressar como quiserem, seja por meio de poesias, piadas, contação de histórias, teatro, dança e, também, por meio da música. Penso que nós surdos não podemos ficar fechados em uma bolha, isolados da sociedade ouvinte, pois assim nunca seremos reconhecidos como pessoas plurais que somos. Pessoas que pensam diferente, se expressam de modos diferentes, se comunicam por meio de vias diferentes e apreendem o mundo de formas diferentes. As artes se adaptam às pluralidades, às diferentes pessoas, línguas, culturas, corpos e propósitos (SOUZA, 2020, p. 247).

As figuras a seguir apresentam algumas produções de artistas surdos relacionadas a esse universo.

Figura 13 – Tela do artista plástico mineiro Marcos Anthony: Frida Tropical



Fonte: *Instagram @marcosanthonyoficial*

Figura 14 – Divulgação do teatro em Libras com atrizes surdas



Fonte: Instagram @mudapraticas

Figura 15 – Divulgação de curtas-metragens produzidos por artistas surdos



Fonte: Instagram @surdocinema

Figura 16 – O silêncio e a fúria - poetas do corpo



Fonte: Disponível em: <https://bitly.com/ykp6z>. Acesso em: 14 mai. 2021.

Figura 17 – Clipe oficial da música SEJA VOCÊ - Gabriel Isaac & Thairine Nogueira



Fonte: Disponível em: <https://bitly.com/LDVA2>. Acesso em: 14 mai. 2021.

Nas figuras apresentadas, observam-se a participação de artistas surdos, atores, diretores, produtores, tradutores e suas produções culturais com riqueza de linguagens e técnicas, no sentido de difundir a língua de sinais e demonstrar, por meio da cultura e da arte, um reflexo de suas histórias, experiências e conquistas. Apesar de suas expectativas no acesso aos bens culturais, ainda persistem dificuldades dos surdos para acessá-las e usufruí-las nos espaços culturais e públicos, de acordo com sua língua, sendo fundamental não se esquecer de que “(...) as línguas são culturais. Refletem a cultura dos povos e das comunidades de seus falantes, (...) Cada língua tem sua cultura, seu léxico e sua forma de organização gramatical” (SOUZA, 2020, p. 250).

Com esse movimento, observa-se, por meio da tradução cultural, que tais singularidades estão além da língua, considerando todo o contexto sócio-histórico inseparável, porque se trata de “(...) um processo que postula a significação como uma produção sistêmica situada dentro de determinados sistemas e instituições de representação – ideológicos, históricos, estéticos e políticos” (BHABHA, 1984, p. 98). O conceito de tal ação se condensa no conceito de tradução cultural, entendida pelo autor como:

[...] parte de um processo de traduções - usando essa palavra, como antes, não em um sentido linguístico estrito de tradução, como, em um “livro traduzido do francês para o inglês”, mas como um motivo ou tropo como Benjamin sugere a atividade de deslocamento dentro do signo linguístico. Desenvolvendo essa noção, a tradução também é uma maneira de imitar, mas em um sentido perverso e deslocador, imitando um original em tal maneira que a prioridade do original não é reforçada, mas pelo próprio fato de que o original pode ser simulado, copiado, transferido, transformado, etc. o “original” nunca está terminado ou completo em si. O “originário” está sempre aberto à tradução, então que nunca pode ser dito ter um momento anterior

totalizado de ser ou de significação - uma essência. O que isso realmente significa é que as culturas são apenas constituídas em relação àquela alteridade interna à sua atividade de formação de símbolos que os torna estruturas descentradas – é através desse deslocamento ou liminaridade abre a possibilidade de articular *diferentes* práticas e prioridades culturais, até mesmo incomensuráveis (BHABHA, 1990, p. 210-211, grifos do autor).

Nesse sentido, implica-se compreender tais práticas no sentido da experiência singular do sujeito surdo e na sua ressignificação de símbolos culturais, permitindo sua resistência em oposição aos modelos estáticos e padronizados da sociedade. Bhabha (1990) compreende tais símbolos como literatura, arte, música, etc., correspondentes à visão homogênea de cultura como oposição aos de culturas pós-coloniais, sobretudo aos que são construídos como originais e com tradições inventadas, que implicam desigualdades nas relações dos sujeitos. O autor ainda frisa que não se trata de apropriar-se ou adaptar-se a suas realidades, pois possibilita o surgimento de suas próprias versões a partir de suas formas de narrativas contrárias às suas posições de minorias.

A seguir a discussão versa sobre questões relacionadas ao Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa e o seu entre-lugar social e cultural.

2.3 Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa e o seu Entre-Lugar

Os intérpretes estão nas fronteiras do discurso visual e das representações culturais surdas, que, por sua vez, remetem às diferenças de produção de subjetividades. São três as vozes presentes no ato de interpretação, as surdas, as ouvintes e a do próprio intérprete. Um dos dilemas dos intérpretes se concentra no desejo de ser uma espécie do se colar ao outro, responsabilizar-se por aquilo que possa estar querendo significar esse outro. (...) Não esmorecer diante da maldição babélica e perseguir sentidos que aproximem significantes para novas teias de relação é a tarefa de todo tradutor.

(Mara Lúcia Masutti)

Discorrer a respeito do profissional TILS envolve compreender o seu trabalho, sua trajetória de formação e o que ele é ou representa. Parece uma tarefa fácil olhá-lo no momento de sua atuação, porém os bastidores desse momento revelam muitos entraves que são necessários entender nessa discussão. Para isso, inicia-se diferenciando, mesmo que de maneira resumida, as atividades de tradução e de interpretação.

O ato de traduzir não se limita apenas pela gramática, pelas regras e pelos padrões da língua ou pela aptidão textual. O tradutor é, de acordo com Costa (2005, p. 30), “(...) aquele tipo especial de escritor que cria o texto, não a partir do seu próprio ideacional, mas a partir de outro texto”.

Assim, na tradução³³, o texto escrito é fixo e tem suas mudanças oriundas de sua configuração textual. O tradutor tem a tarefa de versar o texto escrito em sua língua fonte para texto escrito língua alvo. Durante esse trabalho, o tradutor conta com a ajuda temporal para ler, refletir, consultar livros, dicionários, glossários e até mesmo pessoas, que também podem ser tradutores, auxiliando-o nos sentidos mais coerentes e coesos para o texto final.

Já na interpretação a atividade ocorre de maneira instantânea, ao vivo e imediata, definida como o “aqui e agora”, sem tempo para consultas ou reflexões. Hurtado Albir (2011) classifica esta atividade em interpretação simultânea, a interpretação consecutiva, a interpretação bilateral (ou enlace) e a sussurrada. Além disso, para que a interpretação aconteça, é essencial que ocorra o meio oral, de modo que:

O intérprete tem que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e ideias que não são suas, sem perder de vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermédio. Não tem qualquer controle sobre a complexidade, a velocidade, a clareza ou a lógica do apresentador (MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p. 19-20).

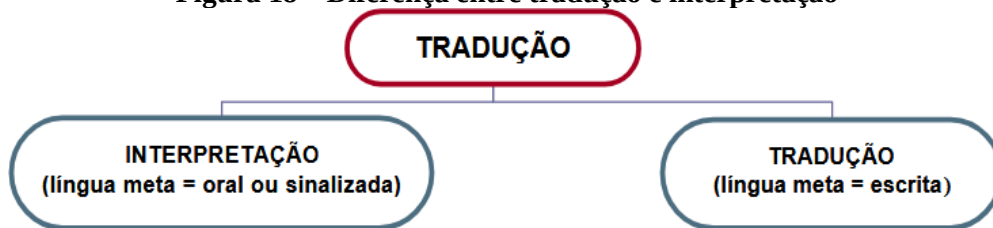
O intérprete atua no momento das relações interpessoais, com simultaneidade, no momento em que ocorre o enunciado. Ele tem que tomar decisões rápidas em suas escolhas linguísticas ao versar termos ou sentidos de uma língua para a outra. Durante o processo de comunicação, considera-se ir além de questões culturais e situacionais, pois “(...) é o efeito da perplexidade do viver nos espaços liminares da sociedade” (BHABHA, 1998, p. 228). Não há tempo para consultas e/ou reflexões, como ocorre na tradução, visto que:

O intérprete está presente, interpretando a mensagem entre o orador e o receptor, ou seja, o intérprete está envolvido no diálogo, as suas palavras são dirigidas a um destinatário direto e busca provocar uma reação em uma velocidade muito maior do que o tradutor; assim, a função do intérprete é de maior visibilidade (NOGUEIRA, 2016, p. 35).

³³ De acordo com Jakobson (1959) a tradução ainda se divide em três tipos: tradução intralingual ou reformulação interlingual ou tradução propriamente dita e intersemiótica ou transmutação.

Quadros (2007) também explica que o ato de interpretar envolve o processo cognitivo-linguístico, no qual o intérprete pode estar diante de um público ou de pessoas para quem ele irá interpretar a comunicação, de modo a utilizar línguas diferentes. Para tanto, utiliza suas escolhas lexicais, considera não apenas o que é falado, mas também de onde é falado, a partir da língua fonte para a língua alvo, buscando não comprometer as informações mediadas. De acordo com Pereira (2008), na Figura 17, pode-se distinguir esse processo:

Figura 18 – Diferença entre tradução e interpretação



Fonte: Pereira (2008).

Compreende-se que esses conceitos, tanto de tradução como de interpretação, não se limitam apenas à modalidade de textos escritos ou discursos orais, mas também à modalidade sinalizada, pertencente às línguas de sinais. Isso ocorre em razão de que as legislações brasileiras regulamentam a prática do profissional TILS e colaboram para que os surdos tenham acesso aos espaços sociais.

Alguns autores se destacam ao se debruçarem em pesquisar sobre as atividades da tradução e da interpretação, bem como sobre os estudos voltados para o perfil profissional do TILS, destacando-se Albres (2015), Fomim (2018), Machado (2014), Nascimento (2011), Nogueira (2016), Rigo (2013), Santos (2006), entre outros. Esses autores defendem que o profissional que atua como TILS é aquele que, além de trabalhar com o domínio de duas línguas utilizadas pela comunidade surda, também deve ter um perfil ativo e estar em constante prática e aprimoramento profissional.

Não basta simplesmente se apropriar dos sinais que a Libras oferece e substituir palavra por palavra. Esse processo de tradução e/ou interpretação é muito mais complexo e significativo e precisa ser internalizado em sua atuação nas diversas esferas sociais, como explica Bhabha (1998, p. 229), ao alegar que “(...) tal processo crítico exige uma temporalidade cultural que é tanto disjuntiva quanto capaz de articular, (...) formas de atividade que são ao mesmo tempo nossas e outras”.

Durante a ação de tradução e/ou interpretação, a cultura se faz presente, pois é como oscilar entre lá e cá, utilizando-se de inúmeras técnicas e uma infinidade de informações durante

o processo de entender e traduzir para o outro o discurso que se profere. Ser TILS exige vivência, experiência, bagagem cultural, pois essa atividade corresponde a transitar nas fronteiras entre cultura surda e ouvinte, no entre-lugar que discute Bhabha (1998), espaço esse em que se designam saberes e poder entre os sujeitos. Assim:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente (BHABHA, 1998, p. 27, grifos do autor).

Ainda, por falar em passado, quando se refere à trajetória profissional do TILS, nota-se que geralmente ela é marcada por atividades voluntárias e de cunho assistencialista e/ou em esferas religiosas. Em sua maioria, os TILS se capacitaram ou ainda se capacitam a partir de igrejas pioneiras como: Batistas, Católicas (com as pastorais de surdos), Congregação Cristã no Brasil (CCB) e Testemunhas de Jeová, que ofertam cursos de Libras. Essas são motivadas não só pela presença de fiéis surdos, mas também em razão de que se preocupam “(...) com a divulgação de sua doutrina entre os fiéis e também entre a comunidade, buscam aprender/ensinar essa língua e torná-la presente em seus espaços de convívio social” (LACERDA, 2012, p. 273).

Em outros casos, no sentido de “ajudar” os surdos, a ideia de que ele precisa do TILS se compara à perspectiva clínica de que falta algo para o surdo ser incluído socialmente. Nesse sentido, a sua dependência seria eterna nos locais onde transitar e teria sempre uma dívida com o TILS. A atuação desse profissional demonstra diferentes fragilidades, visto que muitas pessoas consideram sua atuação uma questão de dom, coragem ou, ainda, conforme salienta Nascimento (2011), como assistencial aos surdos e até mesmo voluntária:

Devido a essas representações sociais de que o TILSP existe para oferecer “apoio” ao surdo, a classe profissional ainda depara-se com pedidos de atuação voluntária em eventos e festividades organizados por repartições públicas (como, por exemplo, secretarias, coordenadorias e conselhos das pessoas com deficiência) que deveriam, naturalmente, defender o TILSP como agente de acessibilidade para surdos usuários da libras reconhecendo-o como profissional por meio de remuneração pelos serviços prestados. A atuação voluntária desses profissionais para órgãos de caráter público torna-se uma compactuação com o Estado, com o não investimento na inclusão social de pessoas surdas e com deficiência. Além de corroborar a concepção de que o voluntariado junto às instituições públicas demonstra o quanto esse mesmo Estado considera a atuação do TILSP um processo de tutela e assistencialismo ao surdo (NASCIMENTO, 2011, p. 27).

Essa visão se modificou ao longo do tempo, apesar de não ter desaparecido. Quadros (2007) afirma que, por volta da década de 1980, o engajamento dos surdos nas constantes discussões referentes ao seu próprio grupo foi primordial para o surgimento da profissionalização do TILS, que fomentou a garantia do acesso linguístico em língua de sinais e em várias esferas sociais, principalmente na educacional.

Segundo Quadros (2007), essas discussões se voltaram para a participação dos surdos em movimentos sociais e políticos, possibilitando a presença deles nos diversos níveis educacionais, no reconhecimento da Libras, na formação de TILS em graduação e pós-graduação *lato sensu* e *scripto sensu*, promovendo pesquisas, na área de interpretação, na tradução das línguas de sinais, na constituição de associações locais e na certificação de TILS.

Assim, desenvolveram-se novas ações e discussões sobre a temática, bem como a realização de pesquisas voltadas para formações e profissionalização dos TILS, em parceria com universidades e instituições como a FENEIS. No Brasil, a partir dos anos 1990, as principais leis que reconhecem a necessidade desse profissional foram:

- A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras³⁴ de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;
- A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica para estudos que necessitem de atendimento especializado; e
- A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências no ensino superior.

Nesse período, “(...) a atuação do intérprete de língua de sinais se expandia em várias regiões do país, em âmbitos religiosos, educacionais e de associações. No entanto, até a regulamentação da LIBRAS em 2005, a formação específica desse profissional representava um impasse” (NANTES, 2012, p. 40). Esses dispositivos legais permaneceram vigentes entre os anos 1990 e início dos anos 2000.

O ano de 2002, foi marcado pelo reconhecimento e pela visibilidade da Libras, que, por meio da Lei nº 10.436, foi reconhecida como forma de comunicação das pessoas surdas, ganhando respaldo do poder e dos serviços públicos. Essa Lei tornou obrigatório o ensino da

³⁴ Texto redigido conforme a legislação.

Libras para estudantes dos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia, Magistério e especialização em Educação Especial (BRASIL, 2005). O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei, trata o seguinte:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos (BRASIL, 2005).

Apesar de a legislação versar sobre o profissional, percebe-se uma convergência quanto a seu nível de formação. O Art. 18 estabelece a formação em ensino médio e, no Art. 19, está determinado que a necessidade é de formação em ensino superior, ocasionando problemas na contratação ou até mesmo em concursos. Todavia, a partir dessas legislações, a formação e as contratações de TILS começaram a ser discutidas e desenvolvidas, tornando viável sua presença em diversas esferas sociais, além do aumento de demandas para os profissionais. O decreto prevê ainda:

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos (BRASIL, 2005).

A presença do TILS se tornou importante para a garantia da quebra de barreiras comunicacionais entre as comunidades surdas e ouvintes. Sem sua presença, muitas vezes o processo inclusivo nos espaços sociais se torna frágil, uma vez que os surdos que utilizam a Libras têm direito a acesso, permanência e aprendizado, principalmente, nas instituições de ensino, já garantido nas legislações.

Diante da crescente procura e visando ao fortalecimento da categoria desses profissionais, foi criada, em Mato Grosso do Sul, a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua brasileira de Sinais de Mato Grosso do Sul (APILMS), em 02 de julho de 2005, na cidade de Campo Grande. Além disso, outras associações foram fundadas pelo Brasil em níveis estadual, nacional e internacional, conforme destaca Nantes (2012):

Em 22 de agosto de 2008 foi fundada em Brasília, DF, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS). (...) A Associação Mundial de Intérpretes de Línguas de Sinais (WASLI, sigla inglesa de World Association of Sign Language Interpreters) realizou seu primeiro congresso em Worcester, na África do Sul, em outubro de 2005, seguido do segundo em 2007, em Segóvia, na Espanha, e a terceira edição, em julho de 2011, em Durban, na África do Sul. Nessa ocasião, a FEBRAPILS foi representada pela primeira vez na WASLI e participou desse evento promovendo a divulgação internacional das atividades dos intérpretes brasileiros (NANTES, 2012, p. 43).

Com esses movimentos e seguindo a regulamentação do decreto em medida provisória e transitiva, começou, em 2006, a ser aplicado anualmente pelo MEC, em parceria com instituições de educação superior, o Prolibras, que certificava, em nível médio e superior, os profissionais TILS para atuação nas educações básica e superior, para que os profissionais que ainda não tinham o nível superior pudessem se adequar às novas exigências, com duração de dez anos a partir da publicação do decreto.

Observa-se, porém, que somente essa certificação não garante as habilidades e competências que o profissional TILS deve ter para desempenhar tal função, pois esta pesquisa revela que a área artístico-cultural ainda é escassa de profissionais habilitados, deixando os surdos aquém do acesso nessa esfera.

Visando a atender as legislações, tanto da Lei da acessibilidade nº 5.296/2004, quanto do decreto nº 5.626/2005, no ano de 2006, segundo Quadros e Stumpf (2014), passou a ser oferecido o curso em Letras/Língua Brasileira de Sinais (Libras), com habilitação em licenciatura, para formar professores, na modalidade a distância, pela UFSC. Entretanto, foi oferecida, somente a partir de 2008, a habilitação para bacharelado, visando à formação para os

TILS. Sua abertura se deu em 16 estados brasileiros, distribuídos, conforme Nantes (2012) explica:

[...] em 15 polos distribuídos em 14 instituições de ensino superior do Brasil, dentre elas: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade de Brasília (UnB), Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), Instituto Nacional de Educação de Surdos do Rio de Janeiro (INES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade do Estado do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), UFGD, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) (NANTES, 2012, p. 41).

Observa-se que, apesar do crescimento do curso em nível nacional (tanto na modalidade a distância quanto na presencial) e do aumento do número de profissionais formados, existem lacunas abertas nessa reflexão quanto, por exemplo, às competências/habilidades que precisam ser desenvolvidas durante a formação desse profissional. Albres (2015) esclarece que:

[...] a importância da formação específica para tradutores, como, por exemplo, o curso de Letras/Libras (bacharelado) o que vai possibilitar uma sólida formação em aspectos que norteiam a tradução/interpretação e a construção de sentidos implica nesse processo (ALBRES, 2015, p. 46).

A autora faz referência ao curso de Letras/Libras, que teve sua grade curricular extraída do livro *“Letras Libras, ontem, hoje e amanhã”*, organizado por Quadros e Stumpf (2014). Destaca-se o eixo de formação profissional, conforme o Anexo 1, demonstrando serem insuficientes tais disciplinas para o sucesso na atuação do TILS.

Além disso, muitos profissionais, após concluírem sua formação, direcionam-se para a área educacional, pois acreditam ser mais fácil para atuarem ou são levados a focar nessa área, não explorando sua prática para outros campos do conhecimento. Albres (2015) adverte, sobre a formação do TILS, sobretudo na área educacional, que:

[...] não pode ser apenas na língua ser traduzida, ou seja, uma formação que confira proficiência em língua de sinais e em português, nem mesmo apenas de pedagogia ou licenciatura (...), assim como não pode ser apenas uma formação no campo da Letras/Tradução sem aprofundar nas questões específicas em que pretende atuar. É necessário refletir sobre uma formação teórico-prática sobre as línguas, sobre aspectos linguístico/culturais, sobre aspectos educacionais – educação inclusiva, educação bilíngue, aspectos pedagógicos específicos à aprendizagem mediada por uma língua de sinais e

político a que estão circunscritas as atuações dos intérpretes educacionais (ALBRES, 2015, p. 93).

Outra questão que merece destaque é com relação às inúmeras situações em que “TILS”, como se autodenominam, sem qualquer formação e estudo, aceitam determinados trabalhos considerando a estética da profissão, sem dar atenção à complexidade da ação de traduzir e interpretar. Acreditando serem fluentes para tal situação, eles ocasionam a desvalorização linguística-cultural e os preceitos éticos envolvidos nessa prática, como prevê a Lei nº 12.319, que regulamenta a profissão do TILS, em especial no seu Art. 7º, que prega o zelo:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- IV - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda (BRASIL, 2010).

É claro que se entende que, a partir de sua prática, o profissional vai construir habilidades para atuações futuras, porém são questionáveis tais condutas profissionais diante de demandas específicas que podem ocasionar prejuízo ao público surdo, uma vez que sua atuação tem ganhado cada vez mais visibilidade. Um exemplo disso, que repercutiu no mundo todo, foi o caso do “falso intérprete” que fazia gestos sem sentido durante a cerimônia fúnebre de Nelson Mandela³⁵.

Casos como esse acontecem frequentemente também em outras áreas de atuação e com diferentes níveis desses profissionais, como é o caso da área da saúde, com a necessidade de tradução de conteúdos específicos ou, ainda, da área jurídica, que exige conhecimentos específicos das leis e termos técnicos. Quadros (2007)³⁶ destaca as competências mínimas que um profissional TILS deve ter para atuar em política, palestras ou conferências, na área midiática, artístico-cultural ou em espaços públicos:

³⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/interprete-para-surdos-no-funeral-de-mandela-era-farsante/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

³⁶ QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. 2º ed. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2007. pp. 73-75.

- Competência linguística;
- Competência para transferência;
- Competência metodológica;
- Competência na área;
- Competência bicultural; e
- Competência técnica.

Essas competências também são discutidas por Albres (2015) como saberes referentes ao campo de atuação do profissional, caracterizados como saber linguístico, saber discursivo, saber disciplinar e saber pedagógico.

Voltando para a questão legal, observa-se que a Lei 12.319/10, em seu Art. 4º, estabelece a formação do profissional TILS, como nível médio, em contraposição ao Decreto nº 5.626/05, que, nos Art. 17 e 18, estabelece a exigência de ensino superior, uma vez que o Art. 3º foi vetado da Lei. Essa situação acarreta desvalorização do profissional, pois a abertura de concursos públicos para instituições de ensino superior prevê o cargo para ensino médio, porém os profissionais atuam em sala de aula, ocasionando um desvio nas suas funções. O inciso II do Art. 6º da Lei 12.319 determina as atribuições do TILS:

[...] Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

Apesar das divergências apresentadas, o que se percebe é que há um movimento em ascensão à procura por esse profissional no mercado de trabalho, contribuído pela sua visibilidade como avanço para a comunidade surda brasileira, como bem escreveu Rigo a respeito:

Com a presença cada vez mais expressiva de surdos falantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos diferentes espaços de arte e cultura – não apenas consumindo, mas também produzindo, mediando, ensinando e protagonizando sua própria arte – o contexto artístico-cultural se consolida rapidamente como um campo proeminente de trabalho para TILS surdos e ouvintes (RIGO, 2020, p. 9).

Assim, como esclarece Bhabha (1998, p. 230), a “(...) tradução envolve seu conteúdo como um manto real de amplas dobras... ela significa uma linguagem mais exaltada do que a sua própria, e, portanto, continua inadequada para o seu conteúdo dominante e estrangeiro”.

Em outras palavras, compreende-se o quanto é complexa a atividade do TILS, representando um espaço de negociação entre línguas e culturas, cabendo a ele vivenciar situações reais e cotidianas que necessitam da ciência de sua postura, atuação e aprimoramento em suas escolhas semântico-pragmáticas, de acordo com as características da demanda. Outro ponto importante, apresentado por Russo e Perreira (2008, p. 19-20)³⁷, refere-se às habilidades do profissional no momento de sua interpretação para língua de sinais, que são:

- Posicionamento;
- Deslocamento;
- Memória de curto prazo (ou memória de trabalho);
- Expressão facial e corporal;
- Raciocínio rápido e agilidade mental;
- Improvisação;
- Trabalho em equipe;
- Atenção e concentração;
- Percepção visual e auditiva;
- Prosódia e expressividade oral;
- Motricidade fina e percepção cinestésica; e
- Ótimo conhecimento linguístico das línguas envolvidas.

Tendo em vista as habilidades presentes no processo formativo e aliadas à participação efetiva do profissional na comunidade surda, destaca-se que o desenvolvimento delas é constituído em longo prazo e demanda um esforço maior do profissional, além de outras técnicas específicas para suas atuações. Corroborando com essa ideia, Lacerda (2015) explica o que um profissional TILS precisa para que sua atuação seja satisfatória, pois:

[...] Para ser intérprete é necessário amplo domínio de pelo menos duas línguas: a língua de origem e a língua alvo – Libras e Português –, mas esse domínio não se refere apenas à fluência, refere-se fortemente a um conhecimento da polissemia da língua, da diversidade de sentidos e possibilidades, de temáticas e aspectos da cultura que perpassam cada uma das línguas, já que a tarefa de interpretar implica não apenas verter palavras/signos de uma língua para outra, mas verter sentidos/significados estruturados linguisticamente na língua alvo (LACERDA, 2015, p. 31).

³⁷ Ver em: RUSSO, Ângela; PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais: técnicas e dinâmicas para cursos**. São Paulo: Cultura Surda, 2008.

Não só pelo fato de a Libras ser uma língua visual-espacial, muitos profissionais necessitam de capacitações constantes, afinal as línguas estão em constante mudança. Na língua portuguesa, também existe essa necessidade, pois muitas expressões, palavras e termos são omitidos no processo tradutório quando o TILS, no momento do atendimento, não se prepara para tal e não leva em consideração aspectos culturais e linguísticos para a sinalização aos surdos. Existem inúmeros problemas envolvendo o processo de tradução/interpretação, assim como a formação do profissional e sua atuação no mercado. Entretanto, a categoria, em parceria com as associações pelo Brasil, tem discutido e lutado por melhorias das questões referentes aos profissionais.

Entre algumas reivindicações, destaca-se a presença também dos profissionais surdos atuando como tradutores, intérpretes ou consultores nos espaços artístico-culturais, nos diversos espaços sociais e na internet, visto que, além de ser um direito da acessibilidade comunicacional, essa ação promove participação e representatividade surda. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, é possível encontrar monitores surdos e/ou ouvintes fluentes em Libras em museus³⁸, com visitas guiadas, vídeos-guia e oficinas, oportunizando aos visitantes compreender e aprender mais sobre arte e cultura nesses espaços.

Figura 19 – Convite do Museu do Amanhã em Libras



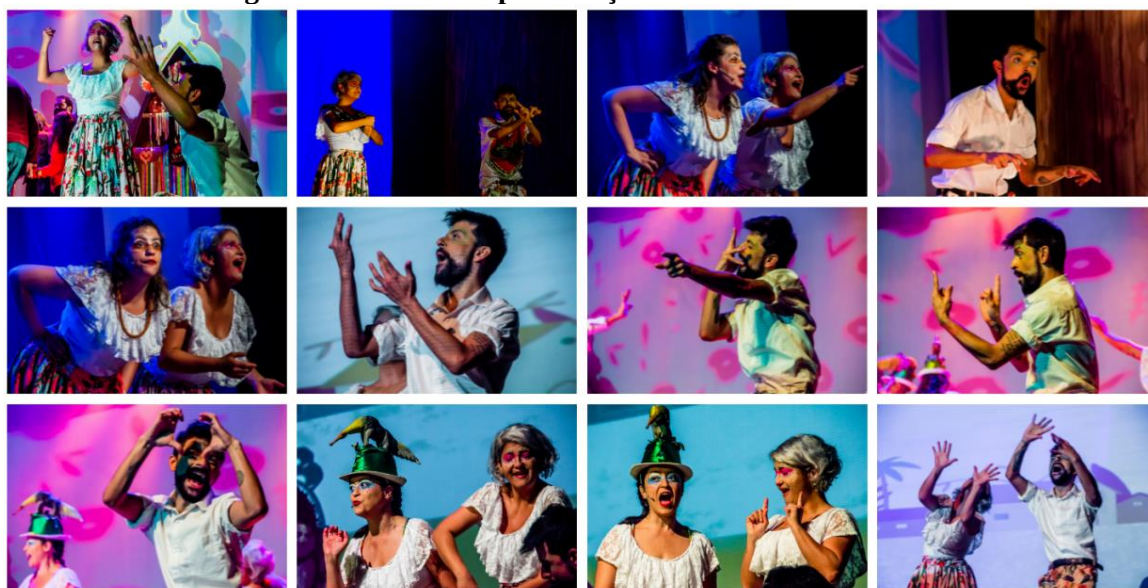
Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/r1cn18>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Na esfera artístico-cultural, esse movimento também se apresenta, com elementos estéticos e linguísticos da língua de sinais, permitindo um potencial à produção e à performance do tradutor. É importante ressaltar que essa esfera se compõe por meio de múltiplas linguagens, exigindo um esforço maior tanto ao tradutor quanto da equipe envolvida para o resultado visual esperado.

³⁸ Como exemplos, citam-se o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e, no Rio de Janeiro, o Museu do Amanhã.

O lugar do tradutor deve ser entendido como participante do elenco, dos ensaios, de toda a preparação física para a apresentação, permitindo sua interação e criação, além do espaço reservado no canto do palco e vestimenta preta ou, ainda, no caso de produções audiovisuais, na janela de Libras, como já apresentada nas Figuras 2, 5, 7 e 8. Destaca-se, nessa ação, também, o trabalho de produção bilíngue bicultural realizado pela produtora Fluindo Libras³⁹ no musical teatral *Cirandas Brasileiras*, conforme mostra a Figura 20, a seguir:

Figura 20 – Fotos da apresentação de *Cirandas Brasileiras*



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/td4J8G>. Acesso em: 22 ago. 2020.

A figura apresentada mostra as participações da tradutora Rafaela Hoebel, surda, e do tradutor Jonatas Medeiros, ouvinte, evidenciando que não existe somente a inserção da língua de sinais ou de um intérprete ouvinte para acessibilizá-lo, sendo eles partes integrantes do espetáculo, que exploram todas as nuances dele.

Apesar de se entender a seriedade de Leis, Decretos, Regulamentos e Normas que norteiam as ações do profissional TILS, ocorre, na prática, um movimento inverso. Russo e Pereira (2008) afirmam que o TILS não tem o conhecimento prévio do assunto para a tradução, dificultando a compreensão para sinalização clara, da mesma forma que os produtores procuram o profissional na tentativa de negociar valores, não respeitando o que é estabelecido pela FEBRAPILS⁴⁰. Há a falta de conhecimento por parte do contratante sobre os limites do profissional e as condições adequadas de trabalho (como espaço, iluminação, rodízio entre

³⁹ Disponível em: <https://www.fluindolibras.com.br/>. Acesso em: 17 maio 2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://febrapils.org.br/valoresdereferencia/>. Acesso em: 17 maio 2021.

outros profissionais e intervalos de descanso), mas esses detalhes são extremamente fundamentais para a performance do TILS em todas as esferas.

Considerando ainda importante essa discussão e articulando isso com a atividade do TILS, é possível encontrar, no rol de normativas voltadas para acessibilidade e prestação de serviços no contexto audiovisual por meio da janela de Libras, a NBR 15599 - Norma Brasileira de Acessibilidade: Comunicação na Prestação de Serviços, a qual define que:

7.1.1.2 O intérprete de LIBRAS deve estar posicionado em local de destaque que permita a ele movimentar-se com segurança, ser visto e ver o público, ouvir e ver o que está sendo apresentado.

7.1.1.3 A boa visualização dos sinais feitos pelo intérprete de LIBRAS é garantida através de:

- a) vestes contrastantes com o fundo e com a pele;
- b) posicionamento e iluminação que permitam que o intérprete seja visto pelo público (ABNT, 2008, p. 25).

Essa Norma apresenta questão pertinente ao atendimento relacionado ao TILS, como a segurança quanto ao seu posicionamento, iluminação, marcação no solo, vestimentas e posicionamento, altura e largura da janela para uma boa visualização, além de garantir questões éticas durante o atendimento e os requisitos para habilitação da contratação desse profissional. Tanto essa Norma como outras caminham em consonância com as legislações vigentes.

Assim, olhando para o amanhã dessa profissão, é possível perceber novas áreas sociais que podem surgir para sua atuação. Apesar de ainda não existir uma fiscalização efetiva no cumprimento das legislações vigentes, vê-se que os surdos buscam formas de exigir o seu acesso a determinadas situações e/ou locais. Observa-se também que os contextos aqui discutidos ainda são pouco explorados pelas pesquisas acadêmicas, impactando também na formação profissional dos TILS.

Infelizmente, percebe-se que existem muitos entraves na atuação profissional e no(s) seu(s) entre-lugar(es), que se ligam a interesses sociais e econômicos e afastam a cidadania e o acesso linguístico do público surdo. Espera-se que novas legislações contemplem e melhorem suas atividades, olhando para a prática e para a realidade profissional, onde quer que eles estejam.

2.4 Entre Medos e Descobertas: Bricolando os Caminhos da Pesquisa

Os caminhos não podem vir determinados por indicadores fixos: tem que ser descobertos ou inventados como resposta a pergunta em questão.
(Max Van Manen)

Para iniciar os caminhos percorridos desta pesquisa, apresenta-se seu objetivo geral, que se constitui em analisar as narrativas dos surdos sobre a atual situação da acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS, seguido dos seguintes objetivos específicos:

- Levantar material bibliográfico sobre estudos pós-coloniais, estudos surdos, legislações que envolvam acessibilidade artístico-cultural e produções em Libras;
- Analisar os dados coletados a partir das entrevistas;
- Verificar, a partir da perspectiva dos surdos, se eles consideram que existe acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS;
- Identificar as dificuldades em relação à acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS, na concepção dos surdos; e
- Descrever os anseios e as expectativas dos surdos, no que concerne à acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS.

Baseando-se em tais objetivos e seguindo-se a trilha para esta pesquisa, formulou-se a seguinte questão: as cidades apostam, cada vez mais, na cultura, de modo a conquistar e a reforçar sua identidade e atratividades e as formas de acessibilidade artístico-cultural atendem aos surdos em Campo Grande - MS?

Diante disso, é importante destacar que esse questionamento se articula com a história desta pesquisadora, já narrada no Prólogo desta dissertação, bem como com sua vivência compartilhada com os surdos, que colaboraram durante a produção desta pesquisa. De acordo com Bastos e Keller (2002, p. 55), “(...) a pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um assunto determinado com o objetivo de esclarecer aspectos do objeto em estudo”. Por isso, nesta pesquisa, foram adotados diversos procedimentos metodológicos, como pesquisas e leituras bibliográficas no campo estudado.

Tais vivências proporcionaram à pesquisadora “a escuta dos sinais⁴¹”, que partiu a compreender, sem a pretensão de fixá-los/excluí-los em sua diferença, mas de apresentar novas reflexões e olhares a partir de suas subjetividades, pois:

⁴¹ Referência ao terceiro capítulo desta dissertação.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e constatação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 1998, p. 20, grifo do autor).

Tal ideia de sociedade fez com que a pesquisadora se deslocasse para além da visão polarizada e essencial em que são produzidos os discursos hegemônicos, que, frequentemente, são utilizados como ‘verdade’ sobre os sujeitos, principalmente os surdos, já que suas percepções ocorrem predominantemente de modo visual. Assim:

De fato, “experiência” é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a “verdade” mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado. Contra a ideia de um “sujeito da experiência” já plenamente constituído a quem as “experiências acontecem”, a experiência é o lugar da formação do sujeito (BRAH, 206, p. 360, grifos da autora).

Além disso, percebeu-se a necessidade de trabalhar com perspectivas metodológicas que se diferenciam ou até mesmo que se aproximam, para novos olhares ou saberes, que, no campo dos Estudos Culturais, são entendidas como bricolagem. Conforme Paraíso (2012), o termo pode ser compreendido por:

Fazer as articulações de saberes e as bricolagens metodológicas é fundamental nas pesquisas pós-críticas que realizamos. Procedemos em nossas metodologias de modo a cavar/produzir/fabricar a articulação de saberes e a bricolagem de metodologias porque não temos uma única teoria a subsidiar nossos trabalhos e porque não temos um método a adotar. Usamos tudo aquilo que nos serve, que serve aos nossos estudos, que serve para nos informarmos sobre nosso objeto, para encontrarmos um caminho e as condições para que algo de novo seja produzido. A bricolagem é um momento de total desterritorialização, que exige a invenção de outros e novos territórios (PARAÍSO, 2012, p. 33).

Assim, como em outras pesquisas baseadas no empirismo, imaginou-se esta pesquisa de uma forma e, com o passar do tempo, perceberam-se suas mudanças, possibilitando novos caminhos. Por isso, “(...) empregar abordagens de pesquisa e construtos teóricos múltiplos, é o caminho em direção a uma nova forma de rigor em pesquisa” (KINCHELOE; BERRY, 2007, p. 10).

Em primeiro momento, bastava observar e entrevistar os participantes que aceitariam ser entrevistados, mas se compreendeu que a pesquisa demanda vivenciar e experienciar além daquilo que a pesquisadora já tinha como verdades construídas ao longo da vivência com surdos e suas singularidades. Nessa perspectiva, “(...) conhecer, pesquisar e escrever nessa ótica significa resistir à pretensão de operar com ‘a verdade’. Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento” (LOURO, 2007, p. 241, grifos da autora).

Do mesmo modo que a aproximação metodológica não se desvincula do campo teórico, também a pesquisadora não poderia fixar ou rotular seus entrevistados na tentativa de designar suas identidades ou algo do tipo, como no caso da Figura 1, apresentada no primeiro capítulo. Louro (2007) esclarece que:

Os rótulos incomodam. Eles fixam e aprisionam – ainda que provisoriamente. Por isso os rejeitamos. Contudo, nossos projetos de pesquisa, nossas análises e artigos frequentemente afirmam, em seus parágrafos iniciais, terem sido produzidos «na perspectiva pós-estruturalista». Imprimimos o rótulo e instalamos uma expectativa; de um modo ou de outro, fazemos uma espécie de ‘promessa’ (LOURO, 2007, p. 235, sic, grifos da autora).

Assim, a pesquisadora via como se tivesse uma fórmula para desenvolver todas as etapas da pesquisa, com suas afirmações e pensamentos engessados, sobretudo ao:

[...] admitir o borramento entre as fronteiras disciplinares, por rejeitar narrativas totalizantes e finalistas, essa perspectiva exige que se historicize os conceitos e as teorias, que se leve em conta como esses são tomados por distintas vertentes em distintos contextos, que se busque com radicalidade os pontos nodais em que se assentam argumentos, que se problematize o inquestionável e o naturalizado. (LOURO, 2007, p. 239).

Hoje se percebe que ainda é uma tarefa incompleta e pode ser que não se encaixe naquilo que a sociedade está acostumada a ver, ouvir e falar sobre os sujeitos surdos, mas é o passo inicial para incomodar e causar instabilidade. Foi possível, assim, utilizar a criatividade de “tecer essa colcha de retalhos” da pesquisa a partir de/e além do que foi proposto e desenvolvido.

A seguir, apresentam-se a utilização do método etnográfico e os procedimentos adotados.

2.5 O Cotejar do Método Etnográfico com Experiências Surdas

Praticar etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa”.

(Clifford Geertz)

A pesquisa nesta dissertação tem como base a etnografia. Desse modo, para compor os procedimentos, foi necessário realizar levantamento de bibliografias, incluindo artigos, livros, dissertações e teses, bem como entrevistas, observações e recursos visuais utilizados. Kincheloe e Berry (2007, p. 41) afirmam que “(...) a produção do conhecimento é um processo muito mais complexo do que se pensava: há mais obstáculos ao ato de entender o mundo do que os pesquisadores haviam previsto”. Por isso, optou-se por escolher esse método para análise por se entender que:

Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, (...). A etnografia estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis das percepções e comportamento manifestos em sua rotina diária dos sujeitos estudados. Estuda ainda os fatos e eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos (MATTOS, 2011, p. 51).

Ainda em concordância com Mattos (2011), tal método auxiliou a não se seguirem padrões rígidos ou pré-determinados, sendo que o curso do trabalho se construiu à medida que a pesquisadora adentrava e encontrava novas coletas no campo pesquisado. Organizar, montar o quebra-cabeça de significados, descrever os dados, transcrever entrevistas, além do processo de interpretação e ética da pesquisa, entre outros, compuseram os dados. Então, percebeu-se que a “(...) etnografia é a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo” (MATTOS, 2011, p. 54).

Dessa forma, considerando e respeitando o processo ético que envolve as pesquisas científicas e seus padrões, esta pesquisa seguiu todos os procedimentos recomendados pela

Resolução nº 510⁴², de 07 de abril de 2016, considerando o seu artigo Art. 1º, bem como o disposto no Parágrafo Único.

Os procedimentos se iniciaram no mês de setembro de 2019, na cidade de Campo Grande – MS, onde foram realizadas as entrevistas com surdos da comunidade com a qual a pesquisadora teria contato. Porém, para melhor delimitação do campo da pesquisa e no contato com Associação Pantanal dos Surdos de Campo Grande – MS (APSCG – MS), iniciaram-se os primeiros passos e procedimentos.

Por se tratar de uma associação que tem por objetivo o lazer e o esporte dos surdos em Campo Grande – MS, observou-se que foram realizadas ações de cunho artístico-cultural envolvendo surdos e ouvintes, por parte da APSCG – MS, justificando a sua escolha, uma vez que as demais associações não promovem atividades dessa natureza ou não promoveram atividades, até o momento. Então, o presidente Renato Borges, da APSCG – MS, aceitou agendar uma primeira conversa com a pesquisadora.

Na oportunidade, pôde-se explicar sobre os objetivos da pesquisa e sua relevância para os surdos da cidade de Campo Grande – MS. Borges aceitou que a pesquisa fosse realizada no local e também assinou a documentação necessária para a autorização. Após isso, foi pedido para que ele explicasse⁴³ sobre a criação da associação e como ela está nos dias atuais, ao que foi relatado que:

A associação iniciou os trabalhos em 01 de maio de 2009, com o nome de Esporte Clube Pantanal dos Surdos (ECPS), anos depois em assembleia geral foi atualizado o nome para APSCG – MS. Na sua fundação, fui eleito como presidente e exerço o mandato até hoje. O primeiro intuito era desenvolver atividades de futsal para os surdos, também vislumbrando a participação em campeonatos e eventos esportivos pelo Brasil. Mas, para isso acontecer, em maio de 2008, iniciamos os treinos e escolha de jogadores para a oficialização do time e da diretoria e, só então, a oficialização da abertura do ECPS. Então, registramos o estatuto no ano de 2011, e em 2012, ocorreu a filiação à Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Conseguimos a adesão de cinquenta novos sócios surdos. Nossa diretoria é composta por pessoas voluntárias, assim como todos os participantes que nos ajudam em várias situações. Hoje nossa diretoria tem se dedicado a realizar cursos, eventos e ações que contemplem os surdos e ouvintes, desenvolvendo a socialização, inclusão e o aprendizado de todos (RENATO, presidente da APSCG – MS).

Após esse relato, foi solicitado o contato dos associados surdos ou que participam de ações promovidas pela associação, o que foi providenciado gentilmente. Assim, foram

⁴² Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

⁴³ Conversa gravada, anotada e, em seguida, traduzida de Libras para língua portuguesa.

realizados contatos um a um, com oito participantes, tanto por mensagens via aplicativo *WhatsApp*, quanto por chamadas de vídeo, instruindo-os sobre a não obrigatoriedade de participação e sobre a liberdade de retirar seu consentimento, não gerando qualquer prejuízo a eles.

Sem impedimentos para a realização desta pesquisa, teve-se a confirmação de todos os participantes. O agendamento se deu no final do mês de março de 2020, em dias, horários e locais diferentes, conforme a disponibilidade dos participantes e em espaços reservados como combinado.

A seguir apresentam-se um resumo dos participantes e os instrumentos de coleta e produção de dados.

2.6 Quem São os Participantes e os Instrumentos de Produção de Dados

Eles nos fazem reunir, nos abrigam a falar e nos induzem a escutar somente sobre as coisas que acontecem. Quanto mais alheio é tudo, mais se acredita em tudo. Como se o corpo não estivesse ali, nem em nenhuma outra parte. Como se a palavra fosse questão de inoperantes clichês. Como se a habilidade do dizer tivesse vida própria.

(Carlos Skliar)

Os participantes desta pesquisa foram convidados por intermédio da APSCG – MS. No total, oito pessoas aceitaram participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização de uso de imagem e depoimento, conforme modelos no Anexo 2, providenciados em duas vias (uma para o participante e uma para a pesquisadora). Esse processo foi primordial para a pesquisa, pois buscou-se o objetivo de alcançar suas experiências a partir das diferentes narrativas para o processo de análise. Os oito participantes utilizam a Libras como meio de comunicação e são participantes e atuantes dos movimentos surdos, eventos, festivais, entre outros. Eles também são residentes na cidade de Campo Grande – MS, sendo três do sexo masculino e cinco do sexo feminino, com idades entre 21 e 36 anos.

Evitou-se expor quaisquer informações sobre características dos participantes, antes, durante e após as entrevistas, levando em consideração questões éticas e como garantia de proteção de suas identidades. As devidas identificações dos participantes se dão por meio de nome de artistas surdos, conhecidos pela comunidade surda brasileira, sendo: Cristiane, Maurício, Renata, Catharine, Gabriela, Fábio, Nayara e Leonardo.

A primeira participante é Cristiane, que tem 32 anos. É natural da cidade de Dourados – MS, foi oralizada quando criança e aprendeu Libras na cidade de Bauru – SP. Ela conta que estudou na APAE até os 8 anos de idade e sempre ia para atendimentos clínicos e fonoaudiólogos junto com sua mãe, até os 14 anos, quando começou a ter o acompanhamento de intérprete de Libras em escola comum, que sua mãe lutou muito para conseguir. Na sua família, a irmã e o irmão também são surdos. Ela se formou em Letras/Português e tem pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva, trabalha como professora de Libras, é casada com um surdo e tem uma filha ouvinte. Ela explica que gosta de participar dos movimentos acessíveis na cidade, mas desde que sejam divulgados e que tenham adesão de outros participantes surdos, pois, assim, também pode trocar sua experiência com eles.

Maurício tem 35 anos, nasceu em Aquidauana - MS e mudou-se para Campo Grande, com a família, já adulto. Conta que sempre morou em cidades do interior e, por conta disso, foi oralizado e utilizou aparelho auditivo até os 22 anos de idade. Aprendeu Libras e a adotou como meio de comunicação. Formou-se em Letras/Libras e tem pós-graduação em Libras, trabalha como professor de Libras e explica que gosta de ir a eventos, cinema, museus, mas percebe que não existe o fomento da acessibilidade ou espaços acessíveis em Libras.

Renata tem 21 anos, nasceu em Campo Grande - MS, aprendeu Libras desde os 2 anos de idade, quando começou a estudar no CEADA, onde também conviveu com vários surdos. Lá, também, estudou na oficina de língua portuguesa, pois sempre gostou de estudar e, por medo de tirar notas baixas, recorria ao pai para lhe ajudar. É estudante de Educação Física e Letras/Libras. Ela explica que gosta muito de participar e assistir a eventos culturais e, sempre que tem algum evento, ela ajuda a divulgar para seus amigos.

Catharine tem 34 anos, nasceu em Campo Grande - MS, sua família é da etnia Terena, sempre estudou em escola comum/inclusiva e aprendeu Libras aos 15 anos, quando sua família a levava ao CEADA para estudar na sala de recurso. É casada com um surdo e tem um filho ouvinte. Formou-se em Letras/Libras, fez pós-graduação em Libras, é professora e empreendedora na área de cursos. Ela conta que adora dançar, contar histórias, participar, organizar e divulgar eventos da área artístico-cultural.

Gabriela tem 33 anos, nasceu em Aquidauana - MS, onde estudou até os 14 anos. Sua mãe a levou à APAE para os atendimentos necessários, porém a orientaram ir a Campo Grande - MS para estudar e aprender Libras. Formou-se em Letras/Português e Letras/Libras, também possui duas pós-graduações, sendo uma em Educação Especial e Inclusiva e outra em docência em Libras. Gosta de participar de eventos, shows e teatro, acessível ou não.

Fábio tem 36 anos, nasceu em Campo Grande - MS, estudou no CEADA até o 2º ano e, por escolha da família, foi estudar na escola municipal Arlindo Lima, mas continuou no CEADA, na sala de recursos, até a 7ª série. Depois começou a ter intérprete, com quem aprendeu Libras e completou o ensino médio. Ele conta que participava de associações, movimentos surdos e eventos. É casado e tem um filho. Formou-se em Pedagogia e Letras/Libras e tem pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. Ele explica que participa pouco de eventos da área artístico-cultural, mas incentiva outros surdos a participarem, principalmente os acessíveis.

Nayara tem 29 anos, nasceu em Caarapó - MS, mudou-se para Campo Grande junto com a família para os devidos acompanhamentos médicos. Ela utilizou aparelhos auditivos até os 10 anos de idade. Na escola municipal Bernardo Franco Baís, começou a ser acompanhada com intérprete a partir da 3ª série e também no contraturno. Estudava na sala de recursos do CEADA, onde aprendeu Libras e teve contato com surdos. Está cursando Ciências Biológicas e sonha em ser professora. Adora curtir, sair e se divertir com amigos, principalmente no projeto “Rock em Libras”, que tem intérprete.

Leonardo, 35 anos, nasceu em Corumbá - MS, estudou em escola comum e, até os 15 anos, fez sessões de fonoaudiologia. Aprendeu Libras após os 18 anos, ao se mudar para Campo Grande, onde começou a trabalhar como instrutor de Libras. Casou-se e tem uma filha. Formou-se em Letras/Libras e possui pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. Participa de poucos eventos na área artístico-cultural, mas, sempre que pode, faz o possível para a filha também participar e se socializar.

Cada participante foi informado sobre gravação para a coleta de dados, bem como a liberdade de responderem da maneira como achassem pertinentes. Todas as questões foram respondidas em Libras e o tempo médio das gravações de cada participante foi de, aproximadamente, quarenta minutos.

O instrumento para produção de dados utilizado nesta pesquisa foi composto por entrevistas semiestruturadas, partindo de um roteiro elaborado com seis questões abertas, conforme o Apêndice 1. Caso fosse necessário, durante a entrevista, seriam incluídas outras perguntas, possibilitando que fossem mencionados tópicos referentes ao tema da pesquisa, tornando o diálogo mais flexível. Como esclarece Andrade (2012) sobre as entrevistas:

[...] é possível pensar nas entrevistas de uma forma ressignificada, tomando toda a situação de troca – entrevistadora/entrevistado/a – como objeto de análise, abandonando os pressupostos iluministas de verdade, objetividade e atemporalidade (...). As histórias que me foram narradas por meio das

entrevistas não são dados prontos ou acabados, mas documentos produzidos na cultura por meio da linguagem, no encontro entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa; documentos que adquirem diferentes significados ao serem analisados no contexto de determinado referencial teórico, época e circunstância social e cultural (ANDRADE, 2012, p. 177-178).

As entrevistas de cada participante foram coletadas de forma sinalizada e traduzidas da Libras para a língua portuguesa pela pesquisadora, considerando a Libras como língua de comunicação dos participantes, “(...) levando em consideração que todos os discursos, incluindo aqueles que são objeto de nossa análise e o próprio discurso que construímos como resultado de nossas investigações, são parte de uma luta para construir as próprias versões de verdade” (PARAÍSO, 2012, p. 27).

Considera-se a existência de acessibilidade em produções culturais dos surdos e da sociedade de maneiras diversas na área artístico-cultural, como o teatro, o cinema, a dança, a música, etc., uma vez que, a cada dia, surgem novas produções culturais, novas organizações e movimentos se consolidam, novas obras são produzidas e significados são difundidos, porém nem todas apresentam sua devida tradução para a Libras.

Assim, o enfoque se deu a partir das experiências dos sujeitos em relação à acessibilidade artístico-cultural. Antecedendo as questões, foram coletas informações pessoais no início das gravações, conforme apresentadas no APÊNDICE 1. Após a realização das gravações de todas as entrevistas, a pesquisadora utilizou um notebook e um arquivo digital (HD externo) para salvar todo o material em pastas, nas quais cada participante teve sua gravação salva com seu nome, facilitando seu armazenamento e manuseio.

Por fim, a transcrição do material coletado se deu a partir de um programa de vídeos e o programa *Word* do próprio computador. É preciso salientar que, como as entrevistas foram gravadas em Libras e sua transcrição foi realizada para a língua portuguesa, esses dados contaram com a tradução cultural para que as narrativas ficassem evidentes ao leitor, preservando-se a estrutura da língua de sinais, levando em consideração pequenas correções gramaticais durante o processo, assim como o exemplo da Figura 21, a seguir.

Figura 21 – Exemplo de tradução cultural Libras/ Língua Portuguesa



Português: Amanhã eu vou na sua casa conversar, porque você está sumido amigo.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Assim, as informações foram tratadas com base na fundamentação teórica que se relaciona com as teorias propostas no campo dos Estudos Culturais e as análises e discussões se encontram a seguir, no terceiro capítulo desta pesquisa.

CAPÍTULO III

3 A ESCUTA DOS SINAIS: O QUE DIZEM AS PERCEPÇÕES SURDAS SOBRE (IN)ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL

Este capítulo dedica-se à discussão dos dados coletados a partir das entrevistas de oito participantes surdos sinalizantes e residentes na cidade de Campo Grande - MS, conforme explicado no capítulo anterior.

Nesse caminho metodológico, a pesquisadora “abriu mão” de suas “verdades” e se deslocou a escutar e entender a singularidade de cada sujeito, de modo que:

O acontecimento é comum, mas a experiência para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em que encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) (LARROSA, 2021, p. 32).

A análise dos dados levou em consideração: 1. Percepções dos surdos sobre acessibilidade artístico-cultural; 2. Dificuldades no acesso à cultura, 3. Os anseios e as expectativas dos surdos sobre a acessibilidade artístico-cultural; e 4. Olhar de perto e de dentro: notas sobre a escuta dos sinais.

3.1 Percepções Surdas sobre (In)Acessibilidade Artístico-Cultural

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece.

(Jorge Larossa)

Com base nas narrativas coletadas dos participantes entrevistados nesta pesquisa, observa-se que entre eles existem diferenças em suas respostas e percepções sobre acessibilidade artístico-cultural. Os participantes Renata, Fábio e Leonardo demonstraram não conhecerem espaços acessíveis para surdos e indicam a escassez dessas possibilidades de arte e cultura.

Quanto aos participantes Cristiane, Maurício, Catharine, Gabriela e Nayara, foi possível observar que, quando questionados sobre a existência de projetos/espços relacionados à área artístico-cultural (se eles tinham o conhecimento ou se já participaram), observaram-se as respostas:

Cristiane: *Eu conheço o SESC, sei que tem acessibilidade com intérprete de Libras, (...) Teatros e cinemas têm, mas em cinemas não tem intérprete, só tem legenda, então conseguimos assistir. Até aconteceu a divulgação de um filme com janela de Libras, da Turma da Mônica, mas eu não cheguei a assistir. Mas de fato, não temos lugares fixos com acessibilidade, o que acontece é que eles sempre escolhem e combinam com o intérprete os dias que serão acessíveis (...).*

Maurício: *Eu já participei de espaços culturais aqui na cidade, como cinema, sinto que quando tem legenda fica fácil entender o filme. Já vi surdos amigos meus contando sobre a experiência de usar o celular com a janela de libras no cinema, ele ia olhando a sinalização do intérprete e acompanhando a tela do cinema. Já participei de peças teatrais com interprete também ou teatro com surdos que sinalizavam, foi bem legal. (...) Ainda, tem o museu Dom Bosco que tem intérprete, outros museus eu não sei, nunca vi.*

Catharine: *Eu já vi, mas não participei. Vi um projeto que tem TILS em Bar com apresentações de rock em Libras, achei bem legal a iniciativa, (...) “bar com TILS”, antes não tinha, sem esses recursos os surdos ficavam mais em casa. Acredito que com essa iniciativa os surdos têm aproveitado para sair e poder curtir também. Vi que algumas apresentações ocorrem em dias fixos, e isso auxilia para que cresçam as participações dos surdos a esses locais(...).*

Gabriela: *Sim, quando eu era mais nova tinha o hábito de participar de vários eventos culturais. (...) eu já fui a bares, shows e algumas casas noturnas que tinham ou não intérpretes, mas são coisas da cultura ouvinte, mas mesmo sem intérprete eu participo de apresentações e de diferentes formas culturais da sociedade, porque eu fico imaginando como seria sentir tudo isso se fosse em língua de sinais.*

Nayara: *Sim, em teatro(presencial) não tem acessibilidade, eu nunca vi teatro com TILS que participasse junto, eu nunca vi! Até hoje eu não gosto de teatro por isso. Eu gosto de assistir filmes e novelas porque por meio da legenda eu posso descobrir novas palavras e aprender o português, para as pessoas que ouvem é fácil, o surdo é visual e precisa desse recurso, sinto que meus olhos trabalham muitos e falta acessibilidade ainda. Aqui na cidade eu me lembro do projeto Rock em Libras, a primeira vez que eu vi achei diferente, a TILS não fica daquele jeito certinho, igual na janela da TV. A TILS tem movimento, parece que ela está livre e bem a vontade durante as músicas. Eu percebo que não tem regras, ela é livre para sinalizar e criar. Esse projeto é maravilhoso e extremamente importante, e pode mostrar para a sociedade como tem de que ser acessibilidade, e até servir de modelo. Eu já falei para TILS que não é para parar, os surdos precisam conhecer e participar. O governo não incentiva esse projeto porque pensa que está gastando e não tem retorno, isso é falta de respeito, é claro que nada é barato, a TILS também precisa receber pelo seu trabalho, assim como os artistas. Eu sei que esse projeto pode*

melhorar muito, as pessoas surdas podem curtir, assim como eu, me sinto feliz quando vou assistir eles, eu bebo, converso, canto, eu sou jovem, eu mereço!

Diante das narrativas, foi possível observar que Cristiane explica sobre a dificuldade dos surdos em participarem, uma vez que podem até contar com o profissional TILS, mas isso não é pensado como um hábito constante, porque, muitas vezes, a própria divulgação do evento não chega ao público-alvo, que são os surdos, sendo difícil até mesmo partilharem desses eventos com pessoas ouvintes. Assim, os surdos buscam seu “(...) direito de se expressar a partir da periferia do poder (...) ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contrariedade que presidem sobre as vidas dos que estão ‘na minoria’” (BHABHA, 1998, p. 21, grifos do autor).

Apesar de sua experiência com os espaços da área artístico-cultural, é observada, na narrativa de Maurício, a falta de acessibilidade nos museus, que são espaços educativos. Ele e Nayara ressaltam, ainda, a importância das legendas nos filmes, sobretudo nos nacionais, para que os surdos possam utilizar desse recurso, impressão percebida em narrativas de outros participantes também.

Abaixo, a Figura 21 apresenta uma campanha que a comunidade surda criou que se denomina “*Legenda para quem não ouve, mas se emociona*”, demonstrando que, apesar das normas legais, já apresentadas nesta pesquisa, os surdos não têm total acesso e livre escolha de filmes, mesmo os legendados, pois estão restritos a determinados horários.

Figura 22 – Campanha para conscientização de legendas em filmes nacionais



Fonte: Disponível em: <https://www.legendanacional.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2020.

Nas narrativas de Chatarine e Nayara sobre acessibilidade voltada à área artístico-cultural, destaca-se a iniciativa do projeto “**Rock em Libras**”, promovido pela banda Brandes Band em parceria com a profissional TILS Karem Martins⁴⁴. Os participantes afirmam ser legal

⁴⁴ Agradece-se imensamente à TILS Karem Martins pelas contribuições para esta pesquisa, gentilmente concedendo relatos, fotografias e fazendo divulgação de eventos com a pesquisadora, entre outras ações.

a iniciativa, pois os surdos conseguem ter opção de lazer em sua própria língua, o que dificilmente ocorre.

Percebe-se, também na narrativa de Chatarine, a presença de uma fronteira, explicada por Bhabha (1998), como um lugar onde os homens procuram alcançar outras margens, que se façam presentes no cotidiano dos sujeitos pertencentes a um grupo minoritário. Ao mesmo tempo, essa narrativa apresenta sua memória afetiva, histórica e social ao explicitar sobre “*antes não tinha, sem esses recursos os surdos ficavam mais em casa*”.

Já Nayara relata a importância de o TILS da área artístico-cultural apresentar novos modos de vivências da Libras durante sua atuação, destacando que não é necessário seguir as mesmas regras que ocorrem no contexto audiovisual e nas normativas que sugerem quanto ao tipo de roupa, iluminação, estratégias tradutórias/interpretativas, etc.

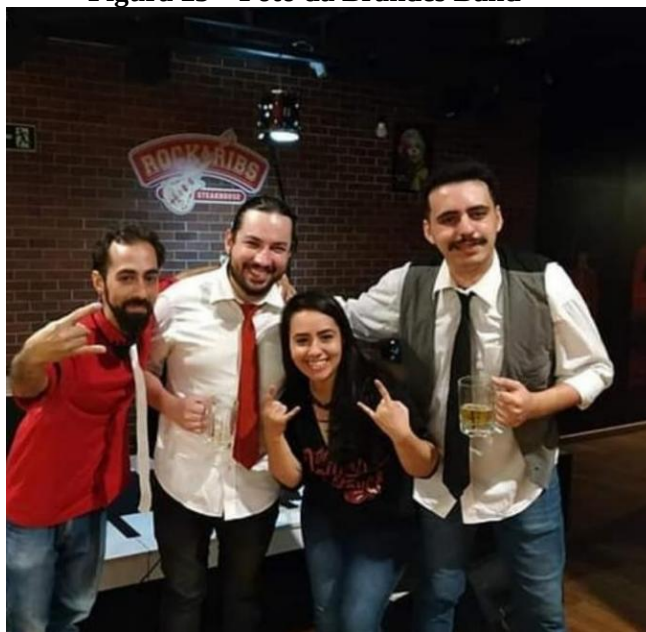
Observa-se ainda que, ao fugir dos padrões – modelo robô –, além de aproximar os surdos e buscar o aprimoramento de sua performance durante as apresentações com a banda, a TILS valida o processo de traduzir e interpretar, considerando não apenas a questão linguística, mas, sobretudo, as questões culturais e situacionais, respeitando-as antes, durante e depois de sua performance.

Desse modo, o TILS assume um lugar ideológico, que é percebido e celebrado pelos espectadores surdos, sendo “a entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação” (BAKHTIN, 2006, p. 10).

Em busca de conhecer e apresentar mais sobre o projeto Rock em Libras, foi encontrada a matéria produzida pelo jornal eletrônico Campo Grande News⁴⁵. O vocalista da banda, João Brandes, afirma que “o projeto visa proporcionar acessibilidade às pessoas surdas ou com algum grau de deficiência auditiva. Consiste em fomentar a música regional e fazer a inclusão social para que todos tenham acesso à música”.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/com-amor-pela-musica-banda-faz-surdos-ouvirem-rock-com-ajuda-de-interprete>. Acesso em: 12 out. 2020.

Figura 23 – Foto da Brandes Band



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/ZO66vZ>. Acesso em: 12 out. 2020.

Por meio de um aplicativo de mensagens, entrei em contato com a TILS Karem para saber mais sobre sua participação no projeto, onde explica que:

*Fui convidada pelo João e a Carol (esposa dele) para participar da banda, porque eles me conheciam da empresa onde trabalhávamos juntos, e eles viam que eu interpretava músicas em eventos dessa empresa. Então o convite veio para participar com a banda de um projeto em que concorriam a fomento da fundação de Cultura na cidade, no caso como diferencial, a banda colocaria a interpretação em Libras. (...) Assim, surgiu a Brandes Band, infelizmente não ganhamos o concurso, mas acabei integrando a banda de forma voluntária com participações especiais (...) Em uma das apresentações com o público ouvinte, tivemos uma adesão e aprovação muito boa. Então, comecei a participar como integrante da banda, recebendo cachê como eles, estudando, passando repertório, pedindo auxílio dos próprios surdos em relação as letras, pedia um feedback deles, tentando ser o mais fiel possível as letras para que os surdos pudessem entender. Essa troca era muito importante, porque eles se sentiam participantes da banda também. Tentamos novamente participar de mais um edital para cultura, porém tivemos uma resposta negativa, com a justificativa de **irrelevância cultural** (...). A princípio pensamos em divulgar as apresentações com Libras por meio de vídeos nas redes sociais, alguns surdos gostaram, outros não, mas recebi as críticas deles de forma construtiva, a banda aceitou também (...). Conseguimos mobilizar não só os surdos, mas também, os donos de estabelecimentos como bares e restaurantes para a importância da acessibilidade em Libras. No início a adesão foi baixa, depois começaram a aparecer (...) a maior apresentação que já fizemos foi para um público com nove surdos, juntamente com suas famílias (...) eles interagiam, cantavam juntos, pediam músicas, até me arrepio em falar e lembrar, porque não era somente um complemento, para surdos ou ouvintes, não! Era um momento de prazer para eles, era surreal, infelizmente não era algo normal à visão dos ouvintes (...).*

Observa-se, na narrativa, a ênfase de que a produção cultural é independente e, mesmo com o esforço dos integrantes em tornar acessível aos surdos suas apresentações e transformar em ações efetivas, essa ação não obteve apoio oficial, sendo justificada com os termos de **irrelevância cultural**. Nota-se que a Fundação de Cultura local, órgão vinculado ao governo estadual, e os seus editais não consideraram a importância dessa produção, inacessibilizando ações como essa, como foi explicado por Nayara, o que acontece em outras localidades do país. Observe a figura a seguir:

Figura 24 – Banner de divulgação Arte em Sinais



Fonte: divulgação pelo Instagram @fluindolibras

A figura 23 é um exemplo de produção cultural que merece destaque. O mesmo acontecerá em Curitiba – Paraná, sendo esse projeto realizado com elaboração, participação e execução de produtores e artistas surdos. Será realizado de maneira on-line, permitindo a participação de pessoas do Brasil todo, além de apresentar diversas ações que contemplam a participação de artistas surdos e ouvintes para tradução/interpretação. Sua aprovação se deu com base no edital nº 16/2021 de ações culturais afirmativas, com apoio e incentivo da Fundação Cultural de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Outro caso de inacessibilidade que ganhou repercussão nacional ocorreu em Imperatriz, no Maranhão, durante um show⁴⁶ de Zezé de Camargo e Luciano, ocasião em que o cantor Luciano mandou a intérprete de Libras descer do palco, enquanto traduzia as músicas da dupla. Dessa forma, Perlin e Reis (2012) asseveram que:

⁴⁶ Disponível em: <https://bityli.com/AJwJbF>. Acesso em: 27 mai. 2021.

O controle não é mais por governabilidade rígida como na modernidade de que se tornou um espaço de multiplicidade irreconhecível como na pós-modernidade. E a sociedade atual controla e regula e não permite abertamente que nos organizemos como cultura específica com achados culturais (PERLIN; REIS, 2012, p. 35-36).

Observa-se que essas ações caminham em discordância com o que está previsto nas legislações e compreendem diversas subjetividades para resistir às situações. Vieira-Machado e Mattos (2019) alertam que:

Desde que dois surdos se encontraram, a comunicação gestual, a mímica, hoje reconhecida como língua de sinais, já estava lá, como potência. Cabe a nós, nesse momento, em pleno século XXI, nos livrarmos das verdades oraculares e tratar de construir diferentes alternativas juntos aos surdos e para eles. (...) todos devem poder buscar o conhecimento para que possam exercer seu direito à liberdade e à responsabilidade por si próprio. E sobre nós, educadores e acadêmicos: temos compartilhado nossos saberes, inquietações, pesquisas, dúvidas, para que juntos possamos construir um mundo melhor, em que a diferença seja o que nos alimenta e nos transforma em sujeitos livres, conscientes de si e do outro, na busca pelo direito de ser diferente e, como tal, transitamos entre todos, quero dizer: entre todas as diferenças (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 75).

É possível perceber que, mesmo com esforços, esses espaços de produções culturais ainda se configuram como inacessíveis para a participação dos surdos, situação que se confirma com a narrativa de Gabriela, ao destacar um binarismo que divide a cultura ouvinte e a cultura surda.

Isso demonstra, ainda, que as relações de poder e suas resistências são marcadas em seus movimentos e negociações, pois “os surdos, em tensão no grupo e consigo mesmos, são produtos de frutíferas relações de poder, sempre articuladas com as resistências dos próprios sujeitos” (LOPES, 2011, p. 10). Já os locais sociais que acolhem esses sujeitos configuram-se por admitirem a diferença, a sua cultura e o seu *éthos*.

Ao questionamento da pesquisadora aos participantes sobre eles acreditarem que os movimentos artístico-culturais em Campo Grande - MS são acessíveis para a população surda, foi percebido que suas experiências são entendidas como “um sujeito que perde seus poderes precisamente porque aquilo de que faz experiência dele se apodera. (...) Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação” (LARROSA, 2021, p. 28).

Diante disso, todas as respostas foram unânimes, mais uma vez, em afirmar que não existem ou são escassos os movimentos para o público surdo. Além disso, ainda denunciam que:

Cristiane: *Os movimentos relacionados à cultura aqui na cidade são muito poucos. Os surdos não participam, se comparar aos movimentos para as pessoas ouvintes tem muitos, e a divulgação também é muito pouca e quando tem, não atende os surdos.*

Maurício: *Não, ainda é muito pouco os locais com intérpretes. Sei que outros estados têm muitos movimentos com acessibilidade em Libras, em Campo Grande não temos, há essa carência de acessibilidade.*

Renata: *Não. Eu acredito que falta um interesse político em atender as necessidades dos surdos, e que os surdos também criem seus próprios movimentos para fomentar a cultura para a comunidade surda, mas isso tem que ser contínuo (...).*

Gabriela: *(...) Atualmente, não, só o que tenho visto é dificuldades e impedimentos, sinto que antes os governantes tinham mais respeito com os surdos, com essa questão linguística, havia uma aceitação maior (...).*

Leonardo: *Não. Vejo os surdos criando seus próprios movimentos, até mais do que os ouvintes. Buscar a criação de leis e acessibilidade é importante, sem dúvidas, continuamos lutando por espaços mais acessíveis como bancos, escolas, entre outros.*

Diante das narrativas é possível perceber que o problema na falta de acessibilidade está intimamente ligado ao querer/fazer do interesse político, uma vez que, em Campo Grande, inúmeras são as produções culturais inacessíveis ao público surdo.

Quando Cristiane e Leonardo narram sobre movimentos ouvintes e surdos, percebe-se a produção de discursos subjetivos, que cria polos opostos de uma construção binária de sujeitos, entendendo-se que “o binarismo ouvinte/surdo provocado da ideia de sufocamento, subordinação, inferioridade, colonização, dos ouvintes, sobre os surdos, sustenta, assim, uma série de discursos (...)” (LUNARDI-LAZZARIN, 2015, p. 160-161).

Corroborando essa autora, Woodward (2009, p. 27) argumenta que “o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica”. Apesar das tecnologias e os movimentos da vida moderna, com diversos aparatos eletrônicos que auxiliam as pessoas no ir e vir, ainda se mostra frágil o seu emprego para o caso de divulgação de produções para os surdos.

A posição deles permanece marcada, mas não estagnada, em constante movimento que contemplam suas necessidades para além da acessibilidade, considerando que:

Todo contexto ou campo cultural tem seus controles e suas expectativas, bem como seu “imaginário”; isto é, suas promessas de prazer e realização. (...) Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições (WOODWARD, 2009, p. 33).

Sendo assim, percebe-se que, apesar de suas dificuldades, eles têm criado seus próprios movimentos, justamente por não encontrarem o devido acesso nos espaços em que transitam, sobretudo na maneira de produzirem. São formas de marcarem e repercutirem sua cultura em outras gerações, como se observa:

Catharine: *Tenho percebido vários movimentos, alguns mais específicos na tentativa de novas formas de acessibilidade aos surdos. Acredito que futuramente isso se efetive não só com a presença dos tradutores intérpretes de Libras, (...).*

Fábio: *Hoje não. (...) É importante conhecer as legislações e brigar por novas leis que atendam as necessidades dos surdos porque, de fato, a maioria não conhece os seus direitos. (...) Por isso acredito que os movimentos devem incluir os surdos sim, para conseguirem dar certo.*

Nayara: *Não, eu acho que falta consciência das pessoas, assim como os surdos também precisam de consciência para exigir, lutar pelos direitos, mostrar para o governo que somos capazes sim, assim como ele oferece educação, é claro que demora, mas precisa começar.*

As narrativas acima demonstram que a luta surda por seu direito é constante, não apenas aos surdos sinalizantes, como Catharine explica. A ideia de acessibilizar é produzida além dos TILS para que contemplem outros surdos, deficientes auditivos e surdocegos, utilizando-se recursos como emprego de legendas, audiodescrição, mapas táteis, etc.

Outro ponto destacado por Fábio e Nayara, é a necessidade de criar novas legislações que atendam à permanência dos surdos nos espaços, fortalecendo uma política linguística que olhe para suas reais necessidades e especificidades. “O que eles querem é uma comunidade que não apague as diferenças, mas que se fortaleça com elas; (...) uma unidade política que mobilize os sujeitos que dela fazem parte” (Lopes, 2011, p. 81). “*Mostrar para o governo que somos capazes sim*” revela um pensamento atravessado sob a narrativa da incapacidade e do estereótipo da deficiência construído ao longo da vida e que tornam os surdos dependentes do outro – o ouvinte.

A seguir, será discutido sobre as dificuldades dos surdos no acesso à cultura.

3.2 Dificuldades no Acesso à Cultura

(...) sempre que eu reclamo sobre acessibilidade, me respondem com desculpas, isso não resolve o problema, a falta de acessibilidade vai continuar existindo, parece que é a cultura da nossa sociedade não ter acessibilidade. Como numa balança que tem ouvintes e surdos, a maioria é ouvinte, então eles escolhem o que é melhor.

(Trecho da entrevista concedida pela participante Nayara)

A fala transcrita na epígrafe apresenta um sentimento comum entre os surdos no Brasil. Reflete a dificuldade em acessar os dispositivos culturais. O problema da falta de acessibilidade demonstra não ser exclusivo da área artístico-cultural, mas também experienciada corriqueiramente e em diferentes áreas, conforme denuncia a surda Nayara, mostrando que o seu problema está longe de apresentar uma solução.

Quando indagados a respeito das dificuldades no acesso à cultura, observa-se que as respostas são unânimes ao dizer que a principal dificuldade é a falta de comunicação, conforme se observa a seguir:

Cristiane: *A principal dificuldade é na comunicação, (...), além da cultura, não temos intérpretes em supermercados, não temos acesso as informações, considero que vamos sempre sofrer com a barreira da comunicação, sempre que alguém tenta se comunicar comigo eu pego um papel e dou para pessoa escrever. (...) Infelizmente a falta de comunicação leva à essas coisas, (...) e está em todo lugar, é um caminho longo que depende de parcerias para acontecer, infelizmente.*

Maurício: *Já tive várias experiências difíceis, mas acredito que a principal é na comunicação. A maioria das pessoas que atendem os locais públicos não sabem Libras. Quando eu falo que sou surdo, a pessoa pega um papel e uma caneta rápido ou usa o celular para escrever, mas eu não conheço todas as palavras, então dificulta ainda mais a comunicação.*

Renata: *A falta de comunicação, sem dúvidas, eu sempre peço ajuda para alguém da minha família ou para o meu namorado, mas ninguém é intérprete. As vezes quando estou sozinha eu peço para a pessoa escrever, mas eu prefiro que a comunicação seja em Libras, é muito melhor (...).*

Catharine: *(...) Eu sempre sinto isso, é muito ruim não conseguir me comunicar, isso acontece em diversos lugares também, (...) Já aconteceu uma experiência junto com meu marido em um cinema aqui da cidade, ao ver os cartazes com os horários dos filmes legendados, percebi que todos eram no período noturno/madrugada, é impossível para nós, (...) O surdo vai ter que ir de madrugada nesses horários? Percebe como é difícil e existe essa barreira? Eu acabo ficando mais em casa, esperando dois ou três meses, para*

ver os filmes pela internet ou pelo Netflix. É ruim, mas é o que acontece e esses problemas ainda persistem.

Gabriela: *São muitas. Sempre brigamos por causa da falta de comunicação, não é fácil e não é somente no acesso à cultura, nos hospitais também não tem intérprete para os atendimentos, nos bombeiros, Detran, vários locais não tem. As vezes eu chamo algum intérprete conhecido, mas geralmente eles estão ocupados trabalhando. A dificuldade na comunicação é um problema que precisamos lutar sempre para conseguir.*

Fábio: *A barreira da comunicação, sem dúvidas, a população em geral não conhece a Libras, fica muito difícil participar dos espaços culturais sem ter acessibilidade. Nas escolas, por exemplo, temos intérpretes sim, mas e nesses outros espaços, nos espaços comuns da sociedade como bancos ou hospitais. Se eu quiser ir a esses lugares tenho que chamar um intérprete para ir comigo, então as pessoas me entendem, não dá né?. A sociedade ainda tem que evoluir muito no sentido da acessibilidade, sinto que os surdos junto com os intérpretes precisam lutar por esse direito e fazer a sociedade entender que a acessibilidade é um direito, eu torço para que isso aconteça em breve.*

Nayara: *Principalmente na comunicação, (...) é difícil quebrar essa barreira, e também, as pessoas não sabem Libras, seria um sonho se todos soubessem para se comunicar comigo. (...) Eu já perguntei para a administração porque nunca tem legenda disponíveis em diferentes horários, me disseram que a maioria da população prefere os filmes dublados, eles acreditam que assistir filmes legendados atrapalha, é só a parcela de pessoas ouvintes que interessa.*

Leonardo: *Falta de comunicação com a sociedade. Sempre que preciso de ajuda em algum lugar, as pessoas não me entendem, então eu preciso escrever. Em cinemas, teatros, museus são exemplos de lugares que eu tenho que escrever, é raro quanto tem intérpretes.*

Diante das narrativas vemos o quanto a sociedade apresenta dificuldades e precisa aceitar o outro, ainda que na sua linguagem. Cristiane, Maurício e Leonardo narraram que precisam utilizar papel e caneta para escreverem o que desejam, resultando em situações desconfortáveis, pois nem todos dominam a língua portuguesa da mesma forma que dominam a Libras, tornando ainda mais difícil a comunicação. Tal prática é definida por Perlin (2015) como ouvintismo natural, que “admite que os surdos têm de ser bilinguistas e biculturais, não esquece a questão de que o surdo precisa interagir-se numa sociedade da cultura ouvinte” (PERLIN, 2015, p. 61).

Sobretudo, é importante destacar que o sujeito deve se adequar e se encaixar às normas impostas pela sociedade, mas, em sua essência, os surdos continuam excluídos e a sociedade reafirma o seu status excludente, ainda que na tentativa travestida de incluí-los:

A diferença entendida como aquilo que, sendo desviante e instável, estranho e efêmero, não se submete à repetição, mas recoloca, a todo momento, o risco do caos, o perigo da queda, impedindo que o sujeito moderno se apazigue no

refúgio eterno de uma prometida maioria. (...) Lembro que uma parcela dos discursos em prol do politicamente correto adota essa saída, como se quisesse expiar uma culpa, passando por cima dessa questão – fazendo dela uma questão apenas técnica ou, quanto muito, epistemológica –, e jogando para debaixo do tapete a violência que se põe em movimento nessas práticas (VEIGA-NETO, 2001, p. 108).

Fica evidente, ao “ir aos porões” e buscar respostas para a acessibilidade, que se descobre o quão realmente ela não é efetiva. Mesmo assim os sujeitos continuam transitando nesses espaços procurando construir sua cultura e diferença, porque essa luta “(...) é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação (...)” (SKLIAR, 2015, p. 6).

As transformações partem de negociações, já que legalmente existem dispositivos que reconhecem e definem como deve ser a acessibilidade. Todavia, não existem as condições para que se exija o seu cumprimento, pois há diversas brechas nas legislações que permitem serem contornadas. Bhabha (1998) faz referência sobre como as negociações desenvolvidas pelos sujeitos tornam-se estratégias de subjetivar e contribuir:

[...] na emergência dos interstícios (...) que as experiências intersubjetivas e coletivas (...), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (...). A força dessas questões é corroborada pela “linguagem” de recentes crises sociais detonadas por histórias de diferença cultural (BHABHA, 1998, p. 20, grifos do autor).

Considerando esse espaço de posição do sujeito e suas diferenças, percebe-se que as tensões também estão presentes nas narrativas surdas:

Nayara: Sempre que eu reclamo sobre acessibilidade, me respondem com desculpas, isso não resolve o problema! A falta de acessibilidade vai continuar existindo, parece que é a cultura da nossa sociedade não tê-la. É como uma balança que tem ouvintes e surdos, a maioria é ouvinte, então eles escolhem o que é melhor. Os surdos têm que implorar, pedir para terem acesso. Sinto que poderia me apropriar mais, mas como? Sou eu que estou perdendo.

Ter direitos básicos à cultura, à arte, à participação política, ao lazer, à escola torna-se luta constante e difícil para os surdos. Suas lutas são efeitos do poder e, assim como Perlin, pergunta-se “por que o poder ouvinte faz, determina e impõe tal coisa presente?” (PERLIN, 2015, p. 70). Esse ato de resistir demonstra ser “(...) fundamental na existência do movimento

que, lutando pelo surdo, resiste à complexidade da cultura vigente, mas no sentido de abrir acesso a ela de uma forma em que se sobressaia a diferença” (PERLIN, 2015, p. 71).

É importante considerar ainda que os surdos reconhecem que a barreira comunicacional pode ser vencida com a presença do profissional TILS, como é relatado por Renata, para quem as pessoas da família não são TILS, pois não possuem as condições técnicas de formação acadêmica ou cursos livres de Libras. Um profissional TILS deve possuir as condições metodológicas, viabilizando as suas escolhas tradutórias/interpretativas, a utilização dos recursos lexicais e terminológicos disponíveis em ambas as línguas de atuação e, por fim, a condição linguística com a participação de ambientes linguístico-culturais que oportunizem a vivência com pessoas da comunidade surda, para que o desenvolvimento e o fortalecimento profissional ocorram de maneira satisfatória.

Na história cultural dos surdos, a presença dos TILS e de amigos ouvintes ou familiares sempre se constituiu como elemento fundamental. Os acontecimentos sociais, casamentos, festas, bailes, atividades de associações, eventos esportivos e desfiles de misses surdas representam espaços de encontros e trocas, um lugar para conversar, saber das novidades e dançar. Além disso, uma associação de surdos é considerada “espaço este de uso corrente da Língua de Sinais, para discussões políticas de luta dos surdos pelos seus direitos lingüísticos” (ALBRES, 2005, p. 6-7).

Diante disso, quando indagados a respeito dos projetos que a associação APSCG – MS tem promovido para contribuir no acesso dos surdos, sobretudo na área artístico-cultural, foi observado que, para Maurício, Nayara e Leonardo, a associação tem desenvolvido somente projetos de esporte, lazer e palestras sobre temas variados, mas eles acreditam que, nos próximos anos, serão desenvolvidas ações no incentivo à cultura. Os demais participantes apresentaram as seguintes narrativas:

Cristiane: *Aqui em Campo Grande temos três associações, mas somente a APSCG – MS possui projetos voltados a área cultural para surdos. Eu já participei. As outras duas associações fazem mais palestras ou apoio jurídico aos familiares de surdos, quando é o caso. Mas é bem pouco também, não é com tanta frequência.*

Renata: *Sim, quando a associação APSCG – MS foi criada, tinha por objetivo incentivar a prática esportiva dos surdos. Atualmente com a mudança do estatuto, ela tem fomentado a educação, cultura, oficinas, palestras, apoio na criação de leis que atendem os surdos/comunidade surda e suas necessidades (...).*

Gabriela: *Eu já participei de alguns projetos das associações, mas penso que para conseguirmos mais é preciso buscar apoio legislativo. (...) Seria esse o caminho para implantar projetos na área artístico-cultural (...).*

Fábio: *Lembro que em 2009 a associação APSCG – MS foi inaugurada e somente incentivava a prática esportiva, (...) Após dez anos, iniciou em 2019 a reestruturação da associação para promover mais cursos e projetos relacionados a cultura surda, ensino de dança, teatro e outras práticas artística para crianças e adultos também. Sei que isso envolve muitas coisas, mas acredito no esforço deles para conseguir implementar novos projetos nos próximos anos.*

Nota-se que as narrativas apresentadas mostram o esforço da associação de surdos para se manter, mesmo sem apoio do poder público, com ações promovidas a partir de recursos próprios e de seus associados. Esse movimento da associação contribui com a construção e com o fortalecimento coletivo da cultura surda, mesmo que o intuito esteja mais direcionado para o incentivo da prática esportiva. Albres (2005) ressalta que a construção política e coletiva dos sujeitos se constitui no desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e criativo e que ainda:

Verificamos novos espaços de participação dos surdos; como a escola, um espaço de construção da cultura, novos conteúdos e conseqüentes sinais reorganizam a forma de pensar dessas pessoas. Algo muito discutido é o vínculo entre língua, pensamento e cultura, consideramos que estes aspectos são interdependentes e interconstitutivos. Nesta perspectiva o homem é produto e produtor da cultura, conjunto das relações sociais, portanto mister se faz investigar a origem histórica de alguns princípios da Língua de Sinais. (ALBRES, 2005, p. 9, sic).

Observou-se que, a partir da associação, foram desenvolvidos projetos para diversas áreas, sobretudo para a artístico-cultural, conforme a narrativa da Catharine:

Catharine: *Sim, eles têm organizado projetos para os surdos, (...) porque apesar das referências ouvintes sobre temáticas da cultura, os surdos acabam não compreendendo muitas informações que deveriam ser detalhadas e esclarecidas, (...) já participei de dois projetos, um na área de finanças e outro na saúde. São temas importantes, que muitas vezes são negligenciados pelas famílias, e com essa parceria e o apoio da associação eles podem aprender. No ano passado teve o 1º festival de cinema para surdos. A ideia deles era que só surdos participariam e apareceram ouvintes também. O filme tinha legenda e áudio para atender os dois públicos. Foi um filme que impactou principalmente os surdos, por se tratar de um filme que narra a história deles. Eu acredito ser de extrema importância a continuação desse festival, para que haja essa interação entre surdos e os ouvintes (...).*

Durante essa narrativa, foi possível perceber o incômodo da participante em trazer a memória de seus acontecimentos, pois não há como ignorar a barreira que a sociedade estabelece entre surdos e ouvintes. Observa-se que todos narraram que a dificuldade em se comunicar prejudica suas relações diárias.

A falta de comunicação gera dependência ou o surgimento de outras formas de comunicação. Quando a participante explica que existem diversos “*temas importantes, que muitas vezes são negligenciados pelas famílias*”, refere-se à sua experiência, que também é vivida no seio familiar pela maioria dos surdos, uma vez que nascem em famílias ouvintes que não conhecem a Libras e, infelizmente, o seu contato com essa língua e com outros surdos ocorre de maneira tardia.

Apesar disso, os surdos se apoiam na busca pelo lugar de sua cultura e outras aprendizagens com o seu grupo social (nesse caso, especialmente, nas ações da associação). Essa prática demonstra uma zona de instabilidade e fissuras nas relações com os ouvintes, marcadas por suas experiências visuais. Assim:

A luta surda pelo direito de ser surdo fez uma das grandes rupturas na história desse grupo. Os surdos, ao inventarem outras marcas que vinham materializadas na língua de sinais, na comunidade surda, nas reuniões surdas (...) começaram a precisar de outros espaços para viverem essa outra forma de se identificar. (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 86-87).

Figura 25 – Banner de divulgação do 1º Festival de Cinema para Surdos



Fonte: Disponível em: <https://bityli.com/Age2Kk>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Ao se colocarem nesses espaços, os surdos reivindicam o direito de escrever sua própria história, sua diferença e seus direitos sociais e políticos. Na narrativa de Catharina, é citado o 1º Festival de Cinema para Surdos, ilustrado na anterior Figura 25.

Essa ação desenvolvida pela APSCG – MS apresenta mais que uma mera sessão de cinema para um público específico. É possível perceber que a escolha do filme narra a história de uma jovem surdocega, que aprende a se comunicar e socializar com sua professora. Segundo Thoma (2015), a representação sobre a surdez circula em filmes e outras áreas sociais que, de certa forma, auxiliam o espectador a pensar e a se questionar sobre as possibilidades de ver e perceber os surdos e sua alteridade.

A constituição do imaginário social depende essencialmente da forma como ele é difundido e, nesse sentido, a força dos meios de comunicação é essencial. Mas, assim como a mídia, também as religiões, os mitos e a ideologia cumprem a função de constituir o imaginário de uma sociedade em uma determinada época (THOMA, 2015, p. 122).

O grande problema, nesse caso, é que o imaginário categoriza e classifica, de acordo com a capacidade ou limite de uma maioria. A autora destaca também uma reflexão sobre a educação de surdos e suas tendências, para as quais as políticas sociais não consideram os interesses dos próprios envolvidos, mas, sim, conforme interesses, crenças e valores que refletiam a época. Dessa maneira, “Cada uma delas possui, ao seu modo, imagens de surdez e de surdos que apontam para uma distinção, sendo essa distinção, em geral, pensada sob a ótica da inferioridade, da subalternidade e da incapacidade” (THOMA, 2015, p. 126).

Assim, a educação desses sujeitos fazia parte de um todo, “(...) cujo objetivo foi, durante muito tempo – e, talvez, até hoje – a ‘recuperação’ da surdez, visando a uma melhor integração social e educacional do surdo” (THOMA, 2015, p. 125, grifo da autora). Ao analisar outras produções culturais, percebe-se a complexidade em reconhecer a alteridade surda e a urgência de uma política que leve em consideração não apenas o que é descrito por pessoas ouvintes, mas também que considere, especialmente, as narrativas dos próprios surdos. Isso abre espaço para alertar a sociedade para a colonialidade de suas representações.

Por fim, um último ponto a ser destacado na narrativa de Catharina é que “*A ideia deles era que só surdos participariam e apareceram ouvintes também. O filme tinha legenda e áudio para atender os dois públicos*”. Considerando a realização da atividade para os surdos, a associação se mostrou preocupada em acessibilizar o filme para os ouvintes ou surdos com pouca fluência na Libras, a fim de socializá-los na ação. Bhabha (1998) esclarece que relembrar

as representações sobre a história dos grupos social é recuperar suas memórias, conectando-se a tradições, lutas e movimentos. Além disso:

Público e privado, passado e presente, o psíquico e o social desenvolvem uma intimidade intersticial. É uma intimidade que questiona as divisões binárias através das quais essas esferas da experiência social são frequentemente opostas espacialmente. Essas esferas da vida são ligadas através de uma temporalidade intervalar que toma a medida de habitar em casa, ao mesmo tempo em que produz uma imagem do mundo da história. Este é o momento de distância estética que dá à narrativa uma dupla face que, como o sujeito sulafricano de cor, representa um hibridismo, uma diferença “interior”, um sujeito que habita a borda de uma realidade “intervalar” (BHABHA, 1998, p. 35, grifos do autor).

Os termos utilizados pelo autor auxiliam a compreender a experiência visual atravessada pela manifestação cultural dessas relações entre os sujeitos. É o que Lopes e Veiga-Neto (2006) denominam como um dos marcadores culturais, que tem, no seu íntimo, afinidades, interesses e contínua troca entre os sujeitos, tornando possível um ambiente linguístico para todos.

A seguir, será discutido sobre os anseios e as expectativas dos surdos sobre a acessibilidade artístico-cultural.

3.3 Os Anseios e as Expectativas dos Surdos sobre a Acessibilidade Artístico-Cultural

A visão do outro nos vê como um todo com um fundo que não dominamos. Ele tem, relativamente a nós, um excedente de visão. Ele tem, portanto, uma experiência de mim que eu próprio não tenho, mas que posso, por meu turno, ter a respeito dele. Este “acontecimento” nos mostra a nossa incompletude e constitui o Outro como o único lugar possível de uma completude sempre impossível. Olhamo-nos com os olhos do outro, mas regressamos sempre a nós mesmos e a nossa incompletude, pois “tudo quanto pode nos assegurar um acabamento na consciência de outrem, logo presumido na nossa autoconsciência, perde a faculdade de efetuar nosso acabamento” porque a experiência do outro, mesmo sendo do 'eu', lhe é inacessível.

(João Wanderley Geraldi)

Compreender e perceber o outro se torna uma tarefa árdua quando não se dispõe a conhecê-los. Todos os dias as pessoas são invadidas por saberes e discursos que patologizam ou criam estereótipos sobre o outro, traçando uma fronteira entre “nós” e “ele”. O exercício proposto é o da escuta, em que “a cada pronúncia fazemos e nos fazemos algo com a palavra:

amamos e odiamos, escapamos e voltamos, ficamos em silêncio e fugimos, destroçados, do silêncio” (SKLIAR, 2012, p. 36).

Por acreditar nas trocas efetivas entre surdos e APSCG – MS, ao serem questionados se os projetos que a associação tem desenvolvido contribuem para a acessibilidade artístico-cultural dos participantes, Maurício, Renata, Nayara e Leonardo afirmaram que não, pois as ações que são desenvolvidas estão relacionadas com outras temáticas. Apesar disso, eles reconhecem que a associação tem se esforçado para lutar pelos interesses dos surdos e sua socialização. A participante Nayara ainda ressalta que:

Nayara: não, eu sei que não são muitos ainda, mas eu acredito que as associações têm se esforçado para buscar essas formas de acesso. Não é fácil, porque eles precisam conversar com representantes municipais ou estaduais, agendar reuniões, explicar para que eles entendam nossas necessidades, e que nem sempre são aceitas.

A partir dessa narrativa, nota-se que há controle e poder determinando algumas ações dos sujeitos, que reforçam o seu assujeitamento, “(...) o que se nega ao sujeito colonial, tanto como colonizador quanto colonizado, é aquela forma de negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença” (BHABHA, 1998, p. 117). Ainda, conforme explicado por Lopes:

Trata-se de uma lógica hierarquizada em que uns, através do domínio do saber, articulam o poder de uma forma que “empalidece” a ação e as representações daqueles que, no campo de lutas das relações sociais, não conseguem se colocar com força suficiente para não ceder à dominação (LOPES, 2011, p. 43, grifo da autora).

Essa prática de domínio não se apresenta de maneira rude, mas é sutil, pois mantê-los sob tutoria não permite que se desenvolvam e governem suas próprias ações com autonomia. Pode-se entender que essa prática se trata de um “(...) conjunto de ações estratégicas e práticas que buscam trazer os outros para o domínio do mesmo (...); toda e qualquer ação em que uns procuram trazer os outros para o seu domínio, sua morada” (VEIGA-NETO; LOPES, 2013, p. 110). Essas ações enfraquecem os movimentos, porém o questionamento que fica é: A inclusão defendida para esses sujeitos seria um movimento de tutela ou dependência?

Na narrativa a seguir, Catharine aborda isso, acrescentando a importância de desenvolver mais projetos acessíveis aos surdos:

Catharine: (...) percebemos a necessidade de ajudar na ampliação de conhecimentos para os surdos, (...) por exemplo temas básicos de saúde e educação, continuam o resto da vida assim, as vezes acabam dependentes dos pais, ou dos intérpretes de Libras, isso não é bom. Eu percebo que para o desenvolvimento de uma autonomia, é importante que a associação informe e aproxime esses conteúdos para os surdos, que eles compreendam o que é essa acessibilidade, e que ele faça parte do processo como protagonista, assim eles mesmos compreenderão e se reconhecerão enquanto surdos, independente do ouvinte, mas na sua igualdade de direitos linguísticos, e que ocorra também essa troca social expansiva para uma sociedade melhor.

De acordo com a explicação de Catharine, percebe-se que sempre há uma dependência do outro que ouve “as lendas, estórias, histórias e anedotas de uma cultura colonial oferecem ao sujeito um ‘Ou/Ou’ primordial. *Ou* ele está fixado em uma consciência do corpo (...) *ou* como um novo tipo de homem” (BHABHA, 1998, p. 117, grifos do autor). Eles sentem a necessidade de ter autonomia, uma vez que o movimento contrário não auxilia as ações, não respeita os seus direitos e, sobretudo, caracteriza a normatização das verdades que recaem sobre a deficiência e não valoriza a diferença. Por isso, nas palavras de Skliar (1999), as marcas que proporcionam entender as diferenças são:

- as diferenças não são uma obviedade cultural nem uma marca de “pluralidade”;
- as diferenças se constroem histórica, social e politicamente;
- não podem caracterizar-se como totalidades fixas, essenciais e inalteráveis;
- as diferenças são sempre diferenças;
- não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará a normalidade;
- as diferenças dentro de uma cultura devem ser definidas como diferenças políticas - e não simplesmente como diferenças formais, textuais ou linguísticas;
- as diferenças, ainda que vistas como totalidades ou colocadas em relação com outras diferenças, não são facilmente permeáveis nem perdem de vista suas próprias fronteiras;
- a existência de diferenças existe independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgado da normalidade (SKLIAR, 1999, p. 22-23, sic, grifo do autor).

Outra explicação para isso é realizada por Vieira-Machado e Mattos (2019), que apresentam que o poder e as decisões não são negociados, pois o sujeito não toma decisões para ele próprio, ficando à mercê dos que dominam e detêm o poder. Isso demonstra a interferência política para essas decisões, que burocratizam as ideias como estratégias para produzir o apagamento e a ausência do outro, mas:

(...) É preciso confiar. Perder o medo dos riscos e aceitar as diferenças possibilidades de subjetivação, as diferentes ferramentas de trabalho e as diferentes oportunidades de comunicação que não se excluem, muito pelo contrário, somam, agregam, ampliam o mundo (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 95).

Os caminhos para a acessibilidade **dos surdos e com** os surdos mostram que, antes de tudo, é necessário se desvincular do poder e das formas hegemônicas que sustentam as verdades narradas sobre a surdez e os surdos. “Os valores e as normas praticadas sobre as deficiências formam parte de um discurso historicamente construído, onde a deficiência não é simplesmente um objeto, um fato natural, uma fatalidade” (SKLIAR, 1999, p. 19). É preciso enxergar que:

A surdez é singular em cada pessoa. É o surdo, sujeito, pessoa, indivíduo, e não os surdos. Seres diferentes entre si até mesmo na surdez. A surdez se torna presença por ela própria, como também pela história, pelo corpo, pela família e pelo grupo social e território em que vive seu sujeito (VIEIRA-MACHADO; MATTOS, 2019, p. 87).

Compreender essa singularidade é reconhecer a diferença. Observou-se ainda, nas respostas dos demais participantes, que a associação tem desenvolvido ações que corroboram com a acessibilidade dos surdos:

Cristiane: Apesar de serem poucos, acredito que sim, porque os surdos precisam desses projetos para estarem juntos. Igual aconteceu o encontro dos surdos idosos, muitos se sentem sozinhos em suas casas, sem ter amigos. (...) Antigamente esses surdos se encontravam na praça Ary Coelho, eles ficavam horas conversando, combinavam de se encontrar, sair, mas depois da reforma da praça eles se dispersaram (...). Mas, sinto que faltam mais projetos nesse sentido.

Gabriela: Sim, tem sim. Eu já participei de diversos projetos culturais de associações pelo Brasil Percebi que cada um tem sua parcela de contribuição. Aqui em Campo Grande, os projetos das associações têm maneiras diferentes de desenvolver a acessibilidade, como em cursos, palestras, encontros. Eu respeito porque são formas de interagir também com a sociedade de maneira natural.

Fábio: Sim, apesar de termos poucos projetos nesse sentido eu acredito que o momento agora é continuarmos e não desanimarmos, continuar com novas ideias e buscarmos novas parcerias que sejam duradouras para o desenvolvimento da associação, e principalmente dos surdos.

Nessas narrativas, há o indício da necessidade de enfrentar os problemas que ocorrem quanto à inacessibilidade, na busca por conquistar mais espaços sociais que contemplem as necessidades dos surdos, de tal modo que interajam e participem mais das ações desenvolvidas.

Observa-se ainda que o local funciona como um propagador de uma cultura autêntica, que constrói suas formas de ver, traduzir e pensar o mundo. Dorziat (2009) corrobora com a ideia de que tudo isso se constrói a partir do seu referente linguístico: a Libras. Além disso:

Esse espaço público tem sua materialidade, para os Surdos, nas Associações de Surdos, que se constituem em iniciativas enriquecedoras, pois permitem o convívio e a liderança das pessoas historicamente excluídas do direito à voz. Sem esses espaços de luta, a promoção e a preservação de uma sociedade que respeite as diferentes manifestações culturais ficam comprometidas. Acredito que são as Associações de Surdos o ambiente mais propício para a criação de experiências reais, de encontros e desencontros, de medos, dúvidas e incertezas, em direção ao fortalecimento e o redirecionamento da convivência intra e extragrupo (DORZIAT, 2009, p. 25).

A importância do poder público em apoiar as associações é urgente, porque, além de ser um local de referência, é um lugar para se afirmarem politicamente, para trocarem suas experiências linguísticas e quebrarem estigmas normalistas e estereótipos capacitistas⁴⁷ que recaem sobre os sujeitos.

As adjetivações provenientes de pessoas que não entendem e não procuram entender o outro na sua inteireza geram esse tipo de discurso esteriotipado que não deixam espaço para problematizar, para contextualizar situações que produzem o ser e especificamente, o ser Surdo, na nossa sociedade (DORZIAT, 2009, p. 26).

Nesse sentido, contribuindo com a discussão e buscando compreender suas narrativas, foi questionado aos participantes como eles pensam que a acessibilidade pode ser melhor nos espaços culturais, o que eles acreditam que falta e o que sugerem para essa melhora. Observa-se, nas narrativas a seguir, que todos consideram a necessidade de ampliação de projetos que atendam às demandas da acessibilidade:

Cristiane: *Acredito que temos poucos projetos que contemplam a acessibilidade para surdos, em todos os sentidos, mas essas iniciativas deveriam começar da esfera federal para as demais. Os próprios surdos poderiam buscar parcerias para melhorar nesse sentido, mas creio que futuramente isso ocorra. Precisamos denunciar esses lugares que não tem acessibilidade (...). É importante que os surdos estejam informados, porque*

⁴⁷ “O capacitismo é uma forma de preconceito com pessoas com deficiência e está enraizado na sociedade. Como o termo diz, envolve uma pré-concepção sobre as capacidades que uma pessoa tem ou não devido a uma deficiência, e geralmente reduz uma pessoa a essa deficiência”, exemplo disso são termos como “está surdo?”, “está cego?”, “mancada”, “idiota e retardado”, entre outros. Disponível em: <https://bityli.com/RXzLtn>. Acesso em: 05 ago. 2021.

nesses locais precisamos de intérpretes. Acredito que as associações precisam lutar também, (...) então poderemos ter acessibilidade em diversos locais, (...).

Gabriela: *(...) Sinto que sou um exemplo para muitos surdos e acabo auxiliando-os nesse sentido, muitos desconhecem o que é a acessibilidade. Inclusive muitos desses espaços não pensam em criar estratégias para que os surdos se sintam incluídos, acarretando em sua não participação. É primordial que coloquem intérpretes de Libras nesses espaços e que os surdos possam participar. São muito poucas as formas de acessibilidade disponíveis na cidade, (...). O poder público também tem sua parcela de culpa por não garantir essa acessibilidade e inclusão, e ainda, não reconhecer que os surdos têm sua cultura, identidade e língua diferente dos demais. Precisamos pensar em projetos de lei nesse sentido e continuar brigando pelos nossos direitos.*

Catharine: *Precisa muito melhorar, por exemplo, nas apresentações teatrais, os surdos não participam porque não há apresentações fixas com intérpretes, dentro de toda a programação eles acabam colocando um dia e um único horário, que sempre é inviável para nós, e de verdade não vamos. Falta muito, não só nos espaços de cultura, mas também nos atendimentos, principalmente em hospitais, bancos (...). Nesse espaço almejado por nós, poderíamos fazer encontros.*

Frente às narrativas apresentadas, fica evidente que, além de não existir acessibilidade efetiva nos espaços da esfera artístico-cultural, os surdos até cogitam a possibilidade de auxiliar as iniciativas com parcerias ou sugerem que sejam criadas estratégias para que se tenha acessibilidade e possam participar.

Skliar (1999) explica que é importante que as narrativas surdas se constituam para que ocorra um processo de desouvintização, a fim de que auxilie a desmistificação das narrativas ouvintes sobre o que envolve a surdez e as produções surdas, para que eles, como sujeitos visuais, “(...) num sentido ontológico, permite reinterpretar suas tradições comunitárias como construções históricas, culturais, lingüísticas e não simplesmente como um efeito de supostos mecanismos de compensação biológicos e/ou cognitivos” (SKLIAR, 1999, p. 24, *sic*).

Os aspectos que envolvem a representação do sujeito, a identificação e a participação nesses locais se ancoram na concepção estética discutida por Bakthin e o círculo, espaço no qual se constituem os sentidos, tornando-se o lugar de pensar, ser pensado, promover a interação dos sujeitos, ou seja, tornando-se cultura e vida. Ademais:

[...] resulta de um processo que busca representar o mundo sob um ponto de vista exotópico do sujeito, de um posicionamento de fronteira de onde o homem enxerga o mundo com adequado distanciamento; para transfigurá-lo na edificação da sua palavra estética e que carrega também os aspectos sociais e históricos. É propriamente o lugar da representação, do simulacro (PAJEÚ; MIOTELLO, 2018, p. 777).

Ainda é um problema a se enfrentar quando o assunto é representação, pois a fronteira citada pelos autores pode ser a materialização da inclusão excludente vinculada em diversas publicidades da grande mídia e propagada pela sociedade, como pode ser observado no exemplo a seguir:

Em relação ao problema das representações, nada melhor que analisar uma das publicidades televisivas oficiais que estimulam a inclusão/integração. (...) Ela *representava* uma professora da escola regular que *apresentava* os novos companheiros deficientes a seus alunos normais. As crianças deficientes eram *representadas* através de bonecos – não podiam ser de carne e osso, ou não são de carne e osso? - e apresentava a cada um mencionando o que se supunha ser sua característica mais importante. Por exemplo: "*Ele é deficiente mental, porém aprende tudo perfeitamente*". Ou bem: "*Ela é deficiente auditiva, porém lhe encanta comunicar-se*" (SKLIAR, 1999, p. 27, grifos do autor).

Esse exemplo corrobora com a narrativa apresentada por Gabriela quando narra que “*O poder público também tem sua parcela de culpa por não garantir essa acessibilidade e inclusão, e ainda, não reconhecer que os surdos têm sua cultura, identidade e língua diferente dos demais*”. Participar de uma comunidade surda é partilhar língua, comunicação e um conjunto de trocas de experiências sobre a diferença surda. Além disso, para o desenvolvimento de uma acessibilidade efetiva para surdos, observa-se que é necessário:

[...] um trabalho responsável que envolve a tríade: usuários, produtores/emissores e autoridades. As autoridades, quando conhecem melhor a ferramenta, podem se mobilizar e promover iniciativas de fiscalização e avaliação. Ao receber o feedback dos usuários, os produtores podem buscar soluções para a melhoria do instrumento. Por fim, ao educar e integrar uma comunidade envolvendo surdos em rede para fazer avaliação (...), promove-se o empoderamento político social desses sujeitos/grupos, a inclusão e a cidadania (DEZINHO, 2020, p.31).

Lopes (2011) também esclarece que a falta desse reconhecimento da diferença ou de um espaço específico para a comunidade contribui para o enfraquecimento das lutas cotidianas em busca de seus direitos. Apesar disso, “(...) existem elos subjetivos de marcar e fortalecer identidades e de fazer com que os indivíduos se reconheçam” (LOPES, 2011, p. 75). Observa-se que esses elos podem ser entendidos por meios dos movimentos e luta por direitos para os surdos, principalmente a necessidade de garantir:

- terem uma língua própria;
- se autodeclararem surdos e serem reconhecidos como tal;

- que os membros das gerações mais novas possam estudar em escolas de surdos e de terem respeitada a diferença surda no aprender;
- se reunirem na associação de surdos;
- as famílias de surdos serem orientadas para que, logo que detectada a surdez em seus filhos, estes possam estar junto de seus pares surdos;
- terem intérpretes em qualquer lugar e em qualquer momento, sem necessitar solicitar sua presença e seus serviços com antecedência;
- participarem de tudo o que acontece em espaços públicos (LOPES, 2011, p. 75-76).

Esses pontos discutidos pela autora são apresentados nas narrativas dos participantes, observando-se que, apesar de a Libras ser reconhecida como língua e utilizada nacionalmente, as políticas educacionais não colaboram para sua aquisição e desenvolvimento entre seus pares. A criança, além de ter o contato tardio, ainda não tem a referência de surdos adultos sinalizantes, comprometendo sua linguagem, conforme observado na narrativa a seguir:

***Catharine:** (...) quando tinha o CEADA era maravilhoso, porque o local era grande, os surdos interagiam em Libras com surdos e ouvintes, eles se desenvolviam mais rápido. Agora, com as escolas inclusivas esse desenvolvimento está mais complicado, o aprendizado da língua ocorre tardiamente, o surdo não é mais fluente na sua própria língua, fica ainda mais difícil aprender a língua portuguesa e reproduz o português sinalizado (...).*

Assim como Catharine explicou sobre a atual situação do aprendizado, tanto da Libras quanto da língua portuguesa em escolas inclusivas, esse ensino das línguas ocorre de modo monolíngue o tempo todo, uma vez que os conteúdos são traduzidos do português para a Libras e não ocorre o contrário. Além disso, muito menos a Libras está presente nos currículos escolares desde a educação infantil.

Apesar de não ser o foco principal de discussão deste trabalho, essas informações são de extrema relevância para que ocorra a presença da Libras nos demais espaços sociais. Quadros (2019) ainda explica que o ensino da Libras como primeira língua envolve aspectos específicos por se tratar de uma língua visual, como: “(a) uso do espaço gramatical, que inclui o estabelecimento nominal; (b) o sistema verbal; (c) as mudanças na direção dos olhos e do corpo; (d) as modulações dos sinais; (e) o uso de classificadores; (f) as marcas temporais” (QUADROS, 2019, p. 166).

Além disso, nas próximas narrativas, é possível observar que todos os participantes explicam sobre a importância da presença do TILS nos espaços para que haja a acessibilidade. Nessa perspectiva, concorda-se com a afirmação de Bakthin (2006), observando-se que:

Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. A evolução da língua obedece a uma dinâmica positivamente conotada, ao contrário do que afirma a concepção saussuriana. A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social (BAKHTIN, 2006, p. 16).

O autor destaca que a evolução da língua e suas relações na vida cotidiana devem ser consideradas, não apenas a língua por si só. É necessário considerar também que o TILS, durante a sua atuação, pode aproximar ou distanciar suas relações com seu público, não sendo apenas um mediador de línguas. Nesse sentido, ainda é julgado que “(...) toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica” (BAKHTIN, 2006, p. 124).

Conforme as narrativas a seguir, ao usar a linguagem e a constituí-la, os sujeitos apresentam marcas referentes ao processo de conflito, às relações de poder e às suas identidades. Assim, narram suas experiências a partir de suas realidades, contextos, interesses e gêneros, demonstrando que existem questões que precisam ser discutidas:

Maurício: *Precisa melhorar, as pessoas precisam aprenderem Libras, os interpretes precisam ter mais fluência, estudar mais na área que for atuar. Eu sei que cursos nas áreas específicas são difíceis, mas não dá pra entender nada quando o intérprete não é de determinada área que está sinalizando, isso prejudica os surdos. Se os locais não têm intérprete, ao menos poderiam colocar legendas ou avisos visuais, por exemplo, no caso de museus, exposições, etc.*

Renata: *Precisa melhorar muita coisa ainda, não só nos espaços culturais, mas também na área da saúde, escolas, nas empresas, lojas e outros espaços. Eu não consigo me matricular em um curso, por exemplo, se não tiver intérprete de Libras. Eu não consigo assistir à um filme se não for legendado, (...). Ainda, ter liberdade de poder ir nesses espaços e ter a presença de um intérprete pra me auxiliar. Se tivesse centrais com TILS que atendessem os bairros em Campo Grande ficaria mais fácil. As pessoas precisam aprender Libras para facilitar a comunicação com os surdos (...).*

Fábio: *Sim, falta muito ainda, (...) temos muitos espaços culturais, porém muitos sem acessibilidade. (...) Alguns colocam a culpa nos surdos porque não participam, mas essa culpa não é nossa, como eu vou ir à teatro, cinema, shows, se não houver acessibilidade? (...). As associações precisam se unir nessa causa também, exigindo mais espaços acessíveis em Libras, precisamos denunciar esses locais sem acessibilidade. Aqui em Campo Grande tem um cinema que só tem legenda em filmes a noite, como as crianças vão assistir assim? Nós sabemos também que muitos surdos não têm conhecimento da língua portuguesa, então eles preferem nem ir ao cinema, assim como em outros espaços se não tiver intérpretes de Libras eles não vão.*

Nayara: sim, falta muita coisa, começando com intérpretes fluentes. (...) Também os surdos ocuparem outros espaços como profissionais, por exemplo: na minha faculdade não tem professor surdo, somente ouvintes, é difícil encontrar professores surdos, claro que a culpa não é desses professores. (...) Eu sinto falta de ter intérpretes e surdos nos espaços e nos demais também, eu já fui em uma loja que tinha um vendedor usando uma camiseta escrito posso ajudar? Eu o chamei e sinalizei, ele me respondeu acenando não, não! pensei porque está usando essa camiseta se não pode me ajudar se comunicando na minha língua (...).

Conforme as narrativas reforçam, a formação e a presença do TILS são primordiais para a participação dos surdos em espaços sociais na atualidade. Quanto à formação tratada por Maurício, revela-se a necessidade de se interpretar quando há a formação em determinada área, para que o público surdo tenha condições de compreender o discurso.

A formação desses profissionais ainda tem seus entraves, visto que as legislações não as especificam sobre isso. A maioria dos TILS voltam suas formações para as áreas educacionais. Vê-se, ainda, o quão difícil é desmistificar a ideia de que bastam certificados de cursos de Libras para se tornar TILS. Percebe-se cada vez mais a complexidade de sua atuação versus competência, uma vez que:

O intérprete, frequentemente, necessita fornecer pistas suficientes à compreensão e à reconstrução do sentido na língua de sinais, (...) é muito comum o ILS não ter acesso prévio ao texto que irá interpretar e, por isso ter que construir a interpretação na língua de sinais à medida que o orador vai expondo suas ideias, o que torna o trabalho de interpretação ainda mais difícil (LACERDA, 2015, p. 272).

Diante da realidade, então, é esperado que pelo menos o TILS tenha um conhecimento prévio sobre a temática a ser interpretada, tenha fluência nas línguas de atuação e saiba utilizar os recursos linguísticos que tornam a sua atuação satisfatória, pois:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. (BAKHTIN, 2006, p. 43, grifo do autor).

Nesse sentido, quando se circula pela cidade, é possível encontrar diferentes signos culturais que interagem com os sujeitos, assim como as expressões artísticas, que exprimem desde questionamentos até diversão. Entende-se que o TILS também faça parte dessa interação dialógica com o sujeito e o todo, tornando:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2006, p. 125, grifo do autor).

Por isso, o TILS, ao assumir o compromisso ético de acessibilizar conteúdos, eventos, peças teatrais, entre outros, precisa ter em mente que o seu ato é responsivo e responsável na sua singularidade de atender às diversas vozes que se refletem cotidianamente. Albres (2015) afirma que:

O intérprete de língua de sinais, no processo de interpretação, dialoga com o discurso do locutor, confabula com suas próprias experiências, com as diferentes vozes que o constitui e constrói um novo discurso direcionado ao interlocutor em potencial do processo (...). Assim, o intérprete trabalha envolvido no dialogismo (diálogo entre discursos) (ALBRES, 2015, p. 70).

O papel do TILS é bastante complexo, pois esse profissional lida constantemente com contradições e conflitos, tanto de suas interpretações como ouvinte quanto em relação aos surdos. Como já citado anteriormente, o TILS também ocupa um entre-lugar de transvaloração cultural, conforme Bhabha (1998). Ele se configura como a ponte que liga os surdos aos ouvintes, tornando possível desenvolver suas habilidades, de modo compreensivo para a cultura surda.

Ressaltam-se, ainda, os caminhos de formação desses profissionais, para que sempre repensem suas práticas e possam desenvolver outras estratégias de tradução/interpretação, principalmente na esfera artístico-cultural, que demanda um maior envolvimento em sua atuação.

A seguir, discutir-se-á sobre o olhar de perto e de dentro: notas sobre a escuta dos sinais.

3.4 Olhar de Perto e de Dentro: Notas sobre a Escuta dos Sinais

O que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa, etc. Esta estratégia supõe um

investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise.

(José Guilherme C. Magnani)

Os resultados desta pesquisa apresentaram convergências quanto à acessibilidade artístico-cultural para surdos na cidade de Campo Grande – MS. O vivenciar da metodologia etnográfica permitiu à pesquisadora perceber as experiências surdas e suas interações com a cultura local, de modo que suas singularidades, manifestações e vivências se apresentassem. Coletar os dados e analisá-los permitiu compreender as necessidades dos surdos, além da experiência da pesquisadora como participante TILS e interessada em pesquisas referentes à comunidade surda, percebendo-se sensível ao outro e ao contexto pesquisado. Observou-se como eles se organizam no viver comunitário de uma associação e sua importância linguística para tantas gerações surdas.

Embora os oito participantes considerem que a acessibilidade artístico-cultural existe e é desenvolvida a partir de alguns projetos, nota-se que algumas questões precisam de um destaque especial a respeito da escassez de sua promoção voltada para o público surdo e que não se contempla de maneira efetiva na cidade. Observa-se que muitas das ações realizadas não são divulgadas da maneira correta ou não chegam ao público surdo em tempo hábil.

Os participantes ainda contribuíram ao narrarem sobre a importância de outros recursos, como as legendas. O movimento surdo brasileiro tentou desenvolver ações para a obrigatoriedade das legendas, incluindo-as em filmes nacionais, porém sem sucesso. Os filmes legendados beneficiariam pessoas com outras deficiências, ampliando o público participativos nos cinemas. Todavia, na prática, ainda é um problema quando não se oferta da maneira correta. Vários participantes narraram que os horários que oferecem filmes com esse recurso são inviáveis para os surdos, por serem oferecidos em horários noturnos, não contemplando as diversas faixas etárias.

Foi constatado, nas narrativas, que a “acessibilidade” está intimamente atrelada à tríade apresentada por Dezinho (2020) envolvendo usuários, produtores e autoridades. Isso ocorre em razão de que muitas ações são inacessíveis ao público surdo por falta de mobilização em fiscalizar e avaliar essas ações. Os surdos ainda manifestam que precisam provar, como os ouvintes, suas capacidades diante da sociedade perfeita, sem deficiência, que atende às normas

estabelecidas. Essa configuração fora do padrão cria estereótipos que excluem ainda mais os sujeitos surdos das ações culturais da cidade.

Essa forma de governar o outro é percebida nas narrativas. Observa-se que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, 2004, p. 16, grifos do autor). Apesar de a sociedade vender o discurso de inclusivista, na realidade existe uma forma de manter os sujeitos sob sua dependência, tanto para ações voltadas à comunidade surda, quanto para disponibilização de espaços que transitem sua cultura, corroborando com a invisibilidade do outro. Algumas narrativas são marcadas pela constatação da existência da “cultura ouvinte” e da “cultura surda”, demonstrando que aos surdos cabe o lado de serem a resistência nas relações de poder.

As marcas da falta de acessibilidade são percebidas enquanto os participantes narram suas experiências surdas com pessoas ouvintes que não sabem Libras, porque todos sentem que são inferiores ou incapazes, apresentando que a inacessibilidade se faz presente em todos os contextos sociais em que eles transitam. Em casos de urgência, são obrigados a pedir auxílio para seus familiares, eximindo, assim, a obrigatoriedade do poder público de disponibilizar profissionais TILS para o atendimento dos surdos, prejudicando ainda mais suas relações sociais, tornando-os dependentes dos ouvintes.

Nota-se que os surdos buscam criar seus próprios movimentos culturais por meio de associações e sem o incentivo do poder público, pois, no caso da associação, são notórios o fortalecimento e a propagação da cultura surda, mesmo no caso da APSCG – MS, que trata de questões esportivas. A associação serve como um local para partilhar, comunicar, formar e aprender sobre a língua de sinais e a cultura surda. A compreensão da cultura é a vivência que não se expressa nas teorias ou livros, pois ela é viva, resgata a memória, é inclusiva e ainda versa sobre a liberdade e a força de se manifestarem contra as políticas que não atendem suas necessidades, algo que extrapola a dependência de um TILS para ser entendido.

Essas memórias também resgatam a importância de suas interações com a história e com o coletivo que dialoga com os sujeitos, tornando possível sua herança cultural. A língua de sinais, nesse caso a Libras, é o objeto que une os sujeitos e suas interações. Apesar de ser reconhecida como língua, ela ainda não é factualmente oficial como a língua portuguesa, corroborando com a dificuldade de uma aquisição e um desenvolvimento da língua de modo fluido e natural. Observa-se que isso também é reflexo da aceitação familiar do contato tardio com a língua e a falta de contato com surdos adultos que sinalizem e ajudem a desenvolver a linguagem.

Outro ponto apresentado por todos os participantes é a dificuldade em se comunicar dentro e fora de casa, visto que a maioria dos surdos nasce em lares de famílias ouvintes que desconhecem a Libras, o que ocasiona outras produções de meios comunicativos, como os sinais caseiros⁴⁸, não efetivando e não contemplando a língua de sinais utilizada pela maioria dos surdos sinalizantes.

Essa falta de representação é percebida quando são observadas as narrativas sobre o que querem esses sujeitos e sobre quais ações contemplariam suas necessidades. Apesar de inúmeras legislações que se dizem inclusivas e apresentadas neste trabalho, na prática a sua efetividade comprova falhas em sua execução e até sua fiscalização, tornando-se um dificultador para o trânsito dos surdos nas ações artístico-culturais. Percebe-se que a acessibilidade devida aos surdos se realiza com a participação dos sujeitos, conforme eles mesmos evidenciam, na criação de parcerias, tornando possível que sejam produtores culturais e não apenas contratando um TILS para sinalizar e deixar o espaço acessível em Libras.

Por fim, destaca-se que a vivência com a comunidade surda campo-grandense e a condição de pesquisadora da autora deste trabalho permitiram sua saída da zona de conforto de uma ciência cartesiana para abrir a escuta visual, como um ato ético e estético, constituindo a interação com as vozes dos sujeitos, emergindo e sentido as suas angústias e desejos por esse processo.

Esse lugar dinâmico fez esta pesquisadora compreender que as verdades construídas ao longo de sua carreira profissional e acadêmica não serviriam para escutar as experiências dos participantes desta pesquisa. Além disso, mostrou que esse lugar que se ocupa ao se escrever é interativo e dialógico, assim como o lugar ocupado pelos TILS na esfera artístico-cultural, que deve apresentar novos caminhos tradutórios e interpretativos, pois tal esfera é capaz de se comportar e se adaptar fora das regras e normativas estabelecidas para a profissão, indicando que é um caminho para se repensar a profissão.

Outro aspecto destacado é a formação profissional que precisa ser contínua, não apenas nas questões linguísticas, mas também nas culturais e nas sociais, pois o TILS assume o lugar ideológico de diálogo com o que está sendo apresentado, assim como reflete sua significação e compreensão para o público surdo. Importante pontuar que esse profissional é a ponte, o entre-lugar da comunicação dos surdos com os que não conhecem e não falam a língua de sinais, por isso é exigido que sua formação siga critérios para uma atuação satisfatória. A formação ainda é um ponto de discussões dos teóricos da área, uma vez que a legislação abre brechas para

⁴⁸ Conhecido e definido por Vilhalva (2012) como sinais emergentes, são vistos como uma comunicação que se desenvolve no espaço familiar ou social em que o surdo transita, de modo que ocorre naturalmente.

contratação e exigência formativa desses profissionais. O mercado, por desconhecimento, ainda escolhe pessoas que se dizem intérpretes para atuarem em diversos espaços, o que afasta ainda mais os surdos de suas ações.

É destacado ainda que, como a língua é evolutiva, o TILS precisa do constante contato com ela, por meio da comunidade surda. Além disso, essa relação lhe aproximará ou distanciará do público surdo, pois ele é quem irá compreender o que está sendo traduzido ou interpretado. Por isso, um dos participantes desta pesquisa alega ser necessária a formação de área ou o conhecimento prévio da temática, para uma atuação satisfatória e com a utilização do máximo de recursos linguísticos possíveis.

Por isso, ações de formação linguística e cultural, carreira e reconhecimento profissional e condições de trabalho determinadas pelas legislações permitiriam que esses profissionais se dedicassem mais à sua atuação/performance. Tecer essas inquietações e constatar-las nas narrativas para a esfera artístico-cultural fez esta pesquisadora repensar suas próprias práticas. Assim, o TILS necessita ter em mente que o seu ato é responsivo e responsável na singularidade de compreender as diversas vozes que se refletem cotidianamente, mediadas entre cultura/palavra/sinais.

O papel do TILS é bastante complexo, pois esse profissional lida constantemente com contradições e conflitos, tanto de suas interpretações ouvintes, quanto com os surdos ocupando o seu entre-lugar. Por fim, encerra-se essa escuta com a citação de Bhabha (1998), que resume todas as discussões apresentadas aqui. Assim:

Não basta simplesmente se tornar consciente dos sistemas semióticos que produzem os signos da cultura e sua disseminação. De modo muito mais significativo nos defrontamos com o desafio de ler, no presente da performance cultural específica, os rastros de todos aqueles diversos discursos disciplinadores e instituições de saber que constituem a condição e os contextos da cultura. [...] tal processo crítico exige uma temporalidade cultural que é tanto disjuntiva quanto capaz de articular, nos termos de Lévi-Strauss, "formas de atividade que são ao mesmo tempo nossas e outras". (BHABHA, 2013, p. 262).

PALAVRAS FINAIS

Escrever e ler para não sermos mais os mesmos em relação àquilo que escrevemos e lemos. (...) Por isso, a escrita se lança ao futuro num movimento que a faz desprender-se de si e buscar alguma coisa da ordem da transformação do presente nos seus leitores.

(Walter Omar Kohan)

O ato de pesquisar e escrever resulta nesta dissertação de mestrado, principalmente quando se verte o olhar para as páginas anteriores. Percebe-se o longo caminho trilhado, sua exigência e dedicação teórica, metodológica, mental, física, etc. Esse ato, por outro lado, levou a pesquisadora a respeitar ainda mais a comunidade surda, não apenas local, mas também nacionalmente. Produzir e contribuir para esse público levou-a a entender, formar, discutir, tensionar e reconstruir-se como pessoa e pesquisadora.

Para isso, os objetivos propostos foram: 1. analisar as narrativas dos surdos sobre a atual situação da acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS, assim como verificar e levantar material bibliográfico sobre estudos pós-coloniais, estudos surdos, legislações que envolvam acessibilidade artístico-cultural e produções em Libras; 2. analisar os dados coletados a partir das entrevistas; 3. verificar, a partir da perspectiva dos surdos, se eles consideram que existe acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande – MS; 4. identificar as dificuldades em relação à acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande - MS, na concepção dos surdos; 6. descrever os anseios e as expectativas dos surdos, no que concerne à acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande - MS.

O interesse desta pesquisa está intrinsecamente relacionado não apenas ao cunho social e à relevância para o público pesquisado, mas, sobretudo, está assentado a partir de experiências da pesquisadora como TILS, que geraram questionamentos e problemáticas em relação à acessibilidade artístico-cultural para surdos. Na observância desses interesses, pretendeu-se verificar *se as cidades apostam cada vez mais na cultura, de modo a conquistar e reforçar a sua identidade e atratividades e se as formas de acessibilidade artístico-cultural atendem aos surdos em Campo Grande – MS.*

Para responder a esse interesse de pesquisa, foi necessário trilhar um caminho que levou este trabalho, inicialmente, ao primeiro capítulo, que tem como base as discussões teóricas que se assentam no campo dos Estudos Pós-Coloniais e Estudos Surdos. Entre as discussões, este

mesmo capítulo apresentou as epistemologias que emergem sobre o sujeito surdo, bem como sua cultura e sua experiência visual, que são marcadas e percebidas pela sociedade.

Nesse sentido, foi necessário realizar um levantamento das legislações que abordam a temática da acessibilidade, que se revelam frágeis em suas execuções e, principalmente, em suas fiscalizações. Isso ocorre ainda em razão de que se pensa em acessibilidade para surdos com o pensamento de “incluir” ou “dar acesso”, sem dar a devida importância da criação e do fomento nas produções surdas em Libras como direito a essas pessoas.

Foi discutido, também, como Libras e tradução cultural estão presentes nas negociações e nas resistências surdas, no ato de reconhecer as línguas de sinais e, a partir delas, possibilitar o surgimento de suas próprias versões e narrativas culturais. Finalizando o capítulo com o entre-lugar do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa, discorreu-se sobre o que é tradução e interpretação, sobre o reconhecimento legal da profissão do TILS, compreendendo suas especificidades, bem como sobre a necessidade de formações constantes e efetivas, que garantam o seu lugar em diversas áreas, inclusive na artístico-cultural.

Já no segundo capítulo, foram apresentados os (per)curso investigativos da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados e a participação de oito surdos que cederam entrevistas, compondo os instrumentos utilizados para coleta de dados. Recorreu-se ao método qualitativo com base na etnografia. Assim, para compor os procedimentos, foi necessário realizar também um levantamento de bibliografias, incluindo artigos, livros, dissertações e teses, além de entrevistas, observações e recursos visuais.

Por fim, mostrou-se o terceiro e último capítulo, que compõe os resultados e discussões a partir das entrevistas coletadas. Nesse capítulo, escutar as experiências dos participantes possibilitou à pesquisadora construir sentidos e caminhos, a partir dos sinais (alguns tensos, outros leves, mas todos levando para o mesmo caminho).

Partindo desses resultados, também foi possível observar como o caminho para políticas efetivas e que tornem os sujeitos emancipados ainda é longo e com diversos complicadores. Apesar de pontuar os documentos oficiais (como leis, decretos, normativas, etc.), foi observado que eles são contraditórios em suas execuções e trazem falhas, conforme apontam as narrativas das entrevistas.

Antes de se pensar na oferta de acessibilidade, é preciso conhecer e entender as especificidades dos sujeitos, que têm se tornado invisibilizados/dominados em seu lugar de representação. O sujeito não se constitui em suas relações, mas com o(s) outro(s) em sua comunicação. Entretanto, ignoram-se sua diferença e sua singularidade, como apresentadas na

comunicação básica no meio social, corroborando com amarras no pensamento de reduzir o outro a uma questão patológica e de não considerar os seus direitos.

Ao refletir sobre o *éthos* desse sujeito, constituem-se e consideram-se suas histórias, memórias, experiências visuais, como marcadores culturais. Considera-se, ainda, que sua cultura desabrocha aos olhos de quem participa e tem suas experiências com a língua de sinais e suas nuances e, por isso, o lugar da cultura surda também está em meio às associações.

Esse espaço garante que a cultura seja propagada a partir de trocas, fatos da vida, discursos, emoções, atos, ideias, valores, poder, significados no contato com a língua de sinais e suas experiências, permitindo que se fortaleçam suas lutas e movimentos, criando sujeitos críticos e políticos.

A partir das narrativas, alcançaram-se os objetivos propostos, demonstrando-se o quanto os sujeitos surdos são plurais, têm necessidades e especificidades diferentes, mesmo com o grupo entrevistado delimitado em surdos sinalizantes, sendo homens e mulheres com diferentes faixas etárias.

Perceberam-se variações quanto à escolarização, à utilização ou não de terapias e atendimentos clínicos, ao uso de aparelhos auditivos, às dificuldades no aprendizado da língua portuguesa, ao aprendizado tardio da língua de sinais e à participação de intérpretes na fase escolar. Todas essas variações se relacionam à história da educação de surdos, estão narradas no primeiro capítulo e marcam o ouvintismo sofrido por esses sujeitos, suas dificuldades e prejuízos com a educação inclusiva nas escolas comuns até os dias atuais.

A partir das legislações envolvendo a Libras, sua difusão, aprendizado e ensino, foi norteador para a maioria dos surdos ingressarem em universidades, permitindo suas formações a partir da Libras como língua de instrução. Por isso, a comunidade surda busca, em seus movimentos, a aprovação da educação bilíngue, para que ocorram o aprendizado e o acesso efetivos nas duas línguas - Libras/ língua portuguesa escrita.

Mesmo não se tratando do objeto desta pesquisa, a temática sobre escola bilíngue é marcada nas narrativas, pois se observa que, mesmo com a insistência em manter o modelo inclusivo de ensino, os maiores prejudicados continuam sendo os surdos, mesmo demonstrando suas insatisfações, porque continuam ignorados pela maioria da sociedade.

Sabe-se que, com o movimento de inclusão e acessibilidade, a figura do TILS tornou-se maior nos espaços públicos e privados. Porém o que foi realizado na atualidade ainda não contempla o público surdo, pois não se trata apenas de um espaço na tela ou no palco para ser acessível - muito menos de somente a utilização de legendas -, mas de produções artísticas que não contemplam o público-alvo. Observa-se que cai por terra o discurso de “inclusão” ou

“acessibilidade” em sua oferta quando se barganha a presença do público surdo sem pensar nas condições efetivas e nas garantias de acesso em longo prazo.

Hoje, pode-se considerar que se tem um salto qualitativo e quantitativo em relação a produções e apresentações artístico-culturais na cidade de Campo Grande – MS. Todavia, esse salto não está em sua completa execução, pois não atende todos os direitos previstos nas legislações. Os produtores culturais precisam compreender que não se trata de ofertar algumas produções acessíveis, mas, sim, repensar o todo que está sendo produzido, para que os sujeitos tenham opções de escolhas, conforme sua disponibilidade em participar.

O público surdo ainda demonstra sua insatisfação quando se trata de acessar essas produções, tornando seu direito subtraído. É possível perceber que o afrouxamento de medidas e orçamentos, começando desde o governo federal e recaindo para as demais instâncias, corrobora para a prática inacessível das produções culturais, ferindo os princípios de *accountability*⁴⁹ e a transparência, tanto para os grandes centros/capitais, quanto para as localidades mais distantes. A variedade de arte acessível ainda é um lugar intransitável para o público surdo e demonstra o quanto ainda é preciso avançar.

Na contramão disso tudo e resistindo a essa corrente, as produções culturais dos surdos vêm crescendo cada vez mais e se apresentam com a adesão de mais participantes aos seus movimentos. O movimento de criar suas próprias versões a partir dos seus marcadores culturais demonstra o interesse de se operar contra a visão homogênea de cultura, apresentando suas posições como minoria.

A própria circulação e a utilização da Libras em outras esferas propagam o crescimento da língua pelo país, visto que a pandemia conseguiu visibilizá-la também em diversos canais e mídias sociais. Apesar de considerar que foi apenas uma “modinha”, é preciso reconhecer que os surdos se sentiram incluídos na maioria dos casos. Com esses avanços, foi possível encontrar a circulação da tradução cultural de artistas surdos, poesias, piadas, teatros e outras formas de expressar seus marcadores culturais e visuais. Observa-se, assim, que isso mostra o quanto é importante e necessário o movimento de representatividade no meio artístico-cultural por eles.

Outra questão que merece destaque é em relação à tradução e à interpretação que tomam lugares importantes para o processo de acessibilidade. Visto como um recurso visual para o acesso aos surdos, o TILS mostra que não tem como não ser visto, pois a ideia é justamente esta: estar, participar, ser atuante do elenco do espetáculo/obra/projeto, se possível com o

⁴⁹ Pode-se entender o termo como responsabilidade ética, associadas à obrigação, à transparência, na prestação de serviços e contas a instâncias e/ou representados controladores. Disponível em: <https://bityli.com/CZ8W5X>. Acesso em: 25 nov. 2021.

máximo de recursos para sua performance ser reconhecida pelos surdos. Diversas pesquisas voltadas para o perfil profissional do TILS, aqui apresentadas, demonstram que, além de trabalhar com o domínio de duas línguas utilizadas pela comunidade surda, o TILS deve ter um perfil ativo, ético, coletivo (no sentido do trabalho em equipe) e estar em constante prática e aprimoramento profissional e formativo.

O TILS da área artístico-cultural precisa demonstrar seu domínio linguístico-cultural e visual da língua de sinais, interagindo e dialogando com o conteúdo interpretado. Cinema, teatro e museus, entre outros, compõem espaços dialógicos para a atividade do TILS, ambientes nos quais terão suas possibilidades de criação a partir da língua, refletindo-se quando atrelados aos elementos dessas produções culturais, sendo esse um fator primordial para a participação do público surdo.

Apesar das normativas especificarem a utilização de alguns elementos como padrão (camiseta preta, cabelo preso, janelas minúsculas, etc.) para a atividade do TILS, observa-se que romper com esses padrões torna as atividades mais atrativas e participativas ao público surdo da esfera artístico-cultural. Assim, percebe-se que não apenas se trata de objetos materiais ou uma superprodução, mas o que tem maior importância é o objeto tradutório dialogar com o todo.

Esse movimento tem se mostrado tímido ainda, mas esta pesquisadora acredita que se tornará efetivo ao longo prazo. Enquanto isso, os problemas se repetirão e não se solucionarão. Considera-se, finalmente, que as discussões sobre essa e outras temáticas ainda permanecem abertas para que pesquisas futuras possam promover novos estudos, precipuamente, aos assuntos não relacionados aqui.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE. **Instrução Normativa n.º 116, de 18 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas n.º 22/03, 44/05, 61/07 e 80/08, e dá outras providências. Disponível em: <https://bityli.com/5iR2Jd>. Acesso em: 29 mai. 2021.
- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE. **Instrução Normativa n.º 137, de 17 de novembro de 2017**. Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 128, de 13 de setembro de 2016. Disponível em: <https://bityli.com/LL3qzq>. Acesso em: 29 mai. 2021.
- ALBRES, Neiva de Aquino. **História da língua brasileira de sinais em Campo Grande – MS**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.
- ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete Educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.
- ALBRES, Neiva de Aquino. Política linguística e política educacional: duas faces de uma mesma moeda para surdos. In: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; NEGREIROS, Karine Albuquerque de (org.). **Libras em diálogo**: interfaces com as políticas públicas. 1º ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 15-48.
- ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 175-194, 2012.
- ABNT. NBR 15599. **Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bityli.com/k0k1d1>. Acesso em: 14 set. 2019.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, H-Dirksen L; MURRAY, Joseph J. Estudos surdos no século 21: “Deaf-gain” e o futuro da diversidade humana. In: ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença (org.). **Educação de surdos em debate**. Curitiba: UTFPR, 2014, p. 67 – 91. Disponível em: <https://bityli.com/sBSsfM>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- BHABHA, Homi K. Representation and the colonial text: a critical exploration of some forms of mimeticism. In: RUTHERFORD, Jonathan (org.). Groversmith, Frank (org.). **The Theory of Reading**. Harvester Press; Totowa, NJ: Barnes & Noble, 1984. p. 93–122.
- BHABHA, Homi. K. The other question: Difference, discrimination, and the discourse of colonialism. In: **Literature, politics and teory**. Methuen, 1986. p. 177-203.

BHABHA, Homi K. The third space: interview with Homi Bhabha.. In: RUTHERFORD, Jonathan (org.). **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990. p. 207-221.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. **Lei 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõem sobre a língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. **Decreto 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 de 24/04/2001 e o artigo 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <https://bityli.com/Vf9IEM>. Acesso: 20 mai. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <https://bityli.com/bFvcRR>. Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/8wS2Nt>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://bityli.com/cBYHcv>. Acesso em: 02 out. 2019.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Calos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier. 7º reimpressão. 2004.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: Almeida, Wolney Gomes (org.) **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus: Editus, 2015, pp. 11-26. Disponível em: <https://bityli.com/yK7QTY>. Acesso em: 8 mar. 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CEVASCO, Maria Eliza. **Dez lições sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Walter Carlos. O texto traduzido como re-textualização. **Cadernos de tradução**. Florianópolis, SC, 2005. v. 2. n. 16. p. 25-54. 2005. Disponível em: <https://bityli.com/UPERUj>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação**: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 112-166.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2011.

FOMIN, Carolina Fernandes Rodrigues. **O tradutor intérprete de libras no teatro**: a construção de sentidos a partir de enunciados cênicos. 2018. 250 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FOMIN, Carolina Fernandes Rodrigues. Corpo como texto e a posição da interpretação em libras no teatro. **Revista Espaço**, v. 54, p. 113-142, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/ETn2EG>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 1989.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens** - estudos bakhtinianos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GONÇALVES, Tamiris Machado. A linguagem em perspectiva dialógica: pensando a produção de sentidos. **Travessias Interativas**, v. 8, n.15, p. 81–99, jan-jun/2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/8883/7061>. Acesso em: 20 set. 2020.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología**: Introducción a la traductología. Madrid: Gredos, 5ª edição, 2011.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 103-131.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**; organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 5 out. 2019.

JAKOBSON, Roman. On linguistic aspects of translation, *In*: R. Brower (Ed.), **On Translation**, Harvard University Press, 1959. p. 232-239.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais?. *In*. Silva, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 7-111.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Literatura Surda**. EDT. Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 98-109, 2006.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KOHAN, Walter Omar. Vigiar e Punir: 40 anos de uma experiência filosófica. *In*: CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio. (org.). **Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. (Coleção contextos da ciência). p. 17-38.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno CEDES**, Campinas, v.19, n.46, p. 68-80, 1998.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). *In*: Lodi, Ana Claudia Balieiro; Mélo, Ana Dorziat Barbosa de; Fernandes, Eulalia. (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 247-287.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: Políticas epoéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1ª ed.; 5ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

LONKHUIJZEN, Dirceu Mauricio Van; CANDIA, Claudia Ester Soares; VILHALVA, Shirley. Iniciativas de Acessibilidade no Museu das Culturas: Dom Bosco-MCDB. **Revista Forum**. 2013. p. 25-40. Disponível em: <https://bityli.com/uBpJPl>. Acesso em: 06 ago. 2021.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, v. 24, n. 3, 2006. p. 81-100. Disponível em: <https://bityli.com/mKE8I2>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever.... **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 25, p. 235-245, 2007. Disponível em: <https://bityli.com/Tn13Gx>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise, Cartografando Estudos Surdos: currículo e relações de poder. *In*: Skliar, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7º ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 155-165.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. **Conceitos abstratos: escolhas interpretativas de Português para Libras**. Curitiba: Appris Editora e Livraria, 2014.

MAGALHÃES JUNIOR, Ewandro. **Sua majestade o intérprete: O fascinante mundo da interpretação simultânea**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira, LISBÃO, Sara Leite. Libras no contexto educacional. In: Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.); MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. (org.). **Libras: Aspectos Fundamentais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. p. 197-231.

MATTELART, Armand. NEVEU, Erik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida de. (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 7 set. 2021.

MOREIRA, Catharine; LIOLI, Amanda. Experiências transcriativas. In: Rigo, Natália Schleder. (org.). **Textos e contextos artísticos e literários: tradução e interpretação em Libras: volume III**. 1. ed. – Petrópolis: Arara Azul, 2020. p. 62-83.

MOURA, Débora Rodrigues. **Libras e Leitura de Língua Portuguesa para Surdos**. Curitiba: Appris, 2015.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. **Literatura Surda: produções culturais de surdos em Língua de Sinais**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NANTES, Janete de Melo. **A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbo-visuais na produção de sentidos**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine**. (Dissertação). Mestrado em Estudos da Tradução. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ONU. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 4 set. 2019.

PAJEÚ, Hélio Márcio; MIOTELLO, Valdemir. A compreensão da cultura pelo ato responsável e pela alteridade da palavra dialógica nos estudos bakhtinianos. **Cadernos de**

Estudos Linguísticos, Campinas, v. 60, n. 3, set./dez. 2018. p. 775-794. Disponível em: <https://bityli.com/yZzt0M>. Acesso em: 4 set. 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Testagem linguística em língua de sinais**: as possibilidades para os intérpretes de Libras. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

PERLIN, Gladis T. T. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. 2003. 156 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2003.

PERLIN, Gladis T. T. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (org.) **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 73-82, 2004.

PERLIN, Gladis T. T.; REIS, Flaviane. Surdos: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (org.). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 2012. p. 29-46.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 7º ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 51-73.

PINHO, Alessandra da Rosa; FERREIRA, João Gabriel Duarte. Projeto Crisálida: O Protagonismo da Língua Brasileira de Sinais na Dramaturgia. In: RIGO, Natália Schleder. (org.). **Textos e contextos artísticos e literários**: tradução e interpretação em Libras: volume III, 1. ed. Petrópolis: Arara Azul, 2020, p. 100-137.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa**. 2º ed. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne. Letras Libras EaD. In: QUADROS, Ronice Müller de. (org.). **Letras libras: ontem, hoje e amanhã**. Florianópolis: Edufsc, 2014. p. 9-35.

QUILES, Raquel Elizabeth Saes. **Estudo de LIBRAS: Disciplina**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010.

RIGO, Natália Schleder. **Tradução de Canções de LP para LSB**: identificando e comparando recursos tradutórios empregados por sinalizantes surdos e ouvintes. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

RIGO, Natália Schleder. **Textos e contextos artísticos e literários**: tradução e interpretação em Libras: volume III. 1º ed. Petrópolis: Arara Azul, 2020.

RODRIGUES, José Raimundo. **As seções de surdos e de ouvintes no Congresso de Paris (1900):** problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na educação de surdos. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

RODRIGUES, José Raimundo; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. A participação da Sociedade de Formação de Professores para Surdos e Difusão do Sistema “Alemão” no Congresso de Milão (1880). In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; BARBOZA, Felipe Venâncio; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. (org.). **Pesquisas em educação de surdos, tradução, interpretação e linguística de línguas de sinais.** Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018. p. 61-70.

RUSSO, Ângela; PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais:** técnicas e dinâmicas para cursos. São Paulo: Cultura Surda, 2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão. 2001.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexux Editora, 2007.

SANTANA, Jefferson Bruno Moreira, Prefácio. In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; MATTOS, Leila Couto. **Na presença da outra, o encontro comigo:** da história da educação de surdos à história de nossas vidas. Campo dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019. p. 8-11.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de língua brasileira de sinais:** um estudo sobre as identidades. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: **Espaço:** informativo técnico-científico do INES. n. 8 (ago-dez-1997) – Rio de Janeiro: INES, 1997. Disponível em: <https://bityli.com/MEBBom>. Acesso em: 27 de jul. de 2020.

SKLIAR, Carlos. Bilingüismo e biculturalismo: Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 44-57, 1998. Disponível em: <https://bityli.com/Ljy0iv>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, 1999. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Ponto de Vista:** Revista de educação e processos inclusivos, n. 5, 2003. p. 37-49. Disponível em: <https://bityli.com/BHExOw>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SKLIAR, Carlos. **Experiência com a palavra**: notas sobre linguagem e diferença. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. *In*: SKLIAR, Carlos. (org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. 7º ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2015. p. 5-32.

SOUSA, Gabriel Isaac Lima de. Um surdo se aventurando na música. *In*: RIGO, Natália Schleder. (org.). **Textos e contextos artísticos e literários**: tradução e interpretação em Libras: volume III, 1. ed. Petrópolis: Arara Azul, 2020, p. 238-257.

THOMA, Adriana da Silva. Surdo: esse “outro” de que fala a mídia. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 7º ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, p.121-136.

THOMA, Adriana da Silva. Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, 2016. p. 755-775. Disponível em: <https://bityli.com/ybRaL>. Acesso em 14 Jul 2021.

VAN MANEN, Max. **Investigación educativa y experiencia vivida**. Barcelona: Idea Books, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. *In*: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Rebatimento: a inclusão como dominação do outro pelo mesmo. *In*: MUCHAIL, Salma Tannus, FONSECA, Márcio Alves da, VEIGA-NETO, Alfredo. (org.). **O mesmo e o outro**: 50 anos de história da loucura, 2013. p. 103-124.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; MATTOS, Leila Couto. **Na presença da outra, o encontro comigo**: da história da educação de surdos à história de nossas vidas. Campo dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019.

VILHALVA, S. **Índios Surdos**: Mapeamento das Línguas de Sinais de Mato Grosso do Sul. Coleção Cultura e Diversidade – Série Índio Surdo. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2012.

WITCHES, Pedro Henrique; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. Aspectos Históricos das Políticas de Línguas de Sinais. *In*: WITCHES, Pedro Henrique; NOGUEIRA, Mayara de Oliveira; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; KAWACHI-FURLAN, Cláudia Jotto (org.). **Estudos linguísticos**: abordagens e análises interdisciplinares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 151-168.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 7-72.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. A luta político-linguística surda no Brasil e nos Estados Unidos. *In*: IX Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras UFF, 2018, Niterói-RJ. **Anais do IX Sappil - Estudos de Linguagem**. Niterói-RJ: Letras

UFF, 2018. v. Único. p. 5-19. Disponível em: <https://bityli.com/U68pIB>. Acesso em: 17 jun. 2020.

APÊNDICE I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) E TERMO DE
CONCESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: **“A (in)acessibilidade artístico-cultural para surdos em Campo Grande - MS”** que será realizada pela pesquisadora Katicilayne Roberta de Alcântara do Curso de Mestrado em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Aquidauana, sob a orientação do Profº Antônio Firmino de Oliveira Neto, por meio de entrevistas.

O objetivo do estudo é: Analisar as narrativas dos surdos sobre a atual situação da acessibilidade artístico-cultural em Campo Grande - MS, em busca de contribuir com o fomento de políticas públicas para este fim. A sua participação é VOLUNTÁRIA e individual, que consiste em responder uma entrevista com gravação de vídeo com suas respostas em Libras, no tempo médio de 30 minutos, que será previamente agendada e realizada em Campo Grande - MS. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais, não havendo quaisquer identificações de participantes, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados sob a responsabilidade do pesquisador pelo período de mínimo 5 anos.

Você recebeu todas as informações necessárias sobre os riscos mínimos quanto a sua participação nesta pesquisa, onde a pesquisadora se compromete a tomar todas as medidas para que não haja qualquer tipo de constrangimento para você antes, durante ou depois da entrevista.

Sua participação não proverá quaisquer incentivos financeiros e sua participação tem como finalidade exclusiva em colaborar para o desenvolvimento e avanço científico na área da acessibilidade artístico-cultural para surdos. A pesquisadora estará a sua disposição para lhe assegurar qualquer assistência e/ou esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Considerando, que fui informado dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos previstos desta pesquisa, declaro o

meu consentimento em participar da entrevista utilizando minhas falas em Língua Brasileira de Sinais na forma de gravação em vídeo, e futuras transcrições por parte da pesquisadora para fins, exclusivamente, acadêmicos na elaboração de produtos de pesquisa visando à publicação de artigos científicos e/ou apresentações em congressos, bem como à elaboração da Dissertação de Mestrado. Ainda, declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contactar a pesquisadora **Katicilayne Roberta de Alcântara**, Telefone: (67) 981448756, e-mail: katyroberta@gmail.com ou para o **Comitê de Ética da UFMS (CEP)**, situado no endereço: Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, CEP 79070-900. Campo Grande – MS, telefone: (067) 3345-7187.

Eu, _____
_____, concordo em participar da pesquisa intitulada “**A (in)acessibilidade artístico-cultural para surdos em Campo Grande - MS**”, concedendo uma entrevista. Declaro ter recebido e esclarecido
as devidas explicações e procedimentos sobre a pesquisa, sobretudo, quanto a minha participação voluntária, ou desistência sem prejuízos a pesquisa.

Campo Grande - MS, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Katicilayne Roberta de Alcântara e Antônio Firmino de Oliveira Neto do projeto de pesquisa intitulado “**A (IN)ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL PARA SURDOS NA CIDADE DE CAMPO GRANDE - MS**” a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Campo Grande, em ____/____/____.

Entrevistado

Pesquisador responsável pela entrevista

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA EM VÍDEO

Participante:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Me conte um pouco sobre você e sua relação com arte e cultura.

- a Na sociedade temos diversas formas de apropriação da cultura, exemplo: bares, cinemas, teatros, apresentações, etc. Quais projetos/espacos relacionados a área artístico-cultural você conhece e participa/participou?
- b Você acredita que os movimentos artístico-culturais em Campo Grande – MS atendem a população surda quanto a acessibilidade?
- c Quais as dificuldades que você, enquanto surdo, encontra para ter acesso a cultura em Campo Grande – MS?
- d Quais são os projetos a associação que você participa tem promovido para facilitar o acesso dos surdos a área artístico-cultural na cidade de Campo Grande – MS?
- e Para você, os projetos que a associação tem desenvolvido tem contribuído para a sua acessibilidade artístico-cultural?
- f Você enquanto cidadão surdo acredita que precisa melhorar a acessibilidade nos espaços culturais? O que falta? O que você sugere?

ANEXOS

ANEXO 1 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E A EMENTA DO CURSO SOBRE O EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Bacharelado:

COD.	DISCIPLINA	TEÓRICA Carga horária
	EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA	
	Estudos Lingüísticos	60
	Fonética e Fonologia	60
	Morfologia	60
	Sintaxe	60
	Semântica e Pragmática	60
	Psicolingüística	60
	Introdução aos Estudos da Tradução	60
	Análise do Discurso	60
	Sociolingüística	60
	Leitura e Produção de Textos	60
	Total do eixo	600
	EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	
	Fundamentos da Educação de Surdos	60
	Estudos da Tradução I	60
	Estudos da Tradução II	60
	Estudos da Tradução III	60
	Aquisição da linguagem	60
	Língua Brasileira de Sinais I	90
	Língua Brasileira de Sinais II	90
	Língua Brasileira de Sinais III	90
	Língua Brasileira de Sinais IV	90
	Língua Brasileira de Sinais V	90
	Língua Brasileira de Sinais VI	90
	Escrita de Sinais I	60
	Escrita de Sinais II	60
	Escrita de Sinais III	60
	Literatura Visual	60
	Aquisição de segunda língua	60
	Aquisição da língua de sinais	60
	Total do eixo	1200
	EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
	Tradução e interpretação da língua de sinais I	60
	Tradução e interpretação da língua de sinais II	60
	Laboratório de interpretação de Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa I	60
	Laboratório de interpretação Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais II	60
	Laboratório de interpretação Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa III	60
	Laboratório de interpretação Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais IV	60
	Estágio em interpretação da Língua Brasileira de Sinais para a Língua Portuguesa	180
	Estágio em interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais	180
	Estágio em tradução Escrita da Língua de Sinais e Língua Portuguesa	60
	Introdução à Educação à Distância	60
	Total do eixo	840
	Total dos eixos	2640
	Atividades acadêmico-científico-culturais	210
	Total geral	2850

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS I – 60 HORAS/AULA

História da constituição do intérprete de língua de sinais. A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais. Os papéis do intérprete de língua de sinais na sala de aula. Definição dos tradutores e intérpretes em diferentes espaços de atuação.

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS II – 60 HORAS/AULA

O debate teórico clássico sobre Ética e seus reflexos no trabalho de um tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais. A postura do profissional e suas decisões no trabalho de interpretação, compromissos, atitudes e encaminhamentos frente às situações que envolvem o intérprete nesse cenário. Estudo de diferentes situações reais e fictícias que dimensionam a atuação do profissional.

LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA I – 60 HORAS

O estabelecimento do olhar na interpretação da língua de sinais. Os efeitos de modalidade nos processos de interpretação da língua de sinais para a língua de portuguesa. A tradução de textos em a língua de sinais para português.

LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II – 60 HORAS

O estabelecimento do olhar na interpretação da língua de sinais. Os efeitos de modalidade nos processos de interpretação da língua portuguesa para a língua de sinais. A tradução de textos em português para a língua de sinais.

LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA III – 60 HORAS

O treinamento em tradução/interpretação da língua brasileira de sinais para a língua portuguesa em diversas situações práticas envolvendo esse profissional. Sua performance, desenvoltura, fluência, ritmo na sua atuação. Análise desses contextos preliminarmente criados realizando sua avaliação.

LABORATÓRIO DE INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS IV – 60 HORAS

O treinamento em tradução/interpretação da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais em diversas situações práticas envolvendo esse profissional. Sua performance, desenvoltura, fluência, ritmo na sua atuação. Análise desses contextos preliminarmente criados realizando sua avaliação.

ESTÁGIO EM INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA – 180 HORAS/AULA

Realização de estágio em interpretação da Língua de Sinais Brasileira para a Língua Portuguesa em pelo menos dois contextos de atuação com supervisão.

ESTÁGIO EM INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA – 180 HORAS/AULA

Realização de estágio em interpretação da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais Brasileira em pelo menos dois contextos de atuação com supervisão.

ESTÁGIO EM TRADUÇÃO DE ESCRITA DA LÍNGUA DE SINAIS E PORTUGUÊS ESCRITO – 60 HORAS/AULA

Tradução de um texto original escrito em português para a escrita de sinais. Tradução de um texto original em sinais para o português escrito. Tradução de um texto original escrito em sinais para o português.